

JOSÉ NUNES DA SILVA

**MEDIAÇÃO SOCIAL E ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS NOS
ASSENTAMENTOS DO OESTE POTIGUAR**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2001

JOSÉ NUNES DA SILVA

**MEDIAÇÃO SOCIAL E ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS NOS
ASSENTAMENTOS DO OESTE POTIGUAR**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA: 27 de julho de 2001.

Newton Paulo Bueno

Sheila Maria Doula

Fábio Faria Mendes
(Conselheiro)

José Roberto Pereira
(Conselheiro)

José Ambrósio Ferreira Neto
(Orientador)

A todos os trabalhadores do campo e da cidade,
que transformam os desafios em força na luta por uma sociedade mais justa,
na qual o seu trabalho seja recompensado
sem que haja qualquer tipo de desigualdade, exploração e discriminação.

AGRADECIMENTO

A meus pais Lourdes e Genival pelo apoio e incentivo, considerando que sempre abriram mãos de seus desejos para que realizasse os meus.

A Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realização do curso de mestrado em Extensão Rural, bem como a CAPES pela concessão da bolsa de estudo, durante os primeiros vinte quatro meses de curso.

Aos trabalhadores dos Assentamentos Rancho do Pereiro e Olho D'água da Escada, por terem aberto seus lares e prestado todas as informações necessárias para realização deste trabalho, e ainda à todos os técnicos que contribuíram para a realização da pesquisa de campo, especialmente Francimar Câmara.

Aos docentes do Departamento de Economia Rural, pela contribuição para o meu crescimento acadêmico e profissional, contribuição esta fruto das discussões durante os cursos, nos gabinetes e até nos encontros informais.

Ao Professor José Ambrósio, pelo profissionalismo com o qual conduziu o processo de orientação na elaboração deste trabalho, sendo sempre acessível, atencioso, sincero e muitas vezes paciente, para que assim conseguíssemos o melhor resultado ao término do mesmo.

Aos Professores Fábio Faria Mendes, José Roberto Pereira, Newton Paulo Bueno e Sheila Maria Doula, pelas contribuições apresentadas para a melhoria da qualidade deste trabalho.

Aos funcionários do DER, sempre prontos a nos ajudar, em especial ao Brilhante pela contribuição no processamento dos dados coletados na pesquisa de campo, e a Graça, por secretariar com tanta eficiência toda a nossa permanência no curso, bem como pela dedicação a mim dispensada na fase final de elaboração deste trabalho.

Aos colegas de turma, Adão, César, Cláudia Mello, Cordélia, Edson, Geraldo, Geraldo Timóteo, Luciana e Renata, pelas inúmeras situações que desfrutamos juntos ou conseguimos superá-las.

Aos colegas de república, Hidelano, Regis e Adriana, pelo relacionamento fraternal que construímos, principalmente na fase final de elaboração deste trabalho.

Aos meus amigos Alessandro Lopes, Cláudia Suassuna, Mariana Rodrigues, Olga Nogueira, Renata Siqueira, Tatiana Velloso e Vânia Porto, que, como meus parentes, sempre me apoiaram e, mesmo distantes, alguns destes permaneceram sempre presentes.

A todos com os quais estabeleci um relacionamento harmonioso na UFV e em Viçosa, cidade de mineiridade tão acolhedora, não os listei para não incorrer em esquecimentos, mas nunca para esquivar-me de minha gratidão.

BIOGRAFIA

JOSÉ NUNES DA SILVA, filho de Maria de Lourdes Nunes da Silva e Genival Cosme da Silva, nasceu em Ceará-Mirim - RN, em 15 de março de 1973.

Iniciou sua vida estudantil em 1979, concluindo o curso primário na Escola Municipal Dr. Abelardo Calafange (Massaranduba - Ceará-Mirim - RN) e o 1.º grau na Escola Estadual Alm. Newton Braga (Natal-RN). Coursou o ensino médio profissionalizante em Edificações na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (Natal-RN) e ingressou no curso de Agronomia da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM - Mossoró-RN) em 1992. Na ESAM foi bolsista de iniciação científica do CNPq de agosto de 1996 a dezembro de 1997, concluindo a graduação em 10 de janeiro de 1998.

No período de fevereiro de 1998 a janeiro de 1999, desenvolveu Aperfeiçoamento de Pesquisa como bolsista do CNPq, junto ao Núcleo de Estudos Rurais do Departamento de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ingressando, em março de 1999, no Programa de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, submetendo-se à defesa de dissertação em 27 de julho de 2001.

ÍNDICE

	Página
LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE SIGLAS	xii
RESUMO	xiv
ABSTRACT	xvi
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. O problema de pesquisa e sua importância	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1. Mediação social e a organização dos assentamentos rurais	6
2.2. Estratégias econômicas nos assentamentos rurais	13
2.2.1. Constituição de cooperativas de produção	13
2.2.2. Integração agroindustrial	18
2.3. Mediação social e religiosidade na definição das estratégias econômicas nos assentamentos rurais	21

	Página
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
3.1. Delimitação do universo de análise	25
3.2. Operacionalização da pesquisa e coleta de dados	26
4. A LUTA PELA TERRA NO RIO GRANDE DO NORTE	28
5. O MUNICÍPIO DE BARAÚNA E A LUTA PELA TERRA NA RE- GIÃO	38
5.1. O PA Rancho do Pereiro	44
5.1.1. Formação histórica e atuação dos mediadores sociais	44
5.1.2. Caracterização das famílias assentadas	56
5.2. O PA Olho D'água da Escada	77
5.2.1. Formação histórica e a atuação dos mediadores sociais	77
5.2.2. Caracterização das famílias assentadas	85
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PAPEL DA MEDIAÇÃO SOCIAL NA DEFINIÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA COOAPAB E DA INTE- GRAÇÃO AGROINDUSTRIAL COMO ESTRATÉGIAS ECONÔMI- CAS DOS ASSENTAMENTOS DO OESTE POTIGUAR	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
APÊNDICES	115
APÊNDICE A	116
APÊNDICE B	134

LISTA DE QUADROS

		Página
1	Comparação entre os princípios do cooperativismo tradicional e o cooperativismo utópico	16
2	Modelos de cooperação nos assentamentos	19
3	Plano nacional de reforma agrária no Rio Grande do Norte (comparativo entre metas e realizações - 1986-1989)	33
4	Ocupações de terra no Rio Grande do Norte - 1997	34
5	Conflitos por terra no Rio Grande do Norte - 1997	35
6	Número de PA's criados por ano no Rio Grande do Norte	37
7	Distribuição dos PA's por microrregião, número de famílias beneficiadas e área desapropriada para fins de reforma agrária no Rio Grande do Norte até 2000	37
8	Condição do produtor rural em Baraúna (comparativo entre os censos agropecuários de 1985 e 1995-1996)	42
9	PA's criados no município de Baraúna até 2000	43
10	Número de estabelecimentos por grupo de área total (ha) - Baraúna (comparativo entre os censos agropecuários de 1985 e 1995-1996)	43

11	PA Rancho do Pereiro - cronologia da formação histórica e atuação dos atores externos	55
12	PA Rancho do Pereiro - produção agrícola - safra 98/99	60
13	PA Rancho do Pereiro - comercialização da produção agrícola - safra 98/99	61
14	PA Rancho do Pereiro - produção animal - 1999	63
15	PA Rancho do Pereiro - comercialização da produção animal - 1999	64
16	PA Rancho do Pereiro - distribuição dos meios de transporte - 2000	71
17	PA Rancho do Pereiro - distribuição dos eletrodomésticos nas residências - 2000	72
18	PA Olho D'água da Escada - cronologia da formação histórica e atuação dos atores externos	84
19	PA Olho D'água da Escada - local de residência anterior ao assentamento	86
20	PA Olho D'água da Escada - produção agrícola - safra 98/99	89
21	PA Olho D'água da Escada - comercialização da produção agrícola - safra 98/99	90
22	PA Olho D'água da Escada - produção animal - 1999	91
23	PA Olho D'água da Escada - distribuição dos eletrodomésticos nas residências - 2000	96
24	PA Olho D'água da Escada - distribuição dos meios de transporte - 2000	97

LISTA DE FIGURAS

		Página
1	Assentamentos rurais e mediadores sociais - Brasil - 1996	8
2	Localização geográfica do Estado do Rio Grande do Norte ...	28
3	Localização geográfica do município de Baraúna	39
4	PA Rancho do Pereiro - Agrovila - 2000	45
5	PA Rancho do Pereiro - local de nascimento dos chefes de família	56
6	PA Rancho do Pereiro - última ocupação dos chefes de família	58
7	PA Rancho do Pereiro - distribuição etária dos assentados	59
8	PA Rancho do Pereiro - cultivo do melão - 2000	62
9	PA Rancho do Pereiro - condições de acesso ao crédito para custeio da produção agrícola - safra 98/99	65
10	PA Rancho do Pereiro - valores dos financiamentos para custeio - safra 98/99	65
11	PA Rancho do Pereiro - modelo de instalação animal - 2000 ..	67
12	PA Rancho do Pereiro - distribuição das instalações animais - 2000	67

13	PA Rancho do Pereiro - participação dos assentados em grupos organizados antes do assentamento	73
14	PA Olho D'água da Escada - agrovila - 2000	79
15	PA Olho D'água da Escada - local de nascimento dos chefes de família	85
16	PA Olho D'água da Escada - distribuição etária dos assentados	87
17	PA Olho D'água da Escada - última ocupação dos chefes de família	88
18	PA Olho D'água da Escada - valores dos financiamentos para custeio - safra 98/99	92
19	PA Olho D'água da Escada - distribuição das instalações animais - 2000	93
20	PA Olho D'água da Escada - participação dos assentados em grupos organizados antes do assentamento	97

LISTA DE SIGLAS

AACC - Associação de Apoio às Comunidades do Campo.

CEB's - Comunidades Eclesiais de Base.

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

CONTACAP - Conta Cooperativa de Capacitação.

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura.

COOAPAB - Cooperativa Agropecuária dos Produtores dos Assentamentos de Baraúna.

CPA's - Cooperativas de Produção Agropecuária.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

FETAG's - Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura.

FETARN - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte.

FNE - Fundo Especial para o Nordeste.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte.

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MAISA - Mossoró Agro-Industrial S.A.

MEB - Movimento de Educação de Base.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

MSTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

NOLEM - Expressão criada com a inversão da palavra inglesa MELON, usada para denominar o escritório da MAISA responsável pelos contratos de integração.

ONG's - Organizações Não-Governamentais.

PA - Projeto de Assentamento.

PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor.

PCB - Partido Comunista do Brasil.

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária.

PPDL - Plano Preliminar de Desenvolvimento Local.

PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PTA-Nordeste - Projeto de Tecnologias Alternativas – Nordeste.

SINE - Sistema Nacional de Emprego.

SPSS - Statistical Package for Social Science.

SR 19 - Superintendência Regional/INCRA - Rio Grande do Norte.

STRB - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baraúna.

RESUMO

SILVA, José Nunes da, M.S., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2001.
Mediação social e estratégias econômicas nos assentamentos do Oeste Potiguar. Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto. Conselheiros: Fábio Faria Mendes e José Roberto Pereira.

A partir do início da década de 90 vem se registrando uma expansão no número de assentamentos rurais no Brasil, como resultado de lutas sociais no campo, que têm pressionado o poder público, com o objetivo de garantir políticas que desconcentrem a posse da terra, e implementem um processo de reforma agrária no país. Tal expansão no número de assentamentos criados em todas as regiões brasileiras, tem impulsionado uma vasta produção científica sobre o tema, enfocando os processos de luta pela a terra, a organização interna dos projetos, sob as perspectivas social, política e econômica, bem como, mais recentemente, abordagens que visam analisar a viabilidade econômica destas áreas e suas possibilidades de inserção no mercado. Compreendendo o momento da organização econômica como posterior ao momento mais imediato de “chegada” ao assentamento, onde a organização interna e da produção tornam-se mais preeminentes, este trabalho analisou as formas de organização social e política de dois assentamentos rurais para compreender os fatores sociais e políticos que foram determinantes na definição das estratégias econômicas adotadas nos mesmos. Os

assentamentos rurais pesquisados localizam-se no município de Baraúna, região oeste do estado do Rio Grande do Norte, no nordeste brasileiro. Nesta região diversos assentamentos criados na década de 90, desenvolvem a fruticultura irrigada como atividade econômica, e vêm adotando como estratégias de inserção no mercado a constituição de cooperativas agrícolas e a integração agroindustrial. Constatou-se nos diferentes momentos de constituição e consolidação dos assentamentos a presença de diferentes mediadores sociais, entendidos neste trabalho como instituições e movimentos sociais envolvidos no processo de organização dos trabalhadores rurais, tais como sindicatos, associações, instituições religiosas, organizações não-governamentais etc., que na maioria das vezes são externos ao assentamento e propiciam a emergência de formas de organização social, política e econômica específicas em cada contexto. Nos casos pesquisados compreende-se que a opção por determinada estratégia econômica ocorre num campo de forças, perpassado por interesses tanto dos assentados, quanto de tais mediadores, campo este que comporta muitas vezes disputas entre mediadores de diversos matizes ideológicas e que acabam reproduzindo os valores das entidades e organizações que representam, bem como, valores pessoais, que são transmitidos, principalmente, através das relações que são estabelecidas no cotidiano com os trabalhadores. Assim, os mediadores sociais influenciam na definição das estratégias econômicas a serem adotadas nos assentamentos, a partir do momento que disponibilizam aos assentados recursos técnicos, financeiros e simbólicos, na maioria das vezes, em conjunturas adversas. Percebeu-se, também, que muitas vezes os mediadores adequam seus discursos a públicos-alvo visando atingirem suas metas de atuação, definidas num plano amplo de ação das organizações e entidades das quais fazem parte, plano este que norteia a atuação de seus técnicos e assessores.

ABSTRACT

SILVA, José Nunes da, M.S., Universidade Federal de Viçosa, July 2001.
Social mediation and economical strategies in the settlements of the West Potiguar. Adviser: José Ambrósio Ferreira Neto. Committee Members: Fábio Faria Mendes and José Roberto Pereira.

At the beginning of the decade of 90, it were registering an expansion in the number of rural settlement in Brazil, as a result of social struggles in the field, pressing the public power, with the objective of guarantee politics to distribute the ownership of the soil, and implement a agrarian reform process in the country. Such expansion in the number of settlements created in all of the Brazilian regions, it has been impelling a vast scientific production on the theme, focusing the struggle for the soil, the organization interns of the projects, under the social perspectives, politics and economical, as well as, more recently, approaches that seek to analyze the economical viability of these areas and their insert possibilities in the market. Understanding the moment of the economical organization as later fact to the most immediate moment of “arrival” to the settlement, where the organization interns and of the production it become more prominent, this research analyzed the forms of social and political organization of two rural settlement to understand the social and political factor that were decisive in the definition of the economical strategies

adopted in the same ones. The researched rural settlement are located in the Barauna's municipal district, west region of the Rio Grande do Norte State, in the Brazilian northeast. In this region, several settlements created in the decade of 90, develop the production of the fruits irrigated as economical activity, and they come adopting as insert strategies in the market, the constitution of agricultural cooperatives and the integration agroindustrial. It was verified in the different moments of constitution and consolidation of the settlement, the presence of different social mediators, understood in this work as institutions and social movement involved in the process of the rural worker's organization, such as unions, associations, religious institutions, non-government organizations, etc., that most of the time, are external to the settlement and they propitiate the formation of social organizations ways, politics and economics specific in each context. In the researched cases it is understood that the option for certain economical strategy happens in the field of forces, crossed by interests so much of those peasants, as of such mediators, field that wrap many times ideological argues among mediators and that, finally they reproduce the values of the entities and organizations, as well as, personal values, that they transmit, mainly, trough the relationships that are established in the daily with the workers. Like this, the social mediators influence in the definition of the economical strategies the they be adopted in the settlement, starting form the moment that they prepare, to the peasants, technical, financial and symbolic resources, most o f the time, in adverse conjunctures. It was noticed, also, that many times the mediators adapt their speeches to target populations seeking reach their goals of performance, defined in a wide action plan of the organizations and entities of the which are part. This that orientates a performance of their technicians and advisors.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O problema de pesquisa e sua importância

A concentração fundiária no Brasil é um problema que vem se perpetuando desde a época da colonização. Ao longo do tempo, esta estrutura fundiária altamente concentrada, que de resto reflete a concentração de riquezas e poder, tem, recorrentemente, provocado a emergência de diversos conflitos no campo. Tais conflitos, sob diferentes perspectivas, se referem à ação de grupos de trabalhadores que, sob os mais diversos níveis e tipos de organização, se contrapõem ao poder do latifúndio na luta pela reforma agrária. Nesse sentido, o debate a respeito da necessidade de realização da reforma agrária no país tem sido recorrente, como um processo que não apenas promova a alteração na estrutura fundiária, mas também a integração das milhares de famílias de trabalhadores sem terra à dinâmica de produção e consumo da riqueza nacional. Dentre os diversos fatores que, nos últimos 40 anos, contribuíram para esta concentração da posse e uso da terra destaca-se a modernização da agricultura brasileira, que, intensificada a partir de meados da década de 60, beneficiou a formação de grandes propriedades pela alta disponibilidade e baixo custo de recursos creditícios, tecnológicos e jurídicos, ampliando tanto a concentração fundiária nas áreas já ocupadas pela agricultura comercial, como também naquelas até então consideradas como áreas de fronteira. Apesar das diversas transformações políticas e econômicas

que o país tem vivido nas últimas décadas, manteve-se a perenidade do debate sobre a reforma agrária no Brasil. Este debate embora se apresente com conotações distintas de acordo com a conjuntura política do país, mantém sua importância como uma questão fundamental para a solução de graves problemas de ordem social e econômica.

As tentativas de implementação e operacionalização do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária – I PNRA, durante a Nova República, bem como os acirrados debates a respeito do tema durante a Assembléia Nacional Constituinte, nesse mesmo período, marcaram a retomada das lutas e dos processos de organização e mobilização em torno do lema “terra para quem nela vive e trabalha”. Tratava-se de uma conquista após vários anos de violência e repressão por parte dos governos militares.

A partir desse período intensificou-se a atuação dos movimentos sociais e do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais – MSTR na luta pela terra, o que tem resultado, como resposta do poder público, na criação de assentamentos rurais, principalmente nas áreas de maior conflito e tensão. A constituição de tais assentamentos, embora insuficiente tanto em relação à demanda existente, quanto em relação às condições nas quais os projetos são implementados e da necessidade contínua de mobilização como forma de pressão ao poder público, tem possibilitado o acesso à terra para milhares de trabalhadores, com o assentamento, de cerca de 482.206 famílias, apenas no período entre 1995 e 2000, retirando das mãos do latifúndio uma área aproximada de 18.040.378 de hectares, de acordo com os dados do INCRA⁴

A expansão do número de assentamentos tem impulsionado uma vasta produção científica sobre o tema, enfocando os processos de luta pela terra, a organização interna nos projetos, sob as perspectivas social, política e econômica, bem como, mais recentemente, abordagens que visam analisar a viabilidade econômica destas áreas e suas possibilidades de inserção no mercado.

A constituição dos assentamentos representa um momento de redefinição de projetos de vida e identidades construídas ao longo das

⁴ Para maiores informações sobre a dinâmica do processo de implementação dos assentamentos rurais no Brasil ver, entre outros, a homepage incra.gov.br, bem como MEDEIROS et al. (1994) e MEDEIROS e LEITE (1999).

trajetórias vivenciadas pelos trabalhadores. Este momento mediado por diversos atores sociais, na maioria das vezes externos ao assentamento, propicia a emergência de formas de organização social, política e econômica distintas.

Entende-se neste trabalho que a busca da viabilidade econômica, através da inserção no mercado, mostra-se como uma necessidade, posterior ao momento mais imediato, de “chegada” ao assentamento. Trata-se de um momento em que um novo modelo de organização, baseado em questões econômicas, deve ser constituído, como condição para a consolidação e emancipação destes projetos. Considerando a importância da adoção de tais estratégias econômicas no contexto dos assentamentos, alguns trabalhos científicos como os de ZIMMERMANN (1989) e KLEBA (1994) apontam a integração agroindustrial e a constituição de cooperativas agrícolas como estratégias experimentadas em diversos assentamentos no país.

Este trabalho analisou as formas de organização social e política de dois assentamentos rurais no sentido de compreender quais fatores foram determinantes na definição das estratégias econômicas adotadas nos mesmos. A área investigada foi o município de Baraúna, na região Oeste do Rio Grande do Norte, onde diversos assentamentos implementados na década de 90 desenvolvem a fruticultura irrigada como atividade econômica, e vêm adotando como estratégias de inserção no mercado a constituição de cooperativas agrícolas e a integração agroindustrial.

Foram analisados o PA Rancho do Pereiro, criado em 1992 onde atualmente residem 16 famílias que viabilizam a comercialização de seus produtos através da cooperação agrícola, e o PA Olho D'água da Escada, criado em 1995, onde 09 famílias viabilizam a comercialização da produção pela integração agroindustrial com o grupo Mossoró Agroindutrial S.A. (MAISA) através de seu escritório responsável pelos contratos de produção, denominado NOLEM⁵.

Nos assentamentos do Oeste Potiguar, a integração agroindustrial tem se mostrado como uma estratégia de organização econômica para os assentados produtores de frutos tropicais, a exemplo do que tem ocorrido em

⁵ Expressão derivada da inversão da palavra inglesa MELON.

outras áreas do país, onde predomina a agricultura familiar, estabelecendo-se contratos de produção em atividades como a avicultura, suinocultura e fumicultura, entre outras.

Recentemente vem se desenvolvendo na região uma outra estratégia de organização econômica que é a constituição de cooperativas dos assentamentos que, em nível nacional, vem consolidando-se como uma prática incentivada, principalmente por mediadores, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que a partir do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), criado em 1989, fundou em 15 de maio de 1992 a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB)⁶.

Considerando que o PA Rancho do Pereiro e o PA Olho d'água da Escada, estudados nesta pesquisa, apresentam características semelhantes no momento de sua constituição, principalmente no que se refere à presença do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), enquanto principais mediadores da luta pela terra, e posteriormente da Associação de Apoio as Comunidades do Campo (AACC) que atuou na organização das associações de produtores e do processo produtivo que culminou na adoção da fruticultura como atividade econômica, ainda assim estes optaram por estratégias de inserção no mercado díspares. Tem-se, portanto, como problema de pesquisa a seguinte questão: “Quais foram os fatores que orientaram a definição das estratégias de organização econômica nos assentamentos estudados?” A partir desta questão teve-se com objetivo Identificar e analisar as estratégias de produção e comercialização adotadas nos dois projetos de assentamentos, a partir da organização social e política dos mesmos, para compreender os fatores que orientaram a formulação e adoção destas.

Para melhor compreensão da abordagem dada ao tema o trabalho foi subdividido em cinco partes, a saber: na primeira parte apresenta-se uma reflexão sobre a atuação das estruturas de mediação, bem como sobre a cooperação e a integração agroindustrial como mecanismos que possibilitam a viabilidade econômica dos assentamentos rurais. Discute-se também o papel da religião na organização dos trabalhadores rurais. Na segunda parte são

⁶ Para maior aprofundamento sobre o desenvolvimento do SCA, bem como da fundação da CONCRAB e seus objetivos, ver AUED e GRADE (2000).

apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Na terceira parte apresenta-se um histórico da luta pela terra no Rio Grande do Norte. Na quarta seção buscou-se reconstituir o processo de luta pela terra no município de Baraúna, no qual localizam-se os assentamentos estudados, incluindo o histórico dos dois assentamentos e da atuação dos diferentes mediadores, bem como um perfil das famílias assentadas, elaborado a partir de suas trajetórias de vida e das diferentes formas como, atualmente se inserem no cotidiano dos projetos. Na quinta e última seção analisou-se os mecanismos que determinaram as opções pelo ingresso na cooperativa e a pela integração agroindustrial, como estratégias econômicas de inserção dos assentamentos no mercado, buscando explicitar a atuação dos mediadores sociais nesse processo, bem como, buscou-se fazer uma síntese de todo o processo de modo a ficar claro o paralelo que se percebeu entre a atuação dos mediadores e definição das estratégias econômicas nos assentamentos rurais analisados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

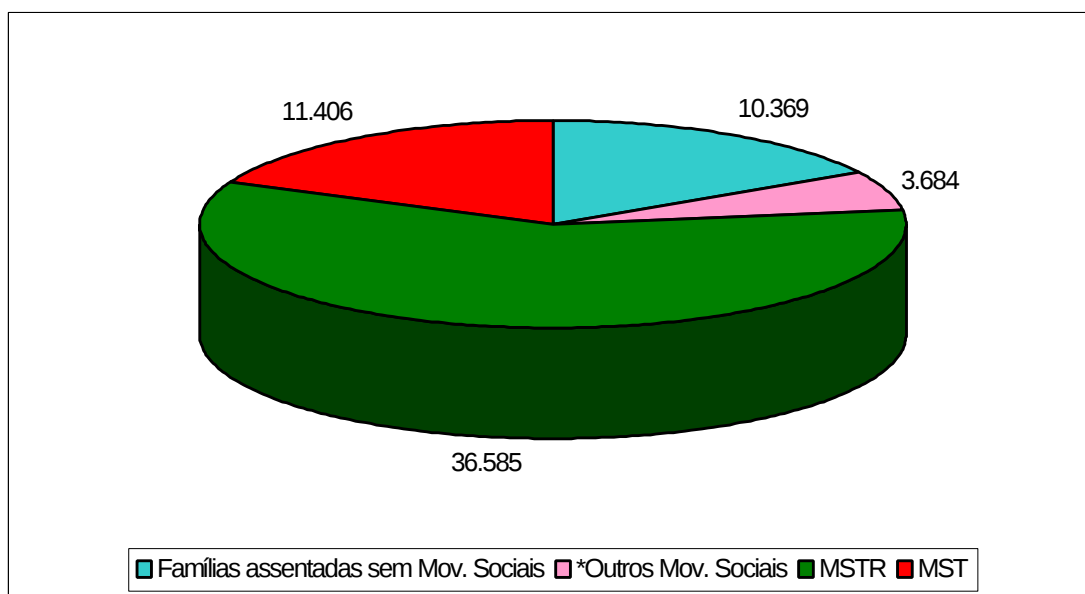
2.1. Mediação social e a organização dos assentamentos rurais

A importância da atuação de mediadores no processo de implementação dos assentamentos rurais é discutida por diversos autores como BERGAMASCO (1994), D'INCAO e ROY (1995), ZIMMERMAN (1989), KLEBA (1994) e outros, que identificam nessa atuação o estabelecimento dos instrumentos materiais e canais de informação e formação que irão possibilitar a organização dos trabalhadores em torno de um interesse comum, o acesso à terra e a permanência nela.

Contudo, antes de aprofundarmos a discussão sobre o papel da mediação e das diferentes formas como esta se concretiza na definição dos mecanismos de organização social e econômica nos assentamentos rurais, faz-se necessário uma delimitação da forma como esse conceito será definido neste trabalho. O primeiro ponto importante a ser percebido se refere à existência de uma diversidade de atores institucionais que, no caso específico da luta pela terra e a implementação de assentamentos rurais, se apresentam como mediadores, que por um lado buscam a sua efetivação e, por outro, agem contra a proposta de reforma agrária. Ou seja, existem diversos agentes e formas de mediação em torno desta mesma proposta o que faz com que o ponto em questão se constitua também em um campo de disputa entre os mediadores.

O conceito de mediação passa a ser incorporado nos trabalhos acadêmicos sobre o campo brasileiro a partir dos anos 70. NOVAES (1994) argumenta que a partir dos trabalhos que utilizam o conceito, mais particularmente, nos que estudam assentamentos rurais é possível apresentar uma classificação organizada em três tipos de mediadores principais, que se fazem presentes no cotidiano dos mesmos, à saber: mediadores externos, mediadores de “cima” e mediadores de “dentro”. O termo mediador externo é empregado para caracterizar a atuação de igrejas, universidades, Estado e ONG's. No caso específico das ONG's, a autora afirma que estas têm na mediação a sua razão de ser e, sendo prestadoras de serviço produzem inclusive, profissionais da mediação. Os mediadores de “cima” englobam os técnicos que atuam na esfera estatal, e no entanto estão comprometidos com os trabalhadores, visando potencializar as demandas dos mesmos. Por fim, atribui-se o termo mediador de “dentro”, aos representantes e dirigentes indicados por suas entidades para serem seus mediadores concretos, aos quais se atribui representação e poder, como exemplo nos sindicatos e movimentos populares. No entanto em todas as formas de mediação estas entidades e atores se propõem a ser ponte, estar entre, fazer meio campo, tornando-se assim o “mediar” numa introdução de falas e linguagens (NOVAES, 1994).

Dessa forma, parte-se do princípio de que no caso específico dos assentamentos rurais, as atuações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais – MSTR, se apresentam apenas como duas das diversas formas de mediação envolvidas na luta dos trabalhadores rurais. Portanto, é importante ressaltar que, a mediação da luta pela terra e pela organização e consolidação dos assentamentos rurais não se restringe somente às ações do MSTR e do MST, visto que outras instituições e agentes estão envolvidos nesse processo. Como ilustração dessa diversidade de mediadores atuando em torno da reforma agrária, a Figura 1 expressa a distribuição das áreas de assentamento a partir do predomínio de diferentes estruturas de mediação. Tratam-se de dados apresentados pelo governo federal, relativos às famílias assentadas até 1996, em todo o país.



* Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento da Luta pela Terra (MLT), dentre outros.⁷

Fonte: INCRA/CRUB (1997).

Figura 1 - Assentamentos rurais e mediadores sociais - Brasil - 1996.

A utilização do conceito de mediação neste trabalho, buscou também incorporar o alerta, apresentado por NOVAES (1994), para o perigo da banalização do termo, a partir da não-percepção de suas formas externas e internas de articulação nas organizações e nos movimentos sociais, pelo não-reconhecimento do limite estreito que separa esse conceito da noção de representação, e pelo fato de que a mediação também se dá a partir das oposições aos movimentos dos trabalhadores. Nesse sentido, buscou-se restringir o conceito de mediadores ao conjunto de instituições e indivíduos envolvidos no processo de organização da luta pela conquista e permanência na terra, sem desconsiderar, contudo, a existência de mediadores no processo de organização da luta contra a reforma agrária.⁸

⁷ Para maior aprofundamento sobre a diversidade de movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, ver FERNANDES (2000).

⁸ Com relação à ação dos mediadores sociais na construção de assentamentos rurais, ver também D'INCAO e ROY (1995) e NEVES (1996).

Assim, por mediadores sociais, num sentido mais restrito e específico, entende-se as instituições e os movimentos sociais envolvidos no processo de organização dos trabalhadores rurais, tais como sindicatos, associações, instituições religiosas, organizações não-governamentais, etc. Numa perspectiva em sintonia com os argumentos de NEVES (1996), para quem o termo mediação refere-se, geralmente, a intervenção dos mediadores, buscando conciliar impasses entre os trabalhadores e o mundo exterior ao assentamento, tendo em vista o estabelecimento de acordos ou compromissos. A ação e o exercício da mediação da luta pela terra ocorrem num contexto em que, geralmente, a contestação da ordem vigente se faz necessária e as noções de direito e de cidadania devem ainda passar por um processo de internalização nos grupos antes mantidos em situações marginais. Isto ocorre também em relação à definição de estratégias econômicas nos assentamentos, no momento em que a falta de informação por parte dos trabalhadores, principalmente no tocante a análise de mercados e das oportunidades de inserção nos mesmos, torna-se a maior dificuldade enfrentada.

A ação coletiva que permeia a luta pelo acesso à terra e a constituição de mecanismos que permitam a permanência nela com dignidade, seja aquela conduzida pelo MST, pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores, ou por qualquer outro mediador, é o produto da articulação entre necessidades, desejos e oportunidades que perpassam a vida dos trabalhadores envolvidos, e é nesse sentido, mediada pela crença ou pela convicção dos indivíduos na efetividade e nas possibilidades de sucesso do caminho, que a estratégia é escolhida para realização de seus interesses.

Estes interesses foram aqui entendidos nos termos de PRZEWORSKI (1989), como necessidades que podem ser satisfeitas mediante o consumo e uso de mercadorias, visando a melhoria do bem-estar dos trabalhadores, e ainda, embasando suas preferências políticas e estratégias de organização .

Tanto as ações coletivas dos trabalhadores rurais quanto a própria atuação e intervenção dos mediadores são profundamente marcadas pelo desempenho e estratégias de ação adotadas por determinadas lideranças locais, o que reforça a importância das preferências políticas e religiosas que lhes orientam. Por outro lado, após a conquista da terra, a configuração de um

novo quadro de interesses, relações de parentesco, intervenção de novos mediadores e a abertura de amplo conjunto de relações pessoais, vão determinar a necessidade de uma reordenação do perfil dos mediadores já presentes ou, até mesmo a definição de novos esquemas de mediação, já que neste momento os interesses tornam-se cada vez mais diferenciados para cada grupo de trabalhadores, ou ainda, para cada família em particular.

Essa relação entre a dinâmica de formação e manifestação dos interesses e necessidades dos trabalhadores e o perfil mais adequado da estrutura de mediação, apontam para o fato de que nenhum dos diferentes mediadores do processo de organização dos trabalhadores rurais (CPT, MSTR, MST, partidos políticos, e suas respectivas lideranças) detém o monopólio da organização coletiva da luta pela conquista e permanência na terra. As diversas faces dessa mediação manifestam-se a partir de um complexo jogo entre esses diferentes mediadores e entre estes e os trabalhadores. A emergência e a explicitação de um mediador privilegiado dar-se-ão, de forma circunstancial, em razão dos elementos específicos que envolvem a sua constituição interna e também da sua capacidade de construir e processar demandas e relações num contexto em que as condições externas e conjunturais são transitórias e, quase sempre, adversas.

Dessa forma, ao apontarmos a importância da atuação dos mediadores tanto na constituição dos assentamentos rurais quanto na definição de suas formas de organização social e econômica, percebe-se que o papel fundamental das diferentes estruturas de mediação seria o de propiciar condições necessárias para o surgimento da ação coletiva, principalmente informação. Nesse sentido, o mediador age buscando dar a partida para um processo de reivindicação política e ou econômica, a partir da articulação entre os elementos estruturais e coletivos. O papel do mediador refere-se, então, à interpretação dos cenários possíveis para emergência da ação coletiva, articulando os contextos estruturais e conjunturais com as demandas específicas dos trabalhadores. Assim, é a interpretação que o mediador faz desses cenários, associada à especificidade da demanda em questão, que irá determinar o perfil e a orientação da ação coletiva, uma vez que é a partir dessa interpretação, que se efetivará tanto a articulação entre os cenários

apresentados quanto a definição das estratégias e das formas de luta adotadas.

As noções de interesse, de racionalidade e de identidade – familiar, religiosa, etc. - dos trabalhadores rurais são os elementos utilizados pelos diferentes mediadores na interpretação dos cenários que vão orientar o processo de construção da ação coletiva. Em relação à busca de viabilidade econômica nos assentamentos, esse processo tem início na percepção de que a existência de diferenças entre as formas de organização familiar e social dentro dos projetos pode facilitar ou impedir a definição de estratégias referenciadas na cooperação.

Assim, as questões relacionadas à vida cotidiana e à privacidade dos assentados, estão na raiz de uma constante tensão entre a dimensão coletiva e a individual no processo de reprodução social e econômica nos assentamentos rurais, o que implica maiores dificuldades na ação efetiva dos diferentes mediadores do processo. Essas dificuldades aumentam à medida que a diversidade de interesses, que permeia a opção de cada família no momento da consolidação do assentamento, ultrapassa o interesse aglutinador representado pela terra, no momento da ocupação e do acampamento. As diferentes trajetórias percorridas por esses trabalhadores, agora assentados, fruto de suas experiências e condições econômicas, religiosas, familiares, etc., se apresentam como questões importantes na definição de um modelo formal de organização social e produtiva nos assentamentos.

No caso específico da análise neste trabalho, em que diferentes mediadores se fizeram presentes no momento de constituição dos assentamentos, e continuam atuando nos processos de organização política, social e econômica dos mesmos, torna-se pertinente o argumento de NEVES (1996), de que os mediadores que atuam na constituição do assentamento, ao recriarem um projeto que visa a permanência dos trabalhadores na terra, garantem a confiança dos assentados, e, a partir daí, configuram um novo sistema de autoridade, o que lhes possibilita, legitimar e desqualificar iniciativas dos demais mediadores que venham atuar na área, constituindo assim uma complexa e, por vezes conflitiva, rede de mediação.

Assim as dinâmicas que emergem da atuação de cada mediador, e caracterizam os assentamentos, fazem com que neste trabalho tenha-se a necessidade de reconstruir as trajetórias de organização social e política dos mesmos. Isto torna-se necessário para compreender como se relacionam os assentados e mediadores no momento de decidirem a estratégia econômica a ser implementada. Como afirma NEVES (1996) se o mundo social que referencia a prática dos assentados, é dependente da intervenção dos mediadores, que disponibilizam, principalmente, apoio financeiro e político, as imbricações de interesses não podem ser compreendidas se não analisamos as ações referenciadoras das práticas dos mediadores, sendo estas compreensíveis a partir de um conjunto de idéias, valores e modos de comportamento transmitidos. A autora ressalta ainda que as referências que orientam as ações são conjugações de interesses desiguais, mas mutuamente delineados pelos assentados e atores externos de diferentes organizações e Instituições que atuam no assentamento.

Parte-se do entendimento que a constituição dos assentamentos rurais, e os momentos posteriores de organização interna, como a organização, objetivando a inserção destes nos espaços sociais, políticos e econômicos da sociedade de modo geral, não são processos seqüenciais e nem isolados. Acredita-se que isto somente se efetivará a partir das formas como serão estabelecidas as relações entre os mediadores e assentados, e de como serão superadas as contradições, fruto dessa relação, que perpassa todos os momentos, inclusive o de organização econômica visando a inserção no mercado.

Nesta perspectiva, alguns elementos fundamentais para a investigação dos modelos de organização social, política e econômica, e que nortearão a reconstrução das trajetórias organizacionais, devem ser aqui explicitados. O primeiro elemento que interessa é identificar e compreender o papel dos mediadores no processo de organização interna dos assentamentos, pois é através de suas intervenções que esta se consolida.

Segundo GUANZIROLI (1994), a forma de organização social e política dos assentamentos é apresentada na literatura por duas vertentes principais, a primeira que agrupa os autores que argumentam a favor da organização coletiva total do assentamento como sendo a mais viável, do ponto de vista

tanto econômico quanto social, e uma segunda que agruparia os que argumentam ser a forma individual de exploração da terra e do trabalho, a mais adequada aos interesses dos assentados. Estas formas organizacionais baseadas na coletividade e na individualidade podem caracterizar um impasse presente na atuação de diferentes mediadores como o MST e o MSTR, aqui descritos, pois como afirma FERRANTE (1994) existe uma divergência na concepção dos caminhos de estruturação do espaço coletivo do assentamento, demonstrando concretamente a inexistência de diretrizes políticas unívocas, apresentadas pelos mediadores.

Diante deste impasse, alguns autores como D'INCAO e ROY (1995) e ZIMMERMANN (1989), apontam a maior flexibilidade na definição das formas organizativas como solução para o mesmo, por entenderem que é a partir da decisão do conjunto das famílias, que deve ser definida a forma de organização que mais dinamiza a gestão do assentamento e do trabalho, bem como mais se identifica com os seus projetos de vida, no lote conquistado.

Pelo exposto percebe-se as dificuldades enfrentadas na busca da consolidação da organização social e política dos assentamentos quando diferentes mediadores atuam, e compreende-se que esta realidade não se modifica quando os assentados deparam-se com o impasse de como se organizar economicamente para garantir sua reprodução e inserção no mercado, tendo que realizar uma escolha dentre diferentes estratégias econômicas.

2.2. Estratégias econômicas nos assentamentos rurais

2.2.1. Constituição de cooperativas de produção

Compreende-se a organização econômica dos assentamentos nos termos de MEDEIROS e LEITE (1999), que negam uma perspectiva meramente produtivista, e analisam-na como elemento fundamental para que estes “novos agricultores”, após terem acesso a um conjunto de medidas sociais e políticas, possam desenvolver atividades que lhes garantam a inserção no mercado de trabalho e consumo, mas que visem, também, a reprodução da unidade familiar. Entende-se, assim, que este momento de

organização econômica dos assentamentos pode refletir relações conflituosas vivenciadas historicamente no cotidiano de consolidação da organização social e política dos mesmos.

Considera-se também os argumentos de BERGAMASCO (1994), onde a autora afirma que a possível inserção no mundo das mercadorias aglutina os assentados visando a melhoria das condições de vida no assentamento. Neste contexto, os trabalhadores visam, principalmente, desenvolver mecanismos de acesso ao mercado, durante o processo de produção agropecuária e de comercialização, o que nem sempre é observado em outras situações, em que interesses mais difusos estão em jogo.

No debate atual sobre os esforços desprendidos nos assentamentos na busca da consolidação de sua organização econômica, algumas estratégias vêm sendo implantadas visando alcançar este objetivo. Dentre estas, tomando como referência o escopo dos objetivos deste trabalho, foram analisadas a constituição de cooperativas agrícolas e a integração agroindustrial.

Estudando o sistema cooperativista agrícola tradicional, SCHNEIDER (1981) afirma que os princípios desta prática prometiam tomar o lugar da competição e da ganância pelo lucro e integrar as instâncias da produção, distribuição e consumo de mercadorias, constituindo assim a base da nova sociedade, mais justa e mais humana, não comportando nem exploradores, nem explorados. No entanto, o autor conclui que, apesar de quase cem anos de existência no Brasil, este cooperativismo está longe de atingir a expressividade requerida para funcionar como verdadeiro instrumento de desenvolvimento econômico e social.

Ao constatar tais debilidades nas formas de organização do cooperativismo tradicional, SCHNEIDER (1981) propõe modelos alternativos de organização, que transcendam o pressuposto da exploração familiar individual dos recursos produtivos. Mais especificamente, propõe a formação de organizações que envolvam a possibilidade de controle da terra e da organização do processo produtivo baseado no trabalho coletivo ou comunitário⁹, ou, ainda, de esquemas mistos, que combinem a organização

⁹ A idéia de trabalho coletivo tem sido correntemente incentivada pelo MST, como parte de um projeto de coletivização total dos assentamentos que visa aumentar a produtividade do trabalho e conseqüentemente o lucro, sendo na maioria das vezes coordenado pelas CPA's. Já o termo trabalho comunitário é baseado nos ideais de "irmandade", propagado principalmente por organizações ligadas a

coletiva ou comunitária com a exploração familiar de pequenas parcelas individuais. Finalmente, o autor aponta os assentamentos rurais como áreas propícias à implantação destes tipos de alternativas que, a partir da cooperação, teriam garantida sua viabilidade econômica. A opção do autor pelo delineamento de modelos de cooperação em projetos de assentamento se refere ao fato de que os assentados já possuem, em alguma medida, experiência em processos de organização social.

Nessa mesma perspectiva, KLEBA (1994) afirma que para o contexto específico dos assentamentos brasileiros, o modelo de cooperação baseia-se em experiências desenvolvidas em comunidades gaúchas. Tais experiências, realizadas em pequenos grupos datam de 1979, e passaram a ser incentivadas pelo MST, a partir de sua criação no início da década de 80, destacando-se como referência a experiência com 10 famílias transferidas do acampamento de Encruzilhada Natalino, para uma área de 108 hectares adquirida pela Igreja Católica no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em 1983, onde fundaram a Associação de Agricultores de Nova Ronda Alta, tornando-se posteriormente em associação modelar para o movimento (AUED e GRADE, 2000).

A avaliação dos resultados de diversas experiências fez o MST criar em 1989 um Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), visando desenvolver diferentes formas de cooperação nos assentamentos, iniciativa esta que culminou com a fundação da CONCRAB. No princípio, essa proposta de cooperativismo agrícola nas áreas de assentamento, caracterizava-se pela rejeição de filiação às entidades e instituições capitalistas, como forma de manter seu caráter de alternativa social e independência. No entanto, atualmente as Cooperativas de Produção Agrícola (CPA's) buscam colocar-se competitivamente no mercado através do uso de créditos, da agroindustrialização integrada e da exportação de seus produtos, embora a orientação do MST objetive incentivar um modelo cooperativo alternativo ao tradicional, visando superar as diferenças sintetizadas no Quadro 1.

Igreja Católica como as Comissões Eclesiais de Base (CEB's), inicialmente, e mais recentemente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), ao propor os mutirões, roças coletivas, trocas de dias de trabalho, etc.

Quadro 1 - Comparação entre os princípios do cooperativismo tradicional e o cooperativismo utópico

	Cooperativismo utópico	Cooperativismo tradicional
1. Caráter da sociedade	Político (visa a transformação da empresa econômica, busca melhorar a condição de vida dos assentados).	Empresa econômica.
2. Finalidade	Produção (organização da produção, do plantio até a industrialização).	Comercio (circulação de mercadorias).
3. Organização do trabalho	Produção familiar e cooperativada (visa incentivar e desenvolver a cooperação).	Produção familiar individual ou empresa familiar.
4. Base da cooperativa	Trabalha com todos os associados.	Trabalha com os interessados.
5. Valorização do associado	Visa ser massiva. Trabalha para não perder os associados. Por isso, busca forma de incluí-los.	Seleciona os associados a partir do retorno econômico, excluindo os menos eficientes.
6. Classe dos associados	Uniclassista (só pequenos produtores).	Pluriclassista (grandes e pequenos produtores).
7. Distribuição das sobras	Devem ser distribuídas para os associados em dinheiro ou em serviços.	Normalmente não são distribuídas, sendo reinvestidas na Cooperativa.
8. Direção	Coletiva e de responsabilidade de cada membro, ficando a direção legal num segundo plano.	Legal (presidencial).
9. Formação	Política, ideológica e técnica.	Técnica.
10. Associado	Todos os membros da família, desde que sejam maiores e trabalhem.	Um por família (empresa), normalmente o chefe.
11. Desenvolvimento	Conforme projeto de desenvolvimento regional.	Conforme a decisão dos dirigentes.
13. Elaboração de projetos ou planos de atuação	O associado participa da elaboração.	Baixa participação dos associados
14. Rotação de dirigentes	Investe na formação de novos dirigentes.	Baixo investimento na formação de novos dirigentes.
15. Preocupação com a viabilidade	Do conjunto dos associados	Da cooperativa que cada vez mais se torna uma empresa de capital.

Fonte: AUED e GRADE (2000).

Os elementos de competitividade econômica apontados por KLEBA (1994) para as cooperativas dos assentamentos pode ser explicado basicamente pela potencialização da produtividade do trabalho familiar, que segundo ZIMMERMANN (1989) permite aos assentados maiores investimentos em capital constante, o que otimiza a exploração agrícola, aumentando o poder de barganha, pelos ganhos expressivos em termos de produtividade e comercialização conjunta da produção.

Dessa maneira a cooperação pode ser entendida como uma forma de organização que propicia a viabilidade econômica dos assentamentos, principalmente quando se considera que a experiência de luta pela terra e a atuação dos mediadores junto aos trabalhadores, potencializa a prioridade de adoção de formas associativas ou de cooperativas de produção, em detrimento do parcelamento da terra e da exploração individual dos lotes.

O dinamismo destas experiências cooperativas depende, também, na análise de KLEBA (1994), da organização interna, historicamente vivenciada nos assentamentos, e ainda do apoio material e logístico de mediadores, como o MST. O autor conclui afirmando a inexistência de um ponto “ótimo” de cooperação, tendo em vista que o sucesso “econômico” das CPA’s pode estar mascarado por questões valorativas, que visam a coletivização total do assentamento, ao passo que acaba por classificar como individualistas os trabalhadores que adotam modelos de organização, menos complexos, à exemplo dos grupos familiares.

Assim reduzir a questão ao dualismo coletivismo/individualismo pressupõe a falta de análise sobre as várias combinações de modelos experimentadas nos assentamentos, principalmente as que buscam a equidade entre os trabalhadores, garantindo margens para escolhas individuais. A definição de formas ideais de cooperação agrícola legítima, desta maneira, um leque pluralista de opções (KLEBA, 1994).

O próprio MST, que tem atuado efetivamente incentivando a cooperação nos assentamentos, aponta oito formas de organização baseadas em princípios cooperativistas, à saber: os grupos de famílias, as associações ou grupos de máquinas, grupos de produção semicoletivizada, grupo de produção coletivizada, cooperativas de comercialização, cooperativas de produção agropecuária, condomínios e cooperativas de crédito. Em cada um

desses modelos evidenciam-se semelhanças e contrastes quando se trata de questões como a posse e uso da terra, a aplicação e gerenciamento do capital, a organização do trabalho, da produção e da moradia, ou ainda dos aspectos legais que regem a sua formação e gestão, como sintetiza o Quadro 2.

Contudo, essa existência de uma variada gama de possibilidades de manifestação da cooperação nos assentamentos, apesar de evidenciar a ausência, mesmo entre os movimentos sociais, de um consenso em torno da forma ideal de cooperação, reforça a importância que a questão tem quando se busca analisar as alternativas de organização econômica nesses projetos. Assim, a cooperação é percebida como uma estratégia de organização social e econômica mais dependente da construção de um perfil de trabalhadores afeitos a essa modalidade de organização, bem como de uma atuação mais presente e decisiva dos mediadores, ao contrário do que ocorre naquelas situações onde a organização nos assentamentos se fundamenta em posicionamentos mais individualizados e centrados no núcleo familiar.

2.2.2. Integração agroindustrial

Ao se analisar a segunda estratégia de organização econômica, a integração agroindustrial, constata-se que esta forma de relacionamento entre os agricultores/criadores e as empresas agroindustriais não é recente no Brasil, e está presente em diversos ramos produtivos como na suinocultura, avicultura, fumicultura, bovinocultura leiteira e citricultura, espalhados pelas diferentes regiões do país. IÓRIO (1994) afirma que para alguns produtos, a integração vêm desenvolvendo-se, no mínimo, há três décadas e consiste em:

“mediante um contrato formal ou verbal, o pequeno produtor passa a produzir determinada matéria-prima, vendendo-a exclusivamente para a agroindústria com a qual tem contrato. A agroindústria, por seu turno, se encarrega da assistência técnica, do fornecimento de insumos e, às vezes, do financiamento de instalações necessárias e, ao final de cada safra, da compra da produção” (IÓRIO, 1994:142).

Quadro 2 - Modelos de cooperação nos assentamentos

Variáveis	Grupo de famílias	Associação ou grupo de máquinas	Grupo semicoletivo	Grupo coletivo	Cooperativa de comercialização	CPA's*	Condomínios	Cooperativa de crédito
Terra	Individual	Individual	Individual e coletivo	Individual e coletivo	Individual e coletivo	Individual e coletivo	individual	Individual e coletivo
Capital	Individual	Individual e coletivo	Individual e coletivo	Coletivo	Individual e coletivo	Coletivo	Coletivo	Individual
Trabalho	Nível familiar	Familiar	Individual e coletivo	Coletivo	Não organiza o trabalho	Setores de produção	Contratado	Não organiza o trabalho
Produção	Planejada com parentes	Individual	Individual e coletivo	Coletivo	Não organiza a produção	Coletivo	Individual	Prioriza alguns produtos
Moradia	Nos lotes	Nos lotes	Agrovila	Agrovila	Não organiza a moradia	Agrovila	Nos lotes	Não organiza a moradia
Aspectos legais	Registro autônomo	Regimento interno e atas	Regimento interno e atas	Regimento interno e atas	Registro na junta comercial	Registro na junta comercial	Registro em cartório	Deve ser aprovada pelo BC** e filiada a OCB***

Fonte: MST (1997).

* Cooperativas de Produção Agropecuária.

** Banco Central do Brasil.

*** Organização das Cooperativas do Brasil.

Esta relação estabelecida entre o produtor e a agroindústria caracteriza a integração vertical, onde por meio da contratação, os produtores comprometem-se com a entrega da matéria-prima, assumindo a produção, mas tendo o controle do processo produtivo realizado pela empresa integradora.

PAULILO (1990) apresenta um conjunto de considerações que influenciam a análise sobre o processo de integração agroindustrial dos pequenos produtores; a primeira delas é baseada no debate do senso comum, principalmente veiculado pelo movimento sindical, de que os trabalhadores envolvidos nesta relação seriam “assalariados disfarçados” por receberem ao final do processo produtivo o necessário apenas para reproduzirem-se como integrados. Uma segunda consideração diz respeito ao uso corrente, inclusive em trabalhos acadêmicos, da designação de “proprietários formais” para estes trabalhadores, para ressaltar a falta de autonomia na decisão do produto a ser cultivado e o processo produtivo a ser empregado, cabendo-lhes apenas a posse “formal” da terra.

No entanto ao se trabalhar estes conceitos de “assalariado disfarçado” e de “proprietário formal” observa-se que os trabalhadores ponderam, mais especificamente, as oportunidades de inserção no mercado que têm via integração do que os fatores como a perda dos direitos trabalhistas ou da liberdade de escolha sobre o produto a ser cultivado, o que caracterizaria tais situações.

Para SORJ (1982) o elemento básico para a explicação da formação da agricultura de integração, é determinado pela criação de condições concretas para que as diferentes estratégias e arranjos entre integradoras e integrados aconteçam. Estas condições pressupõem, além de uma massa de produtores rurais em situação social inferior, outra que não dispõe de alternativas melhores que a produção integrada, tornando-se uma escolha racional de cada parte do acordo.

Este argumento utilizado por SORJ (1982) é corroborado por PAULILO (1990), ao afirmar que os trabalhos que visam estudar a integração apenas como processo de proletarização dos agricultores apresentam equívocos, pois desconsideram que haja uma aceitação racional da atuação da empresa, que não pode ser justificada pela coerção pura e simples por parte da integradora ou simples passividade do integrados, e conclui:

“O desencanto com a situação, não significa necessariamente que se queira mudá-la, seja porque não haja alternativas mais tentadoras, seja porque as pessoas envolvidas não queiram arcar com o desconforto que qualquer tipo de mudança acarreta. Ainda, os valores que orientam a conduta da empresa e a dos integrados não são sempre contraditórios, permitindo que haja consenso suficiente para que a relação funcione” (PAULILO, 1990:35).

Assim, a constituição de cooperativas e a integração agroindustrial foram priorizadas neste trabalho pela sua expansão como formas de organização social de produção, entendidas ainda como embasadas em escolhas pessoais e racionais, fundamentadas em análises de mercado, que em determinadas circunstâncias são reforçadas pela identidade do discurso veiculado pelos mediadores com o projeto de vida dos assentados.

2.3. Mediação social e religiosidade na definição das estratégias econômicas nos assentamentos rurais

A mediação social pode ser estabelecida entre os diferentes atores sociais e os grupos de trabalhadores assentados por diversos fatores. Dentre eles destaca-se neste trabalho a identidade do discurso religioso, que reforça a importância da cooperação como resultado da solidariedade e irmandade existente internamente nestes grupos, principalmente, se estes forem ligados diretamente a alguma religião específica ou seita.

Ao verificar-se esta identidade dos discursos religiosos, deve-se atentar que o papel que a religião assume enquanto doutrinadora, institucionalizada de diversas formas é conhecida e objeto de investigação acadêmica em todo mundo. THOMAS (1991) ao estudar o papel que esta assumia na Inglaterra do século XVI e XVII afirma que a religião ortodoxa não exercia um domínio completo sobre os Ingleses, aumentando assim o poder de atração das crenças não religiosas.

Este autor aponta como principal motivo, para o distanciamento entre os fiéis e a igreja, o nível do discurso lançado pelo clero, que muitas vezes era proferido acima da capacidade de compreensão dos ouvintes, que sem instrução chegavam a considerar inútil os esforços de muitos pregadores, resultando na Idade Média num fato sabido: muitos camponeses desconheciam o dogma religioso. THOMAS (1991) afirma ainda que a uma negação

consciente do dogma religioso deve-se acrescentar as forças incalculáveis da apatia e dos interesses mundanos, o que leva a certeza que uma proporção considerável da população via a religião organizada com uma atitude que ia da fria indiferença à franca hostilidade, o que deixava aberto o espaço para outros sistemas de crença rivais.

No caso brasileiro, destaca-se a atuação da Igreja Católica que de forma hegemônica esteve historicamente representada e tomando parte das decisões mais importantes do país, inclusive no campo social e político. Em 1964 constitui-se um marco na história da Igreja católica no Brasil, pois nesse momento ela passa a ter uma atuação política. Assim passa a se interessar e investir nas classes populares para solucionar uma crise interna, causada por seu isolamento na sociedade, pela falta de vocações religiosas e pela perda de frações do seu público em proveito do pentecostalismo protestante e dos cultos de tradição afro-brasileira (GAIGER, 1987).

Neste período o fenômeno da perda de quadros não estava acontecendo apenas no Brasil, mas em diversos países da América Latina onde se implementavam os governos ditatoriais. A Igreja Católica adota uma postura de compromisso social em Medellin em 1968, o que resulta na criação das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's) e das pastorais, inclusive da Pastoral da Terra. Vale destacar que é neste contexto que estas estruturas da Igreja Católica assumem-se enquanto mediadoras entre o Estado e os oprimidos, o que vem, mais tarde a ser desempenhado, também, por outras organizações criadas e financiadas por outras religiões ou seitas, como por exemplo as Pentecostais.

Apesar deste direcionamento na atuação da Igreja Católica, o avanço das seitas não é contido, e isto passa a preocupar cada vez mais o clero. Como afirma PEIXOTO (1991), a hegemonia construída à séculos passa a enfrentar uma contrapartida, especialmente nítida nas sociedades capitalistas pobres, mas também presente em contextos sem escassez; a procura crescente por parte de diversos grupos sociais, pelo fundamentalismo religioso pregado por seitas que crescem e se multiplicam com rapidez. Essas tendências verificam-se não só nos centros urbanos, mas em toda a sociedade,

alcançando também os ambientes rurais, predominando naquelas áreas onde são mais altos os níveis de pobreza e miséria.

Frente a uma situação de expansão do individualismo por um lado, e de diversas tendências religiosas, evangélicas principalmente, a Igreja Católica buscou reestruturar-se no sentido de uma religião com forte conteúdo objetivo e com forte presença na sociedade. Esta tendência não se resumiu a este período histórico, no início da década de 90 houve uma evasão de animadores das CEB's em busca de outras experiências religiosas, em particular para o pentecostalismo. De fato, ao mesmo tempo, o crescimento do pentecostalismo tornou-se tão significativo entre os setores populares no Brasil atual que chegou a ser denominado "opção dos pobres" em oposição à "opção pelos pobres" que orienta a teologia da libertação. Esta conjuntura revela a disputa entre tais alternativas religiosas, o que pode ser útil para reafirmar os imperativos de caráter religioso que estão presentes na dinâmica social das CEB's nas cidades e no campo, e da Igreja Católica enquanto instituição e utopia (NOVAES, 1997).¹⁰

Para que se entenda a expansão do protestantismo na América Latina é necessário que se defina como estes religiosos se enquadram no campo religioso geral, para tanto utiliza-se dos conceitos apresentados por POZO (1998), para quem

"O protestantismo em expansão na América Latina é aquele das igrejas evangélicas e pentecostais. Por evangélicos se compreende todo aquele que não é católico cristão. O termo evangélico inclui os mórmons e os testemunhos de Jeová; já o termo pentecostal faz referência as formas de protestantismo que se definem em relação às oferendas ao espírito santo. Em outros termos, o fenômeno que se conhece como seitas ou igrejas evangélicas e pentecostais, se caracteriza por um discurso e uma prática que tem por objetivo salvar as almas do inferno apoiando-se na bíblia numa relação pessoal com Deus, e na obrigação de levar a mensagem de salvação a cada nação e pessoa" (POZO, 1998:31).

O fato desta salvação através de uma relação pessoal com Deus coloca o indivíduo no centro da análise, pois é apoiando-se no potencial da iniciativa individual, em experiências pessoais exemplares e na tradição cultural, que os evangélicos e pentecostais chegaram a constituir novas células comunitárias, já que a nova fé instaura novas disciplinas que seguem uma

¹⁰ Para maior aprofundamento ver também GAIGER (1987).

direção estrita, assegurar uma solidariedade coletiva em benefício da promoção individual de todos os membros (POZO, 1998).

Neste contexto os mediadores assumem também o papel de fortalecer o crescimento destas seitas, que para isso aplicam recursos através das chamadas missões, como a missão latino-americana, Wycliffe Bible Translators e a Visão Mundial, que atuam em vários países do mundo.

Enfim resta compreender as estratégias dessas organizações, a identidade de seus discursos com os assentados, considerando a religião como ponto fundamental no processo de definição das formas de mediação, pelas possibilidades que oferece em termos de diferenciação e distinção entre os assentados. Por outro lado, esta perspectiva remete-se, no plano prático e mundano, a situação de mercado em que se encontram os assentados, o que impõe a necessidade de satisfação de seus interesses econômicos. Assim, os valores religiosos são apontados como um instrumento utilizado e potencializado pelos mediadores na definição de determinada estratégia de inserção econômica.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Delimitação do universo de análise

O universo de análise desta pesquisa é formado pelo conjunto dos assentamentos do município de Baraúna no Rio Grande do Norte. Com uma área de 893 km², o município está localizado na microrregião de Mossoró, distando 312 km da capital do estado, Natal. Município de origem agrícola, criado oficialmente em 1981, Baraúna conta com uma população de 18.680 habitantes, distribuídos na sede municipal (64%) e nas mais de 50 comunidades rurais (36%), dentre estas, nove assentamentos de reforma agrária.¹¹

Neste universo, a amostra foi composta por dois assentamentos, o PA Rancho do Pereiro e o PA Olho D'água da Escada. O PA Rancho do Pereiro foi criado em 1992, numa área de 413 hectares onde foram assentadas 16 famílias, sendo que 12 destas participam do processo produtivo da fruticultura irrigada e caracterizam-se pelo escoamento de sua produção total de melão por intermédio da Cooperativa Agropecuária dos Assentamentos de Baraúna (COOAPAB). Já o PA Olho D'água da Escada foi criado em 1995, numa área de 233 hectares com capacidade para 13 famílias, estando 12 destas atualmente na área, produzindo a fruticultura e comercializando a maior parte

¹¹ Fonte: IBGE – Censo 2000.

de sua produção através de contratos firmados com as empresas agropecuárias integradoras.

A escolha dos assentamentos justifica-se por ser o PA Rancho do Pereiro representante dos assentamentos que participam da COOAPAB e escoam a produção através desta cooperativa, ao passo que o PA Olho D'água da Escada representa os assentamentos integrados à NOLEM, do grupo empresarial MAISA. Deve-se frisar que a escolha considerou, também, a localização no mesmo município, a exploração da mesma cultura comercial e o número de famílias residente em cada assentamento, para evitar discrepância entre os dois grupos pesquisados.

3.2. Operacionalização da pesquisa e coleta de dados

Foram coletados dados primários e secundários, utilizando-se dentre as diversas técnicas de pesquisa disponíveis, o questionário e a entrevista dirigida para o levantamento dos dados primários, bem como a análise documental para o levantamento dos dados secundários.

O uso do questionário justifica-se por ser uma forma que permite a coleta de dados qualitativos e quantitativos que nortearão toda a caracterização das áreas, e como afirma CHIZZOTTI (1998), é uma forma de interlocução planejada que permite suscitar dos informantes respostas escritas ou verbalizadas, sobre assuntos que saibam opinar ou informar, primordiais para que se alcance os objetivos de pesquisa.

Já a entrevista dirigida é definida por CHIZZOTTI (1998), como um tipo de comunicação entre o pesquisador e o indivíduo, devendo as informações colhidas sobre os fatos e opiniões constituírem-se em indicadores de variáveis que se pretende explicar, constituindo-se assim, nos termos de HAGUETTE (1992) num processo de interação social entre duas pessoas, que deve ser conduzida com base num roteiro, que contenha pontos/tópicos previamente estabelecidos de acordo com a problemática central da pesquisa, devendo, como qualquer outra técnica utilizada em métodos científicos, primar pela objetividade que permita a leitura do real.

Os questionários, em anexo, foram aplicados com os chefes de família, enquanto informantes, utilizando a metodologia de censo, perfazendo um total

de 28 questionários nos dois projetos. Os questionários tiveram como principal objetivo identificar as trajetórias de vida dos assentados, como se inseriam na produção e quais as experiências vivenciadas em organizações sociais e políticas, tanto no assentamento, quanto anteriormente e por fim como avaliavam a presença dos diferentes mediadores na constituição dos PA's e mais especificamente no momento de definição da estratégia econômica a ser adotada. A aplicação dos questionários foi realizada durante a primeira quinzena do mês de outubro de 2000, após o estabelecimento de contatos com técnicos da AACC, representantes da COOAPAB, bem como lideranças locais do STR de Baraúna e dos assentamentos, com o intuito de apresentar os objetivos da pesquisa.

As entrevistas dirigidas foram realizadas durante a segunda quinzena do mês de outubro e a primeira quinzena do mês de novembro de 2000, perfazendo um total de nove entrevistas com os diferentes atores/mediadores que atuavam na região, ficando distribuídas da seguinte forma: três entrevistas realizadas com técnicos vinculados à Associação de Apoio as Comunidades do Campo (AACC), três entrevistas com lideranças sindicais, sendo duas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baraúna (STRB) e uma da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte (FETARN), uma entrevista com técnico vinculado à Visão Mundial, organização Não-Governamental que atua na região como parceira da AACC, uma entrevista com técnico vinculado à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e por fim uma entrevista com representante da empresa integradora, a NOLEM.

Como base de dados secundários foram utilizados o estatuto e atas da COOAPAB, Plano Preliminar de Desenvolvimento Local (PPDL) dos PA's Rancho do Pereiro e Olho D'água da Escada, material impresso da CPT, INCRA e Visão Mundial, relatórios da AACC e ainda versões do contrato de produção, em anexo. Os dados coletados nas entrevistas foram transcritos, ao passo que os coletados através dos questionários foram processados utilizando-se o software Statistical Package for Social Science (SPSS), realizando-se posteriormente uma distribuição de frequência com classificação simples, para incorporação dos resultados em todo o trabalho (BARBETTA, 1998).

4. A LUTA PELA TERRA NO RIO GRANDE DO NORTE

O Estado do Rio Grande do Norte (RN), localizado na região nordeste do Brasil (Figura 2), teve seu desenvolvimento econômico e social historicamente atrelado às características que marcaram toda região, mas especificamente o espaço semi-árido nordestino, que ocupa parte significativa de seu território.

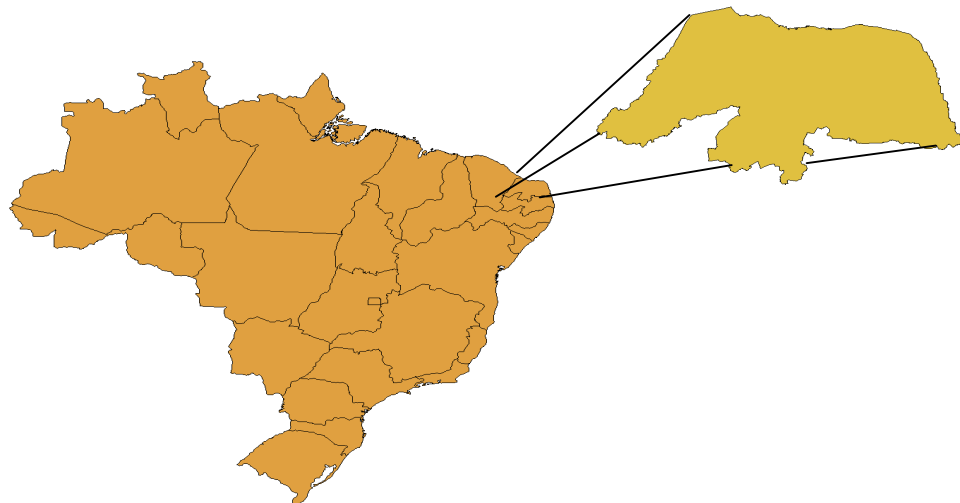


Figura 2 - Localização geográfica do Estado do Rio Grande do Norte.

A dinâmica de povoamento da região teve forte relação com a formação do latifúndio, em função da pecuária extensiva ter se destacado como principal atividade econômica até o início do século XIX. Fruto da expansão colonial européia que se originara com a cultura canavieira na zona da mata nordestina, o sertão semi-árido foi explorado segundo os interesses da aristocracia agrária colonial, tendo as sesmarias como ponto de partida para a concentração de extensas faixas de terra em mãos de poucos proprietários, como afirma TAKEYA (1985):

“O processo de concessão de sesmarias e a valorização econômica da terra mediante uma atividade essencialmente extensiva, como então era a pecuária, condicionaram a formação de grandes domínios territoriais e estabeleceram assim as bases da estrutura fundiária na área sertaneja” (TAKEYA, 1985:66).

No caso específico do Rio Grande do Norte, a economia da região manteve-se baseada na pecuária e nas lavouras de subsistência, até o início do século XIX, quando a cotonicultura torna-se expressiva e ganha mercado externo, podendo ser considerada um marco no desenvolvimento das atividades agrícolas, que se desenvolveu paralelamente a outras atividades econômicas de caráter extrativista, tais como a exploração da cera de carnaúba e do sal marinho.

Nesta época, a agricultura em todo Nordeste era desenvolvida como complementadora e supridora das necessidades da agroindústria canavieira que se desenvolvia no litoral, bem como para alimentar as populações locais, que povoavam as redondezas dos grandes currais, populações estas que originaram as primeiras cidades do Rio Grande do Norte, como Mossoró, Açu, Apodi, Pau dos Ferros, Caicó, Currais Novos, Acari e Portalegre.

Apesar da pecuária ser uma atividade que se desenvolveu em diferentes regiões do estado, é no Seridó que vai se consolidar, ficando à região Oeste¹², foco de nosso estudo, o aperfeiçoamento da extração mineral do sal marinho, do petróleo, a cotonicultura e mais recentemente a fruticultura irrigada.

Como resultado da expansão da fruticultura na região, vem desenvolvendo-se o Pólo Açu-Mossoró, que ocupa uma área de 7.380km²

¹² Vale destacar que a região denominada Oeste Potiguar, apesar de ter maior parte de seu território limitando-se com o Estado do Ceará, abrange também municípios da porção noroeste do estado, que limitam-se ao norte com o oceano Atlântico, tais como Areia Branca, Grossos e Tibau, que destacam-se na produção de sal marinho.

abrangendo quinze municípios do Oeste Potiguar e da região central do estado. Estes municípios se dividem em duas subzonas, a de Mossoró e a de Açu, compostas por oito e sete municípios, respectivamente. Os municípios que compõem a subzona de Mossoró são Apodí, Baraúna, Governador Dix-Sept Rosado, Serra do Mel, Areia Branca, Upanema, Caraúbas e Mossoró, enquanto a subzona de Açu é composta por Ipanguaçu, Carnaubais, Alto do Rodrigues, Afonso Bezerra, Pendências, Itajá e Açu. Este pólo fruticultor garante ao estado o segundo lugar no ranking das potencialidades de exploração da fruticultura no Nordeste.

Analisando os principais ciclos econômicos, que caracterizaram a agropecuária do Estado, desde as grandes extensões onde se explorava a pecuária bovina, os grandes canaviais e “roçados” de algodão, percebe-se que todos se basearam em atividades desenvolvidas num modelo concentrador da posse da terra. TAKEYA (1985) corrobora com esta análise, quando afirma que ao estudar a cotonicultura no estado concluiu que o cultivo do algodão, desenvolveu-se numa estrutura social e econômica, na qual, num extremo estavam os grandes proprietários rurais, mistos de pecuaristas e agricultores, e no outro, trabalhadores sem terra, que compunham uma população socialmente marginalizada, mestiça, não proprietária, que representava a força de trabalho atuante nas grandes propriedades rurais. As condições de exploração da terra se definiam por diferentes relações entre proprietários e não proprietários que iam desde diversas formas de arrendamento aos simples moradores de condição¹³.

Neste contexto, a fruticultura que vem consolidando-se na região a partir da década de 80, embora também venha sendo desenvolvida por pequenos e médios produtores, tende a beneficiar a manutenção da estrutura fundiária da região, pela sua concentração em grandes extensões de terras gerenciadas por empresas agroindustriais, que adotam um modelo tecnológico moderno e utilizam-se de mão-de-obra assalariada.

Esta realidade histórica de concentração fundiária, tem deixado à margem do processo de desenvolvimento da região os não-proprietários de

¹³ A moradia de condição caracteriza-se pela residência de uma família em uma fazenda da qual não é proprietária, recebendo do proprietário o direito de explorar parcelas da terra para o cultivo de subsistência.

terra, a medida que não têm acesso à posse e ao direito de uso da terra, bem como os que tornam-se subempregados ou desempregados a partir da consolidação das empresas agroindustriais.

O processo de perda da posse da terra pelos trabalhadores, quer seja pela venda das pequenas propriedades, quer seja pela quebra das antigas formas de produção como a parceria, o arrendamento ou a exploração de “meia” tem gerado uma indignação entre os trabalhadores, que vem traduzindo-se num conjunto de lutas sociais no campo, tendo resultado na criação de um crescente número de Projetos de Assentamento.

Neste contexto, instituições e organizações representativas dos trabalhadores rurais, como a Igreja Católica e o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) foram importantes pontos de referência para estas lutas no campo que começaram a se desenrolar a partir da década de 80, com objetivo de acelerar o processo de reforma agrária na região.

Embora a parceria de trabalho entre a Igreja Católica e o MSTR pela reforma agrária, tenha se intensificado neste período, Cruz afirma que:

"O movimento sindical no Estado, como de resto no Nordeste, além de estar inserido no contexto de mobilização nacional, foi fruto, também, de uma proposta viabilizada pela Igreja Católica. Essa proposta já vinha sendo gestada nas cartas pastorais dos anos 50, concretizando-se no começo dos anos 60, pois haviam alguns perigos que necessitavam de uma reação eficaz por parte dessa instituição, como o avanço do protestantismo no meio rural, a criação e o crescimento das ligas camponesas, que ameaçavam sua ação no campo" (CRUZ, 2000:76).

A construção do espaço de atuação da Igreja Católica e do MSTR no campo potiguar se deu, também, em um contexto de constante disputa com outros atores políticos como o Partido Comunista do Brasil (PCB), embora prevalecesse a força da atuação da igreja que:

"pela sua infra-estrutura material e pela influência que exercia no campo, sua vitória sobre as outras forças políticas não demorou a ser sentida. Além disso, o padre representou uma figura chave tanto na ligação cúpula/base, como na transmissão da mensagem sindical veiculada pela igreja. Era o padre que anunciava, era o padre que explicava (...)" (CRUZ, 2000:83).

O papel que a Igreja Católica desempenhou no processo de sindicalização rural no estado traduz-se nos números, quando se observa que somente entre 1960 e 1964, 67 sindicatos foram organizados, uma federação de trabalhadores rurais, associando 50.000 trabalhadores em 118 municípios. Na região Oeste, onde atuavam agentes ligados a Diocese de Mossoró foram fundados sete sindicatos congregando autônomos (meeiros, rendeiros e posseiros), assalariados e pequenos proprietários (CRUZ, 2000).

A atuação destas instituições no Rio Grande do Norte, como em todo país, viveu um momento de estagnação durante todo período de ditadura militar, a partir de 1964. É somente com a reabertura democrática, no início da década de 80, que ganham força, expandindo suas iniciativas.

Em nível nacional dois marcos se destacam na trajetória destas instituições, no que concerne a luta pela terra: o primeiro é a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, como um setor da Igreja Católica, responsável pela assessoria aos trabalhadores na luta pela terra. O segundo é a postura adotada pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em seu III Congresso Nacional, que enquanto entidade representativa dos trabalhadores assume como uma das principais metas, o comprometimento com a luta pela reforma agrária, de forma mais incisiva, apoiando, inclusive, as ocupações de terra, rompendo com atitudes históricas onde as reivindicações dos trabalhadores eram encaminhadas no âmbito da legalidade institucional.

Estas transformações ocorridas na Igreja Católica, bem como no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, tiveram influência direta na atuação destes no Rio Grande do Norte. Como reflexo cria-se na região Oeste em 1988 a CPT, que, sediada na Arquidiocese de Mossoró tem o papel de atuar em 56 municípios, mediando as diferentes formas de luta pela terra, que até então eram assessoradas pelo Movimento de Educação de Base (MEB) e a Comissão Diocesana de Justiça e Paz, órgãos da mesma arquidiocese, como afirma um agente da pastoral:

“A CPT enquanto entidade formalizada aqui na Arquidiocese de Mossoró tem vida própria em 1988, mas a luta pela terra na região precede a CPT, já que os conflitos naquela época eram acompanhados pelo MEB e a Comissão Diocesana de Justiça e Paz, em parceria com o Movimento Sindical (...) assim a CPT surge exatamente da necessidade da Diocese, pois era preciso um serviço que se voltasse

especificamente para os conflitos de terra, e a gente aqui da Diocese, juntamente com o Serviço de Assistência Rural (SAR) da Arquidiocese de Natal e a CPT-Nordeste, discutimos a criação da CPT local, ela surge exatamente num momento de radicalização da luta pela terra” (Entrevista com assessor da CPT, realizada em 19/10/2000 – Mossoró-RN).

No tocante à atuação do Movimento Sindical verifica-se um fortalecimento do Sindicato da Lavoura de Mossoró, que impulsionou a emancipação de diversas delegacias sindicais, dentre elas a de Baraúna. Esta atuação fortaleceu as parcerias entre as entidades e potencializou o apoio das mesmas à luta pela reforma agrária, como traduz um sindicalista quando declara:

“Quando os trabalhadores apontam a presença do MSTR na constituição dos assentamentos é uma realidade porque eles nasceram pelo Movimento Sindical, também é claro e evidente que tivemos o apoio de vários outros segmentos, várias outras organizações, ONG’s, como por exemplo ali naquela região, quando eu cheguei no Sindicato da Lavoura de Mossoró a gente tinha uma atuação na região, o Sindicato era referência nos outros municípios também, podemos até dizer ‘a gente puxou isso’, mas não foi sozinho, ao lado da gente dando todo apoio na época tinha o MEB-Mossoró, tínhamos também a CPT, com quem trabalhávamos bastante, principalmente neste enfrentamento na luta pela terra” (Entrevista com sindicalista da FETARN, realizada em 08/11/2000 – Natal-RN).

Enquanto política governamental que contribuiu para o avanço das conquistas neste período histórico destaca-se o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), implementado durante o governo do Presidente José Sarney, impulsionando a criação de Projetos de Assentamentos no país, embora seus resultados tenham ficado aquém de suas metas, como sintetiza o Quadro 3, para o caso do Rio Grande do Norte.

Quadro 3 - Plano nacional de reforma agrária no Rio Grande do Norte (comparativo entre metas e realizações - 1986-1989)

Ano	Meta (ha)	Realizado (ha)	%	Metas famílias	Realizado (número de famílias)	%
1986	80.000	25.456	31,93	2.600	810	31,5
1987	150.000	14.712	9,8	5.200	494	9,5
1988	230.000	4.096	1,78	7.800	143	1,83
1989	270.000	2.605	0,96	8.600	93	1,08
TOTAL	730.000	49.960		24.200	1540	

Fonte: PALHANO (2000).

Apesar dos resultados do I PNRA não terem atingido as metas preestabelecidas, a fase que sucedeu o governo Sarney significou um retrocesso na política de assentamentos. Neste período, embora os conflitos por terra e as ocupações não tenham estagnado, reduziu-se o número de desapropriações e criação de PA's em todo Brasil.

É somente no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso que esta conjuntura é revertida, intensificando-se as desapropriações e a criação de novos assentamentos. Esta política visava, principalmente, legalizar as áreas de posse e amenizar a tensão nas áreas ocupadas e com conflitos por terra no Brasil. No Rio Grande do Norte, os conflitos ganhavam expressão, conforme demonstram os Quadros 4 e 5.

Quadro 4 - Ocupações de terra no Rio Grande do Norte - 1997

Município	Imóvel	N.º de famílias envolvidas
Caraúbas	Faz. Balanço	70
São Miguel de Touros	Faz. Angico Branco	*
Fernando Pedrosa	Algodoeira São Miguel	98
Upanema	Sítio do Padre	90
Mossoró	Faz. Quixaba do Boiadeiro	40
Caraúbas	Faz. Dois Irmãos	63
Mossoró	Faz. Alto da Madeira	30
Mossoró	Faz. São Benedito	25
Areia Branca	Faz. Baixa do Freire	50
São José de Mipibu	Faz. Jacaracica	60
Touros	Faz. Vale da Esperança e Aralém	235
Total	11	761

Fonte: CPT (1998).

* Dado indisponível

Quadro 5 - Conflitos por terra no Rio Grande do Norte - 1997

Município	Imóvel	N.º de famílias envolvidas
Macau	Cirne/Alcalis	01
Bento Fernandes	Faz. Espinheiro	*
Touros	Faz. Vale da Esperança	235
Lagoa Salgada	Faz. Recanto	46
Upanema	Sítio do Padre	90
Taipu	Faz. Bárbara	133
São José de Mipibu	Faz. Jacaracica	62
Fernando Pedrosa	Algodoeira São Miguel	98
Caraúbas	Faz. Balanço	70
Caraúbas	Faz. Dois Irmãos	63
Carnaubais	Faz. Vale do Açú	*
São Miguel do Gostoso	Faz. Angico Branco	*
Mossoró	Faz. Quixaba do Boiadeiro	40
Mossoró	Faz. Alto da Madeira	30
Mossoró	Faz. São Benedito	25
Areia Branca	Faz. Baixa do Freire	50
Total	16	943

Fonte: CPT (1998).

* Dado indisponível.

Esta realidade dos conflitos aqui documentada para 1997, já torna clara a especificidade da região Oeste Potiguar, quando se verifica dentre os municípios onde há a ocorrência de ocupações e conflitos um destaque para Mossoró, Caraúbas, Areia Branca, Carnaubais e Upanema, todos pertencentes à mesma região. Contudo, apesar de Baraúna, município onde localizam-se os assentamentos estudados, não figurar nesta listagem, não se pode descartar a demanda por terra, nem o conflito latente que ali existia à época, principalmente, se considerar que 66% dos assentamentos do município foram criados antes de 1997, ano em que foram coletados os dados apresentados.

Este quadro conflituoso já era vivenciado por agentes da CPT desde o início da sua atuação na região, na década de 80, como declarou um de seus agentes:

“Naquela época [1988] nós tínhamos alguns conflitos radicalizados, com prisões como em Catingueira lá em Baraúna, Tiradentes que também não foi tranquilo, e outros conflitos que foram surgindo posteriormente e foram se radicalizando no final dos anos 80, início dos anos 90, Praia do Rosado onde houve inclusive assassinato de trabalhadores (...) depois Independência em Mossoró, com destruição de lavouras, prisão de

trabalhadores, Rancho do Pereiro foi um conflito onde teve ameaça de morte, prisões, mandato judicial de despejo, Poço Novo teve despejo, nenhum aconteceu assim gratuitamente. De certa maneira a luta pela terra na região entre o final dos anos 80 e meados dos anos 90 ela aconteceu com um certo radicalismo nos enfrentamentos, o que resultou em crimes, prisões e processos de trabalhadores e assessores” (Entrevista com assessor da CPT, realizada em 19/10/2000 – Mossoró-RN).

O crescente número de conflitos, assim como do número de assentamentos criados durante toda década de 90 podem ser considerados resultado da ação de organizações como a CPT e MSTR, bem como mais recentemente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

O MST, passa a ter uma atuação mais significativa no estado a partir de meados da década de 90, como uma estratégia de expansão das lutas do movimento no Nordeste, que já vinham consolidando-se em Pernambuco, na Paraíba e no Ceará. Como resultado desta atuação em 1999 registrou-se duas ocupações envolvendo 270 famílias e em 2000 já eram dezenove acampamentos envolvendo 1.303 famílias, principalmente nas microrregiões de Baixa Verde, Litoral Nordeste e Macaíba¹⁴.

Atualmente o Rio Grande do Norte conta com 187 PA's, 86 destes concentrados na região Oeste Potiguar, o que representa 46% dos projetos distribuídos em 55 municípios do estado. O Quadro 5 demonstra a evolução anual da criação destes PA's no estado, bem como no Quadro 6, tem-se a distribuição destes por microrregião.

Analisando os Quadros 6 e 7 confirma-se a grande concentração de PA's criados a partir de meados da década de 90 e no Oeste potiguar a sua concentração na região de Mossoró onde se intensificou a atuação da CPT, do Sindicato da Lavoura, que funcionou como sindicato regional, coordenando diversas delegacias sindicais espalhadas em distritos e pequenos municípios que só posteriormente vieram fundar seus sindicatos locais, como o caso de Baraúna.

¹⁴ Fonte: www.mst.org.br.

Quadro 6 - Número de PA's criados por ano no Rio Grande do Norte

Ano de criação	N.º de PA's	N.º de famílias assentadas	Área desapropriada (ha)
até 1990	19	1.868	57.562
de 1991 a 1994	14	1.046	29.084
de 1995 a 1997	65	4.862	150.818
de 1998 a 2000	76	5.205	113.063
Sem data de criação	13	421	8.328
Total	187	13.402	358.855

Fonte: SR19/INCRA (2000).

Quadro 7 - Distribuição dos PA's por microrregião, número de famílias beneficiadas e área desapropriada para fins de reforma agrária no Rio Grande do Norte até 2000

Mesorregiões	Microrregiões	N.º de municípios	N.º de PA's	N.º de famílias beneficiadas	Área desapropriada (ha)
Agreste Potiguar	Agreste Potiguar	20	5	489	13.610
	Baixa Verde	5	22	1.175	30.774
	Borborema Potiguar	16	8	692	21.178
	Subtotal 1	41	35	2.356	65.562
Central Potiguar	Angicos	7	11	1.278	37.856
	Macau	4	12	1.616	25.169
	Seridó Ocidental	7	0	0	0
	Seridó Oriental	10	1	63	1.943
	Serra de Santana	5	13	728	15.694
	Subtotal 2	33	37	3.685	80.662
Leste Potiguar	Litoral Nordeste	5	18	1.618	49.098
	Litoral Sul	10	0	0	0
	Macaíba	5	11	1.007	14.774
	Natal	3	0	0	0
	Subtotal 3	23	29	2.625	63.872
Oeste Potiguar	Chapada do Apodí	4	22	867	23.276
	Médio Oeste	5	7	606	17.400
	Mossoró	5	33	2.092	50.734
	Pau dos Ferros	17	1	30	955
	Serra de São Miguel	7	0	0	0
	Umarizal	10	1	50	1.489
	Vale do Açu	7	22	1.892	54.906
	Subtotal 4	55	86	5.537	148.760
Total		152	187	14.203	358.856

Fonte: INCRA/SR19 (2000).

5. O MUNICÍPIO DE BARAÚNA E A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO

A região onde atualmente situa-se o município de Baraúna servia de rota para tropeiros e viajantes que faziam a travessia entre Mossoró e Russas, cidades com importância comercial, localizadas no Rio Grande do Norte e Ceará, respectivamente. Atribui-se a estes comerciantes a primeira denominação da localidade, como Rancho do Sabiá.

SANTOS JR. (1999) afirma que entre 1930 e 1935, passa a residir na região o primeiro habitante do qual se tem documento, que ficou popularmente conhecido por “João Batista do Coco”. Em virtude das condições precárias da localidade, é somente em 1935 que um maior número de habitações são erguidas no Rancho do Sabiá, principalmente em virtude da perfuração de um poço artesiano no local, financiado pela Prefeitura Municipal de Mossoró.

Em volta do poço ergueram-se gradativamente novas moradias, uma escola e, enfim, o povoado, que nessa época passou a se chamar de Baraúna, nome originado do termo indígena ibirá-una, que significa madeira-preta (IDEMA, 2000). Em 1953, Baraúna é elevada a categoria de distrito de Mossoró, situação que perdurou até dezembro de 1981, quando após a realização de um plebiscito, foi elevada à categoria de município.

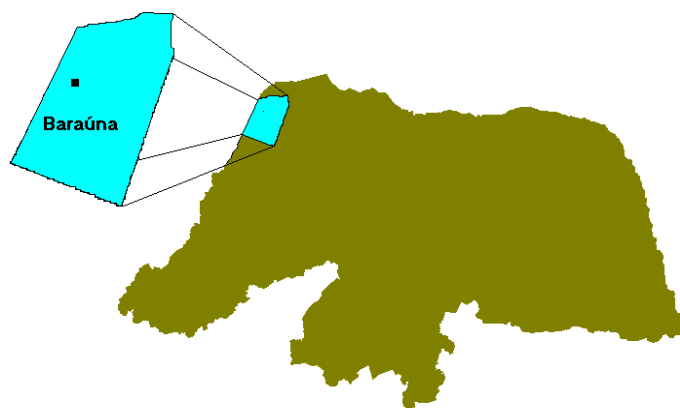


Figura 3 - Localização geográfica do município de Baraúna.

Durante toda sua história, Baraúna vivenciou diferentes ciclos econômicos, dentre eles a caça, a coleta do mel de abelha, a extração da madeira e a cotonicultura. A fase caracterizada pela caça e extração do mel representou apenas o ponto de partida da vida econômica local, tendo em vista a baixa expressividade dos produtos oriundos de tais atividades. É somente com a extração de madeira que constitui-se a primeira atividade econômica, que explorada sem planejamento, desde 1935, garantiu a lucratividade na localidade até os anos 60.

As madeiras de Baraúna, inicialmente brutas, eram exportadas para quase todo o Nordeste, principalmente, na forma de dormentes de Aroeira e Angico, espécies vegetais abundantes na região à época, e que eram escoados via a estrada de ferro Mossoró-RN/Sousa-PB (SANTOS JR., 1999). O mesmo autor cita ainda que diversas outras espécies, de menor valor econômico, como a Umburana, o Cumaru, e o Pau Branco também eram extraídas em larga escala, e beneficiadas pelas primeiras serrarias da região.

Na década de 40, quando a extração da madeira ainda representava a principal atividade econômica, já se cultivava o algodão, nas áreas desmatadas, sem que a atividade tivesse, no entanto, a expressividade que viria obter posteriormente.

No entanto, com a crescente extração indiscriminada da madeira para comercialização, a derrubada da mata nativa para dar lugar aos roçados de subsistência e as queimadas, o ciclo da madeira declinou, e em 1960 a

cotonicultura representava o principal produto da economia local, atraindo centenas de trabalhadores de outras regiões do estado, bem como da Paraíba e Ceará. Dessa forma, o desenvolvimento da cotonicultura passou a ser considerado o elemento econômico que permitiu a ascensão do distrito à categoria de município, com a produção chegando ao seu auge na década de 80, mais precisamente em 1984. No entanto, desde o final dos anos 70 o algodão já sofria com o ataque do bicudo¹⁵, que causou, gradativamente o declínio das grandes plantações, dizimando-as no início da década de 90.

SANTOS JR. (1999) afirma que o extrativismo vegetal aliado à exploração de grandes lavouras de algodão fez crescer o interesse pelo domínio de grandes extensões de terras no município. Estas terras estavam concentradas, principalmente, nas mãos de latifundiários cearenses, tendo em vista tratar-se de uma região limítrofe entre os dois estados. O mesmo autor cita ainda que o acesso a estas terras dependia de ligações políticas com mandatários estaduais e municipais do Ceará, o que favorecia algumas famílias tradicionais como a Pacheco, que se estabeleceu na região, agindo muitas vezes por meio do uso da força física para intimidar e punir os caçadores e madeireiros da região, que “invadiam” as áreas sob seu domínio.

Considerando Baraúna como território desmembrado do município de Mossoró, pode-se verificar que a realidade da concentração fundiária encontra-se documentada historicamente na literatura sobre a região, pois como demonstram ANDRADE e POTENGI (1980), a área ocupada por latifúndios por exploração em Mossoró, cresceu de 77,9% em 1972 para 85% em 1976, época áurea da cotonicultura, sem que houvesse um crescimento percentual no número de imóveis, o que sinaliza uma absorção de terras pelos latifúndios já existentes.

Diante da crise da cotonicultura tornava-se necessário desenvolver outros tipos de atividades econômicas. Beneficiando-se das condições naturais como a alta insolação anual, solos férteis e água subterrânea em abundância, bem como dos incentivos financeiros e técnicos advindo das agências financiadoras e de assistência técnica estatais, para o uso de técnicas de irrigação, empresas agroindustriais, proprietários de médio e grande porte

¹⁵ Praga que se reproduz no cartucho do algodoeiro, diminuindo a qualidade da fibra, chegando muitas vezes a torná-la sem qualidade para comercialização.

foram atraídos para a região, passando a explorar o melão a partir do início dos anos 90.

Essa produção que apresentou, desde os primeiros anos de cultivo, grandes produtividades, transformou Baraúna, num curto espaço de tempo, no "celeiro da fruticultura", produzindo e exportando frutos tropicais, tendo como "carro chefe" o melão, embora destaquem-se, também, outras culturas como a melancia e a acerola.

No entanto, este novo ciclo da economia local foi incapaz de absorver todos os agregados, moradores e assalariados que foram "deixados para trás" pelo declínio da cultura do algodão. Embora ANDRADE e POTENGI (1980) demonstrem maior crescimento da mão-de-obra assalariada trabalhando diretamente na agropecuária, tanto de forma permanente como temporária, já em 1970 pode-se afirmar que a parcela de trabalhadores que tornou-se assalariada nas empresas que foram instaladas é insignificante, já que o processo produtivo moderno implantado por estas, demanda uma quantidade menor de mão-de-obra, exigindo ainda melhor qualificação profissional, o que exclui a maior parte dos antigos trabalhadores rurais.

No entanto, a maior oferta do que a demanda da mão-de-obra pelas empresas e fazendas, favorece o crescimento do número de desempregados ou subempregados que, aliado à extinção das antigas relações vivenciadas com os proprietários das plantações de algodão, como a parceria, a meia ou moradia¹⁶, como demonstra o Quadro 8, torna-se um agravante significativo à exclusão em todo município, e principalmente no meio rural, tendo em vista que 36,0%¹⁷ da população do município aí residem.

¹⁶ A situação de expropriação gradativa pode ser detectada já em 1970 para microrregião mossaense, já que os trabalhadores sem terra (parceiros, arrendatários e ocupantes) ocupavam 40% do número de estabelecimentos agrícolas o que totalizava 13,5% da área, aumentando para 47,8% do número de imóveis e 14,5% da área em 1972, ou seja concentravam um grande número de pequenos estabelecimentos, enquanto crescia o número de imóveis ocupados/explorados pelos proprietários, o que confirma a exclusão de trabalhadores, que tornam-se sem-terra.

¹⁷ Este percentual totaliza uma população de 6707 habitantes, segundo o Censo 2000 do IBGE.

Quadro 8 - Condição do produtor rural em Baraúna (comparativo entre os censos agropecuários de 1985 e 1995-1996)

	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
1985	700	66.392	41	1.222	121	1.817	200	1.396
1995-1996	535	43.989	03	60	25	238	396	6.286

Fonte: IBGE (1997).

(1) Número de estabelecimentos

(2) Área em hectares

Esta conjuntura de desemprego ou subemprego, aliada a experiências históricas de ligação ao trabalho na terra, fez surgir nos trabalhadores sem-terra da região o anseio pela propriedade desta, criando desta forma grupos que fizeram emergir as lutas pela terra. Estas lutas que consolidaram-se, principalmente, a partir do início dos anos noventa resulta num número crescente de assentamentos, bem como uma desconcentração na posse da terra, quando se verifica a redução do número de estabelecimentos com área total entre 100 e 200 ha e com mais de 2000ha (Quadros 9 e 10).

A dinâmica de implementação dos PA's em Baraúna, acompanha a dinâmica de criação dos assentamentos constatada a nível nacional, pois coincide com o período do governo de Fernando Henrique Cardoso, e mais particularmente, a nível local, com uma maior articulação da atuação do MSTR e CPT.

Assim, existem atualmente em Baraúna nove assentamentos, onde atuam o Sindicato de Baraúna, a Associação de Apoio as Comunidades do Campo (AACC) e a Visão Mundial, sendo as duas últimas Organizações Não-Governamentais que trabalham com organização interna dos PA's, financiamento da produção e prestação de serviços de assistência técnica.

Quadro 9 - PA's criados no município de Baraúna até 2000

PA	Área (ha)	Capacidade (n.º de famílias)	Ano de desapropriação	Ano de criação
Ouro Verde	405	20	1999	*
Poço Baraúna	484	16	1986	1987
Pico Estreito	1.365	70	1987	1988
Catingueira	1.185	45	1988	1991
Rancho do Pereiro	413	40	1991	1992
Olho d'água da Escada	232	13	1995	1995
Santa Clara	364	12	1996	1996
Poço Novo	3.172	200	1997	1997
Formosa	935	40	1998	1999

Fonte: SR19/INCRA (2000).

* Dado indisponível.

Quadro 10 - Número de estabelecimentos por grupo de área total (ha) - Baraúna (comparativo entre os censos agropecuários de 1985 e 1995-1996)

	Menos de 10 ha	De 10 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 200 ha	De 200 a menos de 500 ha	De 500 a menos de 2000 ha	De 2000 ha a mais
1985	290	650	71	34	10	7
1995-1996	295	563	57	32	11	1

Fonte: IBGE (1997).

5.1. O PA Rancho do Pereiro

5.1.1. Formação histórica e atuação dos mediadores sociais

A Fazenda Rancho do Pereiro foi ocupada por um grupo de trabalhadores rurais da vizinhança, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baraúna, assessorados pela CPT, instaurando-se, assim, o conflito entre estes e o proprietário da terra. Houve várias tentativas de reintegração de posse e expulsão dos trabalhadores por parte do proprietário, que além da ação policial, utilizou-se de milícias contratadas, para intimidar os trabalhadores e solucionar o impasse. No entanto, um dos trabalhadores entrevistados relata que " *houve expulsão do grupo por parte da polícia, mas nós nos reunimos e voltamos para ocupar* ".

No momento da ocupação, e diante das tentativas de reintegração de posse, que caracterizava o acirramento do conflito, o Sindicato e a CPT resolveram intensificar a atuação para que os trabalhadores permanecessem acampados na fazenda. Este posicionamento dos mediadores pode ser explicitado quando declaram:

"A criação do Rancho do Pereiro, Poço Baraúna e Tiradentes foi através do Sindicato, que veio pra cá, fez os grupos e ocuparam, no início da ocupação foi difícil (...) houve polícia, o dono resistiu muito, diziam que era de um dono e depois apareceu outro" (Entrevista com Sindicalista do STRB, realizada em 19/10/2000 - Baraúna-RN).

"Entre os destaques da região, Rancho do Pereiro foi um conflito onde teve ameaça de morte, prisões, mandato judicial de despejo (...) nenhum assentamento aconteceu assim gratuitamente" (Entrevista com Assessor da CPT, realizada em 19/10/2000 - Mossoró-RN).

Este contexto de conflito e despejos judiciais, dura três anos até que o INCRA desapropriar a área, cadastrando 18 famílias que seriam assentadas no PA Rancho do Pereiro. Durante o acampamento permaneciam na área, principalmente os homens enquanto os familiares permaneciam em Baraúna ou municípios cearenses vizinhos. Vale destacar que do grupo inicial, algumas famílias desistiram, devido o grande desgaste durante o conflito, sendo substituídas por parentes e "conhecidos" dos que permaneceram na terra após a criação do assentamento.

Existem no assentamento 18 casas, construídas no sistema de agrovila(Figura 4), financiadas pelo crédito habitação, dispondo de luz elétrica e água encanada, sendo o abastecimento feito em dias específicos da semana, sendo a infra-estrutura sanitária, ainda muito precária. Das 16 famílias assentadas 14 residem na agrovila e duas famílias residem em Baraúna, embora mantenham a casa no PA. Nas duas casas onde não residiam famílias, funcionava numa a escola de 1.^a à 4.^a série, estando a 18.^a desocupada, por abandono do assentado, que mesmo contraindo as dívidas do crédito para habitação, desistiu de viver no assentamento. O PA conta ainda com um galpão que funciona como sede social, onde se realizam as reuniões e eventos comemorativos da comunidade.



Figura 4 - PA Rancho do Pereiro - Agrovila - 2000.

Após a implantação do assentamento foi criada a Associação dos Produtores de Rancho do Pereiro, que passa ser a entidade representativa dos trabalhadores. O ator externo que acompanhou todo processo organizativo e eleitoral que elegeu a primeira diretoria da associação foi o Sindicato dos Trabalhadores rurais de Baraúna.

Com relação a atuação política interna dos assentados, chama a atenção a existência de um grupo de evangélicos que têm se destacado à frente da associação do PA, chegando um associado evangélico a ocupar a presidência por três mandatos consecutivos de um ano cada, mantendo ainda os evangélicos nos principais cargos de diretoria após o seu processo de sucessão.

A área total do projeto é de 412,84 hectares, sendo 18 lotes individuais com 17 ha cada, uma área de reserva florestal, com vegetação predominantemente de caatinga com 41 ha e uma área de 65,84 ha destinada a projetos produtivos coletivos. Dos lotes individuais, 16 destinam-se a exploração familiar, sendo dois gerenciados pela associação por não oferecerem condições de exploração agrícola, já que inundam nos períodos chuvosos, coincidindo com o período em que se cultiva as lavouras de sequeiro.

Nos lotes individuais predomina o cultivo do feijão, do milho e do algodão e na área coletiva o melão, registrando-se também uma pequeno bananal que não encontrava-se em produção efetiva.

No trabalho dos projetos coletivos existem cargos específicos como coordenador de campo, operador de bombas, corriqueiramente denominado de bombeiro, comissão de compra, de comercialização e de estoque. Cada trabalhador deve exercer sua atividade específica, que é determinada por normas de convivência preestabelecidas, podendo compor o grupo produtivo qualquer membro da família com mais de 14 anos de idade.

As funções descritas anteriormente são desempenhadas em regime de revezamento semanal, sendo que os trabalhadores que não estão ocupando nenhuma destas, durante a semana, compõem o quadro da força de trabalho braçal, utilizada diretamente nas lavouras, para as limpas, podas, pulverizações, colheitas ou outros tratos culturais que se fizerem necessários.

No período que vai de 1991 até 1995, a exploração agropecuária no assentamento restringia-se aos cultivos de subsistência, como feijão, milho e uma pequena parcela de algodão, plantados nos lotes individuais. Em 1995 iniciou-se o processo produtivo coletivo explorando-se comercialmente a melancia, numa área de 4 ha, exploradas por um grupo composto por 13 famílias, financiado pelo PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor), com recursos do Banco Mundial, Governo Estadual e dos próprios assentados.¹⁸

O plantio da melancia, embora represente a primeira experiência de trabalho coletivo destes assentados, sinalizou ao final do primeiro ciclo, que estes não estavam preparados para esse modelo de gestão da produção, tendo em vista que houve discordâncias, principalmente, no momento da comercialização, o que culminou com o fim da experiência e a opção pelo trabalho individual.

Dentre os fatores que levaram ao insucesso desta primeira experiência coletiva destaca-se a falta de assistência técnica para a produção, já que os trabalhadores dispunham apenas de serviços precários prestados pelas agências estatais, como a EMATER, e por isso, conduziam os seus cultivos baseados em experiências anteriores, como empregados das empresas agropecuárias.

Esta precariedade na prestação de assistência técnica dificultava cada vez mais a produção nos assentamentos de Baraúna e, diante da problemática, o INCRA firma contrato com a Associação de Apoio as Comunidades do Campo (AACC), Organização Não-Governamental (ONG) que atua no Rio Grande do Norte desde 1985, para que esta viesse prestar assistência técnica e gerencial aos projetos de assentamento do município.

Esta ONG atua em cinco municípios potiguares¹⁹, tendo como parceiras principais organizações internacionais como a Fundação Konrad Adenauer (Alemã), Fundação Offene Hand (Suíça) e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), embora tenha outros parceiros

¹⁸ O PAPP é um tipo de financiamento onde 70% dos recursos são oriundos de investimentos do Banco Mundial, 20% do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, e os 10% restante deve ser a contrapartida da comunidade beneficiada.

¹⁹ Os municípios de atuação da AACC, são Baraúna, São Miguel do Gostoso, Touros, Riachuelo e Governador Dix-sept Rosado.

nacionais, inclusive governamentais como o INCRA, a Rede PTA-Nordeste e Sistema Nacional de Emprego (SINE). As suas linhas de atuação junto às comunidades estão centradas na organização e gestão do desenvolvimento local, produção e comercialização.

No caso específico dos assentamentos rurais de Baraúna, esta atuação teve início em 1996 e priorizou, a princípio, a reestruturação das associações dos assentados, considerando que estas passavam por diversos problemas administrativos, como mandatos de diretorias expirados, falta de credibilidade nos diretores por parte das comunidades, entre outros.

Neste contexto, a principal meta era reformular os modelos de organização, já que nestes PA's os recursos destinados à infra-estrutura já haviam sido liberados, mas os projetos produtivos ainda não apresentavam viabilidade econômica. Nesta época, alguns assentamentos já tinham introduzido o melão como cultura comercial desde 1995, embora viesse sendo produzido precariamente, já que os trabalhadores não tinham acesso a mercado garantido, entregando a produção aos atravessadores tradicionais, que algumas vezes chegavam a não realizar o pagamento pelo produto entregue.

Assim, cabia a AACC dentro de suas metas e de uma atuação ainda provisória, potencializar a produção do melão, o que incluía, inclusive a busca de canais alternativos de escoamento da produção, iniciando dessa forma as primeiras negociações com as empresas integradoras.

Ultrapassada esta fase de atuação provisória da AACC por meio do convênio com o INCRA, é criado em 1997, pelo Governo Federal o Projeto LUMIAR, que tinha como objetivo viabilizar os assentamentos de reforma Agrária, a partir da prestação de assistência técnica diferenciada de acordo com as demandas dos assentados, transformando os PA's em unidades de produção estruturadas, inseridas competitivamente no processo de produção, voltadas para o mercado e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional.²⁰ Este projeto funcionou através da contratação de entidades e organizações governamentais ou não, para as quais o INCRA terceirizava a prestação de serviço de assistência técnica.

²⁰ INCRA (1997).

É somente através do LUMIAR que a AACC começa prestar assistência técnica efetiva no PA Rancho do Pereiro e centra esforços na viabilização da produção de melão, primando pela melhor qualidade final do produto, visando inserção no mercado, principalmente o mercado externo. Depoimentos de técnicos que atuavam nos PA's neste momento confirmam tais metas, quando afirmam:

"A AACC quando começou a trabalhar com gestão e assistência técnica nos assentamentos de Baraúna tinha como objetivo trabalhar nos assentamentos que se encontravam no momento de implantação de projetos de investimento em estrutura, na perspectiva de desenvolver atividade agrícola irrigada, tendo como principal cultura o melão (...) então era **montar** modelos de gerenciamento, de organização, na perspectiva de implantar de fato, e colocar pra funcionar estes projetos" (Entrevista com Técnico da Visão Mundial, realizada em 24/10/2000 - Baraúna-RN).

Uma alternativa de inserção no mercado, como forma de desviar a venda da produção aos atravessadores tradicionais, que se mostrou mais acessível a partir das negociações iniciadas anteriormente foi a integração agroindustrial, mais especificamente com o Grupo Empresarial MAISA/NOLEM. Esta empresa trabalhava com um sistema de contratação de produtores, pelo qual adiantava os insumos para serem descontados ao final da safra e garantia um preço fixado no ato da contratação, preço este que podia variar de acordo com as oscilações no mercado importador, no momento da entrega do melão.

Neste momento, a AACC mantém-se à frente do processo de discussão com os assentados e acompanha as negociações junto à empresa, que culminou na safra 96/97 com a assinatura do contrato de produção entre a associação dos assentados e a MAISA/NOLEM o que parecia uma alternativa à atuação dos atravessadores tradicionais com os quais comercializavam até então. Esta experiência tem a duração de duas safras, 96/97 e 97/98.

Na safra 97/98, ocorreu uma crise na relação da empresa com os trabalhadores, os quais apontam como razões principais o baixo preço pago pelo produto. Os trabalhadores alegavam que embora fosse acordado no contrato que o preço inicial de venda teria seu valor acrescido conforme as oscilações do mercado internacional, estes não dispunham de nenhuma certificação destas oscilações. Acirrava ainda tal crise, o descumprimento de algumas cláusulas contratuais por parte da integradora, no que se refere a

exigências de qualidade e a pontualidade de entrega do produto final. Valendo salientar que embora estas razões sejam apresentadas pela maioria dos trabalhadores, não chegam a representar um consenso do grupo.

Esta falta de consenso entre os trabalhadores sobre as vantagens e desvantagens advindas da relação que desenvolviam com a empresa inicia um conflito interno, coincidindo justamente com uma restrição nas políticas creditícias governamentais. Neste momento os assentados passam a cobrar do STRB e da AACCC, medidas cabíveis, que viabilizem o financiamento da produção. Na safra 99/00 os recursos financeiros para o custeio da produção tornam-se cada vez mais restritos devido à extinção do PROCERA²¹, o que se torna mais grave com o rompimento do contrato com a NOLEM. Esta cobrança junto ao Movimento Sindical, nos momentos de restrição de financiamento tornou-se costumeira desde que esse assumiu papel de destaque na mediação entre o Governo e os assentados, como demonstra a fala do sindicalista, transcrita a seguir:

"Quando eles (os assentados) não procuram o sindicato pra uma coisa eles procuram pra outra. Procuram pra crédito e previdência, essas duas coisas que eles mais procuram" (Entrevista com Sindicalista do STRB, realizada em 19/10/2000 - Baraúna-RN).

Nesta conjuntura as divergências que permeavam a relação entre a empresa e os contratados vinham intensificando-se a cada safra

"Era constante, ano após ano, a insatisfação dos produtores, grande parte dos assentados de Baraúna tiveram experiências nas grandes empresas locais, então eles conhecem, eles sabem qual é o custo da produção do melão e sabiam qual a indenização que eles estavam tendo (...) quando foi na virada de 98/99, todo ano era feita uma avaliação e planejamento do ano seguinte e aí foram praticamente generalizadas as insatisfações, e diziam (os trabalhadores) que naquelas condições não produziram mais para as grandes empresas (...) discutindo o preço de compra foi que não chegou-se a um consenso e tirou-se uma decisão em assembléia que ninguém plantaria e vamos buscar outros mercados. Mas como a estrutura estava montada e eles precisavam sobreviver e garantir a sobrevivência da família, alguns começaram a **fugir**, mudar de compreensão, mas o Rancho do Pereiro foi quem segurou e disse: 'ninguém vai', bateu o pé e disse: 'não entramos'" (Entrevista com Técnico da Visão Mundial, realizada em 24/10/2000 - Baraúna-RN).

²¹ Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária criado no primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, e extinto no segundo mandato, enquadrando desta forma os assentados como demandantes do Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar, no qual são submetidos a exigências burocráticas maiores e diferenciada das demais categorias de pequenos produtores.

Esta citação demonstra a conotação de fuga, atribuída aos que recusaram abandonar a relação com a integradora no momento de crise, bem como explicita o papel diferenciado que os assentados no PA Rancho do Pereiro assumiram frente aos assentados nos demais projetos, ao decidirem não negociar mais com a empresa definitivamente. Esta decisão ao mesmo tempo que atendia as expectativas dos mediadores, principalmente os técnicos, colocava-os na responsabilidade de propor alternativas que solucionassem o impasse.

Assim como esta situação crítica apresentou-se de forma gradual a AACC e o STRB já vinham construindo paralelamente espaços de discussão, em busca de outras saídas que viabilizassem a inserção no mercado, fortalecendo a produção e a comercialização dos assentamentos. Dentre estes espaços de discussão destaca-se o I Encontro sobre Cooperação dos Projetos de Assentamento do município de Baraúna, proposto nas reuniões de avaliação realizadas anualmente e que ocorrera em março de 1998, contando com a participação de sete associações de assentamentos²², do STR de Baraúna, da FETARN e da Prefeitura Municipal de Baraúna, organizado pela AACC.

Neste momento as questões que se apresentavam como entraves eram o custo de produção e a abertura de novos mercados, existindo ainda o interesse de alguns grupos de comerciantes e fazendeiros locais, para que o assentados viessem participar de cooperativas que estavam em fase de constituição em Baraúna. Esta situação é contextualizada nos depoimentos dos técnicos quando afirmam:

"No primeiro momento que a gente discutiu cooperação, como um possível caminho para resolver as pendências deles (dos trabalhadores) a cooperativa surgiu por um fator exclusivamente econômico e produtivo (...) porque tinha estes objetivos: diminuir os custos e comercializar a produção" (Entrevista com Técnico da AACC, realizada em 17/11/2000 - Natal-RN).

"Baraúna tem umas coisas interessantes (...) e existem interesses externos por Baraúna e não sei se eu estaria sendo injusto, mas existem os oportunistas da vida, que constantemente estavam 'assediando', 'namorando', com os assentamentos de Baraúna (...) eram pessoas fortes, externas que pressionavam os trabalhadores a se organizarem ou virem participar de cooperativas que eles estavam

²² PA's Rancho do Pereiro, Pico Estreito, Poço Baraúna I, Poço Baraúna II, Catingueira, Olho d'água da Escada e Poço Novo.

formando. Inclusive tem uma cooperativa em Baraúna que insistiu diversas vezes. Então nesse 'jogo de assédio', 'de provocação', foi que a gente sentiu a necessidade de criar uma cooperativa, ou se não vai ser tarde, quando a gente for, eles vão está todos sócios de uma cooperativa (...) e em virtude destas interferências externas ou a gente criaria ou ficaria a margem da história" (Entrevista com Técnico da Visão Mundial, realizada em 24/10/2000 - Baraúna-RN).

É neste contexto, que após um processo que envolveu a realização de diversas atividades junto aos assentados de Baraúna, como cursos e oficinas sobre cooperativismo e dois encontros sobre cooperação nos PA's do município, foi aprovado em 22 de maio de 1998 o estatuto da Cooperativa Agropecuária dos Produtores dos Assentamentos de Baraúna (COOPAB), que define em seu artigo primeiro como área de atuação para efeito de admissão dos sócios, as áreas dos Projetos de assentamento do município, e complementa no artigo quarto que *"poderá ingressar na cooperativa, todo produtor ou produtora, maior de 18 anos, que esteja vinculado a um grupo de produtores(as) organizados de áreas de assentamento, doravante denominado Associação parceira, que residir na sua área de atuação"* (COOPAB, 1998).

No entanto, apesar de constituída em 1998, até a safra 98/99 a COOPAB não havia encaminhado as demandas que se apresentavam quando de sua criação, ou como numa designação corrente entre os assentados "ainda não tinha saído do papel".

A conjuntura que se configurava na safra 98/99, com total insatisfação dos trabalhadores e escassez de recursos para custear a produção, fizeram com que a AACC e o STRB, ativassem a COOPAB e buscassem desenvolver através desta, atividades efetivas para viabilizar a produção.

Porém, um fator novo extrapolava os objetivos iniciais, que era viabilizar recursos financeiros para o custeio da produção e a abertura de mercados internacionais para exportação direta. Assim a COOPAB, passa a ser o instrumento legal através do qual a AACC/STRB firma parceria com a Visão Mundial, que por manter escritórios em vários países responsabilizou-se pela abertura de canais de comercialização no mercado Europeu e, ainda, por parte do financiamento para o custeio da produção advindo de fundos próprios.

A Visão Mundial é uma ONG internacional que atua em 50 países do mundo, inclusive países latinos como Brasil e Equador, entre outros, sendo financiada, em sua maior parte, por evangélicos norte-americanos, que através

de campanhas fazem doações para ajudar as populações pobres. O sistema adotado é de apadrinhamento de crianças, cada família norte-americana repassa para Visão Mundial os recursos financeiros que serão aplicados para desenvolver o bem-estar das crianças e suas famílias, bem como fortalecer o discurso da irmandade e solidariedade cristã.

Esta parceria foi fundamental para que a produção e comercialização fosse realizada na safra 98/99, pois complementando o custeio com os escassos recursos das agências financiadoras oficiais realizou-se o plantio. A produção seria comercializada através do "fair trade", ou mercado justo, solidário, conceito em voga na Europa e presente nas metas da Visão Mundial. Com esta perspectiva foi que se estabeleceu tal parceria como afirma um assessor técnico das áreas quando questionado sobre as medidas que foram tomadas a partir do rompimento do contrato de produção com a NOLEM

"O que a gente pensou que era solução, criou problema. A estrutura toda montada, com compras tudo feita (...) tem como produzir, tem terra, tem mão-de-obra, e não tem a quem vender. No encontro de técnicos da AACCC com os da Visão Mundial, colocou-se a situação e o representante da Visão Mundial disse: 'beleza', a gente trabalha com escritórios em torno de 100 países e temos como entrar em contato com estes escritórios e eles começam à procurar mercado para o melão, enquanto vocês trabalham numa área que tem como produzir. Isto foi no meio de 1999, até que a Visão Mundial abriu contato com os importadores e a AACCC começou à trabalhar a organização para uma nova situação (...) daí foi criada esta parceria, foi neste momento que a VM **apareceu**, na perspectiva de abrir mercado" (Entrevista com Técnico da Visão Mundial, realizada em 24/10/2000 - Baraúna-RN).

Realizado o cultivo, vários problemas ocorreram em decorrência da pouca experiência com este tipo de negócio, já que os assentados e seus assessores assumiam toda responsabilidade com o produto até a sua entrega no Porto de Natal, e ainda com as perdas e avarias que ocorressem até a entrega na Europa. Diante desta situação houve perdas de melão armazenado na casa de embalagem por inviabilidade de transporte e colheitas em épocas indevidas, como afirma um dos técnicos:

"O processo de comercialização, no ano passado foi o primeiro ensaio, eles(os assentados) precisam ainda de uma assessoria técnica, com certeza. Porque a cadeia de exportação envolve muitos atores, e a gente faz eventos, explicando como se dá o processo, da hora que sai de lá até a Europa, todo percurso como é que acontece (...) às vezes fica muita coisa do melão lá no assentamento, mas é porque não tem qualidade para chegar na Europa, porque nisso eles são insistentes, em quererem colocar tudo, e no ano passado chegou melão estragado lá, o

que foi ruim teve uma repercussão" (Entrevista com Técnico da AACC, realizada em 17/11/2000 - Natal-RN).

Este depoimento demonstra que os trabalhadores estão inseridos numa cadeia de exportação da qual pouco conhecem, o que acaba resultando em perdas financeiras para o grupo, e que somadas a desentendimento pessoais que vinham arrastando-se devido à insegurança e a descrença de parte dos assentados nos possíveis resultados a serem alcançados, foi fundamental para causar a divisão do grupo na atual safra 00/01.

Atualmente o processo produtivo é desenvolvido por dois grupos, sendo o primeiro composto pelo pai, dois filhos e um genro, no qual prevalece as relações de parentesco. O segundo grupo, reúne as outras doze famílias, no qual existem algumas relações de parentesco e apresenta, também, uma presença marcante de evangélicos, que reforçam em seus depoimentos a importância da união e da cooperação, sustentados pela religiosidade, sendo este o grupo que comercializa a produção do melão via COOAPAB.

Toda a trajetória do PA Rancho do Pereiro, bem como a definição da opção pela cooperação, não difere dos momentos de constituição e organização social e política interna do assentamento, no tocante à presença de diferentes mediadores, como o STRB, a CPT, a AACC e a Visão Mundial, conforme demonstra o Quadro 11.

A análise dessa cronologia evidencia o papel que a AACC assumiu a partir de sua inserção em 1996, inclusive atuando no processo de organização política dos trabalhadores, inicialmente acompanhado pelo STRB. Observa-se também a reconfiguração dos quadros de mediação, em momentos específicos como no conflito, onde atuavam a CPT e o STRB, o momento da organização interna onde o STRB passa a ser o principal mediador e por fim a estruturação da produção do melão iniciada com a AACC e o STRB.

A estratégia da AACC é modificada diante da crise da integração, e tendo um trabalho consolidado, passa a incentivar a cooperação, modelo este que se concretiza através da parceria com a Visão Mundial, reconstruindo, assim, a rede de mediação presente neste assentamento.

Quadro 11 - PA Rancho do Pereiro - cronologia da formação histórica e atuação dos atores externos

1988	1992	1995	1996	1997	1998	1999
• Ocupação da Fazenda Rancho do Pereiro (STRB e CPT).	• Criação do PA e da associação (STRB). • De 1992 a 1995 prevalece os cultivos de subsistência. • Desde então os evangélicos destacam-se enquanto lideranças no PA.	• Primeira experiência com o cultivo do melão.	• Início da atuação da AACC, através do convênio com o INCRA-RN, com o objetivo de fortalecer a organização interna e a produção do melão. • Integração ao grupo MAISA/NOLEM.	• A AACC passa a atuar contratada pelo LUMIAR.	• Crise da Integração com o rompimento do contrato de produção (AACC e STRB). • Março/98: I Encontro sobre cooperação dos projetos de assentamento de Baraúna. • Maio/98: Criação da COOPAB. • Parceria AACC/Visão Mundial. • Primeira experiência de comercialização via <i>fair trade</i>.	• Consolidação da exportação direta via o <i>fair trade</i>, incentivado pela parceria AACC/Visão Mundial.

5.1.2. Caracterização das famílias assentadas

Os chefes das famílias do PA Rancho do Pereiro, são naturais, principalmente, de municípios cearenses, seguidos pelos municípios potiguares e por fim paraibanos, conforme a Figura 5. Dentre os municípios cearenses destacam-se Jaguaruana, Icapuí e Quixadá, bem como destacam-se Rui Barbosa, Cerro Corá, Apodi e Baraúna no Rio Grande do Norte, além de Catolé do Rocha e São Bento na Paraíba.

Ao se analisar os dados que se referem a população total do assentamento o local de nascimento passa a concentrar-se no Rio Grande do Norte, onde nasceram 56% dos assentados que ali residem atualmente, sendo 21% nascidos no Ceará, 10% na Paraíba e 13% em outros estados da federação, como Bahia e Pará.

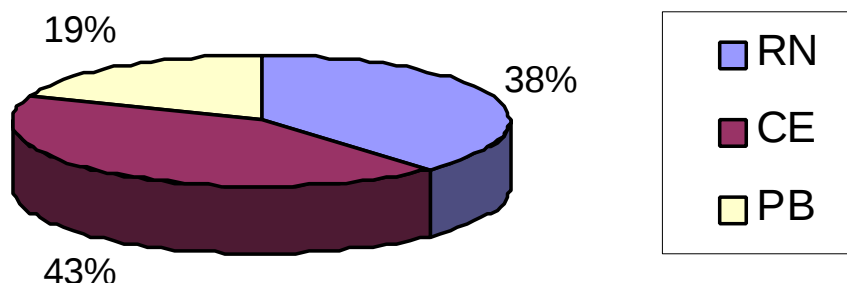


Figura 5 - PA Rancho do Pereiro - local de nascimento dos chefes de família.

Embora os chefes de família do PA Rancho do Pereiro tenham nascido principalmente no Ceará, como demonstrou-se anteriormente, 75% destes já residiam em Baraúna no momento da constituição do assentamento, os demais

residiam em Mossoró-RN (6,25%), Fortaleza-CE (6,25%), Jaguaruana-CE (6,25%) e Tomé Acú-PA (6,25%).

Os chefes de famílias estabeleceram-se no assentamento desde a ocupação da fazenda em 1988, no entanto é somente a partir de 1990, com a construção de infra estrutura básica como casas, eletrificação e abastecimento d'água que 75% das famílias ali estabelecem moradia.

Este processo de estabelecimento das famílias no PA, apresentou uma grande rotatividade, já que muitas das famílias que participaram do conflito que originou o assentamento não permaneceram na área, sendo substituídas, segundo critérios do STRB e do INCRA, bem como através da indicação de assentados, amigos ou parentes que ali já residiam.

Dos trabalhadores que residiam em Baraúna, 50% deles residiam na zona rural e os outros na zona urbana do município. Quando analisa-se os dados referentes aos demais municípios supracitados, verifica-se que apenas um trabalhador, oriundo de Tomé Acú tem origem rural, sendo os demais de origem urbana.

Este quadro demonstra que no total, 43,75% dos chefes de família assentados no PA Rancho do Pereiro residiam na zona rural antes do assentamento, ao passo que 56,25% destes, tinham residência urbana, embora exercessem atividades ligadas à agricultura.

Dos chefes de família assentados no PA Rancho do Pereiro, 75% tiveram sua última ocupação ligada à agropecuária, como demonstra a Figura 6.

Vale salientar que dos 25% dos trabalhadores que declararam não ter exercido sua última ocupação ligada à terra, 18,75% nunca teriam trabalhado com agropecuária anteriormente, dificultando assim a adaptação ao trabalho com agricultura ou até mesmo o relacionamento com os demais trabalhadores ali assentados que vêm de uma experiência de trabalho mais ligada à terra.

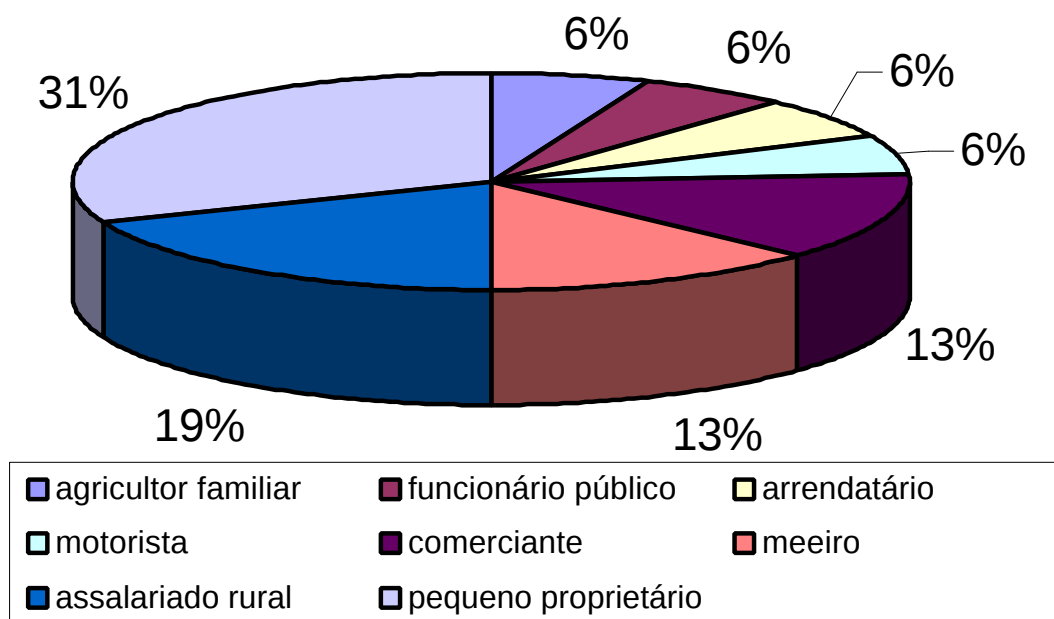


Figura 6 - PA Rancho do Pereiro - última ocupação dos chefes de família.

Quando questionados sobre o motivo de terem deixado de exercer a sua última atividade profissional, todos os trabalhadores do PA Rancho do Pereiro apresentaram como motivos a venda da propriedade, seja da sua pequena propriedade ou da propriedade na qual era assalariado ou meeiro, bem como pela conquista de seu lote. Este dado confirma a expulsão histórica dos trabalhadores rurais dos postos de trabalho na região, o que potencializa a organização de grupos de luta pela terra.

A mão-de-obra utilizada nas pequenas propriedades ou nas explorações de “meia”, anterior ao assentamento, era estritamente familiar, demandando a mão-de-obra feminina e infantil, apenas em períodos específicos do ciclo produtivo, como o plantio e a colheita. Ainda com relação a composição da mão-de-obra vale destacar que os chefes de família em sua totalidade afirmaram que menores de 14 anos não desenvolviam nenhuma atividade ocupacional antes do assentamento.

A forma pela qual tomaram conhecimento da implantação do assentamento em 56,3% dos casos se deu através de parentes e 31,3%

através do STRB. A troca de informação entre parentes pode ser entendida considerando-se a alta rotatividade de assentados, já citada, sendo as famílias substitutas comunicadas sobre o possível alistamento, por parentes que ali já residiam.

Considerando a população total do PA Rancho do Pereiro, verifica-se que 52,3% é do sexo feminino e 47,7% do sexo masculino. Destaca-se na população total o grupo com faixa etária entre 15 e 45 anos, como demonstra a Figura 7.

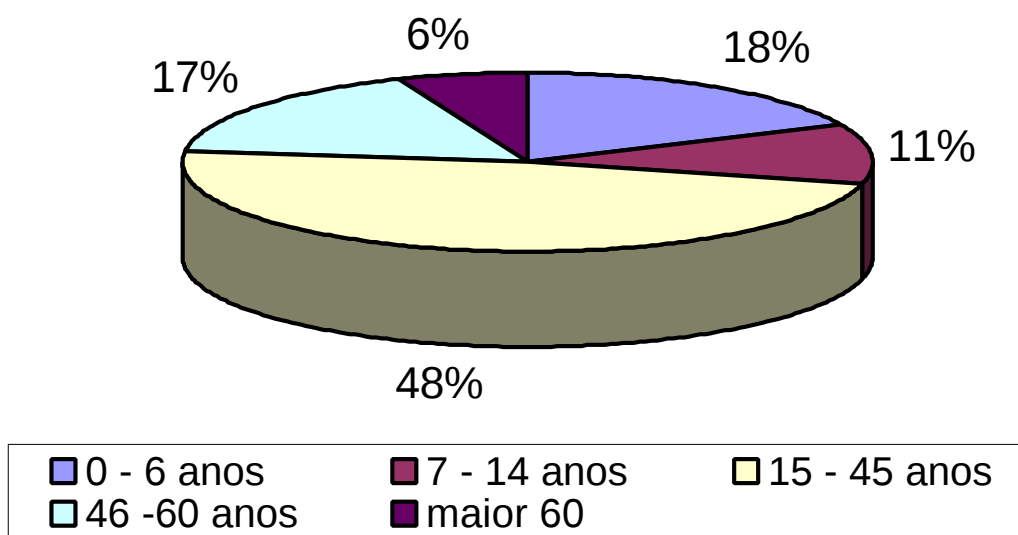


Figura 7 - PA Rancho do Pereiro - distribuição etária dos assentados.

As famílias são compostas em média por quatro membros e chefiadas por homens com idade média de 44 anos. Dos chefes 44% são analfabetos e os demais cursaram da 4.^a série do ensino fundamental ao 1.^o ano do ensino médio.

Ainda no que se refere a escolaridade dos assentados, observa-se no PA Rancho do Pereiro que todas as crianças e adolescentes com idade entre 7

e 14 anos freqüentam a escola, cursando da 1.^a à 5.^a série do ensino fundamental.

A área dos lotes individuais no PA Rancho do Pereiro é de 17 ha, que são explorados individualmente, por cada família. Os principais produtos cultivados nestes lotes foram o algodão, o milho e o feijão. Devendo-se destacar que apenas um dos trabalhadores assentados não produziu nenhuma cultura no seu lote individual na safra 99/00.

O cultivo nos lotes individuais é realizado no sistema de sequeiro, tradicionalmente praticado na região. O Quadro 12 demonstra a caracterização da produção agrícola nos lotes individuais do PA Rancho do Pereiro.

Quadro 12 - PA Rancho do Pereiro - produção agrícola - safra 98/99

Produto	% produtores	Área média plantada por lote (ha)	Produção média (t)	Produtividade média (t/ha)	Área total plantada no PA (ha)	Produção total do PA (t)
Algodão	68,75	4,6	1,77	0,39	50,30	19,45
Milho	50,00	3,0	1,85	0,62	24,00	14,82
Feijão	31,25	1,1	0,37	0,34	5,50	1,86

Fonte: Pesquisa de campo/outubro de 2000.

Verifica-se neste caso que a área cultivada com algodão e milho no conjunto dos lotes individuais, supera a área cultivada com o melão coletivamente, o que pode vir auferir uma renda complementar aos trabalhadores a partir da comercialização de tais produtos. No entanto deve-se considerar que os canais de comercialização destes produtos continuam sendo os atravessadores tradicionais da região ou comerciantes varejistas na sede do município, denominados pelos assentados de armazéns, que muitas vezes pagam preços inferiores aos praticados em outros mercados, aos quais os assentados não tem acesso. O Quadro 13 apresenta a caracterização da comercialização dos produtos vegetais do PA Rancho do Pereiro.

Quadro 13 - PA Rancho do Pereiro - comercialização da produção agrícola - safra 98/99

Produto comercializado	% produtores*	Local	Comprador	Quantidade média vendida por produtor (t)	Quantidade total vendida pelo PA (t)
Algodão	100,0	Baraúna	Atravessadores/armazéns	1,77	19,45
Milho	62,5	Baraúna	Atravessadores/armazéns	1,82	9,12
Feijão	40,0	Baraúna	Atravessadores/armazéns	0,24	0,48

Fonte: Pesquisa de campo/outubro de 2000.

* O percentual dos produtores que comercializaram foi calculado a partir do número dos produtores que plantaram e não do total do assentamento.

Dentre os assentados que comercializaram algum produto de origem vegetal, cultivado nos lotes individuais, 31% venderam mais de um produto, sendo o milho considerado o de maior expressão econômica, seguido pelo algodão. Vale destacar que, embora não vendam produtos cultivados, como o feijão, este pode ser consumido pelas famílias, o que gera uma renda de autoconsumo, que tem importância fundamental, principalmente, nos períodos de escassez de alimentos.

Deve-se considerar que na produção de sequeiro os níveis de perdas na produção chegam a ser significantes em alguns produtos cultivados, como milho e algodão. Dentre os principais motivos para que as perdas ocorram estão os problemas climáticos, quer seja a falta de chuva no período do plantio, o que faz com que os agricultores retardem-no, comprometendo todas as demais etapas de desenvolvimento da cultura, ou ainda o excesso de chuvas, que ocasiona a perda da cultura no campo, por impossibilitar a colheita. No caso específico do algodão, a causa mais citada para as perdas, foi o ataque da praga do bicudo, que vem dizimando plantios em toda região.

Em todo assentamento, 60% dos trabalhadores tiveram perdas nos cultivos dos lotes individuais, devido os fatores supracitados. Destes 77,8%

perderam parte da produção de algodão e 22,2% perderam na produção final do milho.

Ao se referirem à produção realizada na área coletiva, os assentados no PA Rancho do Pereiro foram unânimes, em declarar a produção do melão como a principal atividade comercial (Figura 8), o que reflete, também, o resultado do incentivo a prática da fruticultura desenvolvido pelas equipes técnicas que atuam na região.



Figura 8 - PA Rancho do Pereiro - cultivo do melão - 2000.

Na safra 99/00, o grupo coletivo composto por 16 famílias cultivaram 15 ha de melão, obtendo uma produção em torno de 8.000 caixas com 10 kg destinadas à exportação. Deve-se considerar, que em toda área plantada registrou-se uma perda de 66% na produção, bem como uma subutilização da área destinada aos projetos coletivos, já que esta totaliza 66 ha e apenas 23% foi explorada, utilizando-se modernos sistemas de irrigação por gotejamento.

No tocante a comercialização dos produtos do assentamento, verificou-se um baixo nível de agregação de valor aos produtos por meio de beneficiamento. O incentivo a tal prática, embora venha sendo desenvolvido por organizações prestadoras de assistência técnica, principalmente por meio da qualificação dos trabalhadores através de cursos e treinamentos, ainda é uma prática pouco difundida. No PA Rancho do Pereiro, apenas 18,75% dos assentados beneficiaram milho, obtendo ração animal como produto final, sendo esta consumida pelos rebanhos domésticos, não chegando a comercializar nenhuma parcela.

No PA Rancho do Pereiro, 68,75% dos assentados possuem algum tipo de rebanho, embora considerem a criação animal como atividade secundária em relação à agricultura, servindo apenas como reforço para a dieta alimentar, pelo consumo da carne de animais de pequeno porte, ou de seus derivados como leite e ovos.

O criatório animal é geralmente uma combinação de rebanho bovino com aves, embora seja comum a ocorrência de suínos, conforme o Quadro 14.

Quadro 14 - PA Rancho do Pereiro - produção animal - 1999

Rebanho	% de produtores	N.º médio de cabeças/criador	Produção média/criador	Produção total do PA	Rebanho total do PA
Bovino	43,75	09	14l/dia	97l de leite/dia	68 cabeças
Suíno	43,75	08	* ²³	*	59 cabeças
Caprino	37,50	13	*	*	76 cabeças
Aves	43,75	43	51 ovos/semana	360 ovos/semana	299 cabeças

Fonte: Pesquisa de campo/outubro de 2000.

²³ Dados não quantificados pelos trabalhadores.

Quanto à comercialização dos produtos de origem animal, apenas 27,3% dos trabalhadores chegaram a vender algum tipo destes, em pequenas quantidades, que segundo eles foi comercializada em momentos de dificuldades financeiras, ou nos termos do lugar “quando estão apertados”. Este aspecto faz com que a criação animal funcione como uma espécie de reserva financeira, que permite aos trabalhadores adquirirem recursos num curto espaço de tempo. O Quadro 15 sintetiza a comercialização dos produtos de origem animal no PA Rancho do Pereiro em 1999.

Quadro 15 - PA Rancho do Pereiro - comercialização da produção animal – 1999

Produto comercializado	% de produtores*	Quantidade comercializada(t)	Local de venda	Comprador
Carne bovina	28,6	0,14	Baraúna	Varejistas ²⁴
Carne suína	14,3	0,10	Baraúna	Varejistas
Carne caprina	16,7	0,20	Baraúna	Varejistas

Fonte: Pesquisa de campo/outubro de 2000.

* O percentual dos produtores que comercializaram foi calculado a partir do número dos produtores que criavam alguma espécie e não do total do assentamento.

Ainda no tocante à produção no PA Rancho do Pereiro é válido ressaltar que, embora na região tenha se documentado historicamente a exploração de atividades extrativistas como a colheita de mel de abelhas, a extração de madeira, bem como da cera de carnaúba, que se praticou no Oeste Potiguar como um todo, os assentados afirmaram não desenvolver nenhum tipo de atividade deste tipo, e o pouco que extraem da mata para obtenção de estacas e mourões não souberam quantificar.

Com relação ao acesso aos créditos para custeio da produção deve-se ressaltar que embora o período ao qual refere-se este estudo coincida com

²⁴ Estes varejistas são denominados tradicionalmente pelos trabalhadores de marchantes.

uma restrição por parte do Governo Federal, no que diz respeito às políticas de crédito especiais para a reforma agrária, como é o caso do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), especificamente no PA Rancho do Pereiro a maioria dos assentados obteve recursos financeiros para o custeio da produção na safra 99/00. No entanto ao serem questionados sobre o valor dos financiamentos, os trabalhadores não apresentam um consenso em suas declarações, o que acaba por originar uma grande variação nos valores declarados. Esta situação pode ser sintetizada nas Figuras 9 e 10.

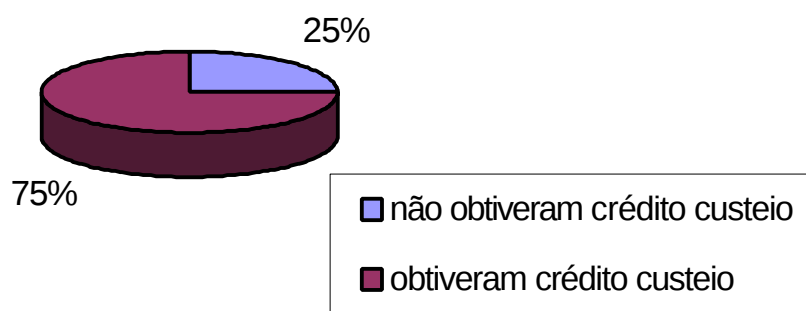


Figura 9 - PA Rancho do Pereiro - condições de acesso ao crédito para custeio da produção agrícola - safra 98/99.

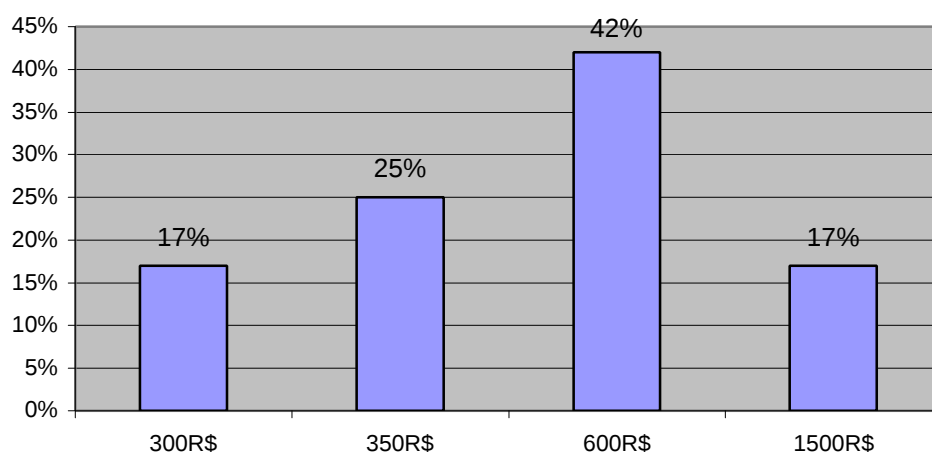


Figura 10 - PA Rancho do Pereiro - valores dos financiamentos para custeio - safra 98/99.

Esta variação pode ser compreendida num contexto onde a forma de negociação junto aos bancos passa a ser acessível, também, aos assentados individualmente, não mais, apenas via associação. Esta política favorece que cada trabalhador possa optar pelo valor e tipo de financiamento compatível com sua capacidade de endividamento. Esta estratégia utilizada, principalmente, pelas agências financiadoras governamentais pode estar sendo utilizada, dentro de um processo mais amplo que visa implementar medidas que desarticulem qualquer reivindicação coletiva por parte dos trabalhadores, seja no tocante a luta pela terra, ou pelo acesso aos créditos ou melhorias na infra-estrutura dos assentamentos. Como exemplos destas medidas implementadas pelo Governo Federal pode-se citar na esfera do acesso ao crédito a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que enquadra os trabalhadores beneficiários da reforma agrária em linhas mais abrangentes de crédito, bem como a criação do Banco da Terra, que permite que os trabalhadores sem-terra tenham acesso a um lote individual, desde que seja capitalizado para ressarcir o empréstimo concedido, por tal banco.

Os trabalhadores quando avaliaram as facilidades e dificuldades na obtenção de financiamentos oficiais, citaram como principal facilidade a organização em associação, que faz a mediação entre estes e tais financiadores. Compreendem ainda que a burocracia bancária, bem como a morosidade na liberação de documentos do INCRA, documentos estes necessários para que os pedidos de liberação de recursos sejam acatados junto as agências financiadoras, representam as maiores dificuldades enfrentadas comumente. Existem ainda os trabalhadores que consideraram a dificuldade de acesso à crédito, como causa dos débitos anteriores contraídos pelo grupo coletivo junto aos financiadores, ainda pendentes de quitação.

Considerando que o criatório animal é praticado como atividade secundária da agricultura, as instalações animais encontradas no PA Rancho do Pereiro funcionam em condições precárias e improvisadas, sendo comum cercados de arame onde praticam os tratos animais como demonstra a Figura 11. As estruturas denominadas de currais são também as de maior ocorrência no PA, como demonstra Figura 12.

A utilização de máquinas no PA Rancho do Pereiro, caracteriza 93,8% dos trabalhadores, sem contudo este alto percentual de usuários significar a prática de uma agricultura tecnificada, tendo em vista que utilizam somente tratores, que executam tarefas básicas do processo produtivo, sendo a principal forma de acesso a associação.

Dentre os implementos utilizados no PA Rancho do Pereiro destaca-se a grade com tração mecânica, que foi utilizada por 87,5% dos assentados, usada de forma coletiva, já que faz parte do patrimônio da associação. O uso de insumos agrícolas entre estes trabalhadores atinge 68,8%, sendo o uso de agrotóxicos uma prática realizada por todos eles. Chama a atenção que embora não praticando um padrão tecnológico moderno, no que se refere ao uso de máquinas e implementos agrícolas, e ainda cultivem no sistema de sequeiro, os trabalhadores do PA Rancho do Pereiro utilizaram sementes melhoradas geneticamente em seus cultivos, nem sempre respondendo aos resultados esperados, podendo ainda explicar parte das perdas da produção agrícola, tendo em vista que são mais exigentes aos tratos culturais e condições climáticas adequadas.

Tratar das condições de vida atuais das famílias assentadas requer que se faça uma comparação com o seu modo de vida anterior ao assentamento. Tal comparação deve estar embasada nas expectativas e anseios que os trabalhadores tinham para si e suas famílias ao conquistarem a terra.

Para realizar tal análise comparativa elegeu-se sete indicadores de qualidade de vida, a saber: condições de moradia, acesso aos serviços de saúde e educação, qualidade da alimentação, opções de lazer, poder de compra e segurança física. Dos assentados no PA Rancho do Pereiro, 75% consideraram ter havido melhorias no seu padrão de moradia, esta satisfação se dá principalmente pela qualidade da construção das residências, todas em alvenaria, bem como pela “independência” que estas representam em relação aos aluguéis que muitos dos trabalhadores arcavam antes do assentamento.

Quando foram questionados sobre o acesso aos serviços básicos de saúde, 50% dos trabalhadores consideraram que estes permanecem estáveis ou apresentaram melhorias, em relação às condições anteriores ao PA. Os

demais trabalhadores consideram ter havido um decréscimo na qualidade dos mesmos, já que são extremamente precários, inexistindo qualquer tipo de atendimento médico ou hospitalar, e todos que necessitam de tais serviços devem deslocar-se até à sede do município.

Ao se analisar a satisfação dos trabalhadores com o seu padrão alimentício percebe-se que a maioria afirmou que houve uma melhoria, comparativamente ao anterior ao PA. Nos relatos foi reforçada a valorização de uma dieta básica, complementada com a produção dos lotes individuais e um tipo de carne, muitas vezes oriunda dos pequenos criatórios, que varia conforme os dias da semana e que é reforçada em ocasiões especiais, como festas, feriados, finais de semana ou reuniões familiares.

No que se refere às condições de acesso a educação, 62,5% dos assentados no PA Rancho do Pereiro consideram que houveram melhorias neste serviço. Percebe-se, ainda, nos depoimentos dos chefes de família a atribuição de importância à conclusão do ensino fundamental, não demonstrando maiores preocupações com a continuidade da educação formal em outros níveis, o que incentiva um alto índice de evasão escolar, logo na adolescência.

Ainda é válido ressaltar que no PA Rancho do Pereiro a satisfação com a possibilidade de acesso à educação, pode ser reforçada pela existência de um transporte, custeado pela associação, que viabiliza o deslocamento dos estudantes até a sede do município para cursarem os níveis que não são oferecidos no assentamento. Tratar sobre as opções de lazer que estes trabalhadores desfrutam no seu cotidiano, parece estar se tratando de um mundo que não lhes pertence ou ao qual são alheios. No caso do PA Rancho do Pereiro apenas dois chefes de famílias as consideram iguais as que tinham acesso anteriormente, os demais consideram que estas inexistem.

Esta precariedade de opções de lazer é mais enfatizada nos depoimentos dos jovens, que raras vezes chegam à participar de alguma atividade do gênero na sede do município ou em ocasiões tradicionais, como festas religiosas. Aos adultos e, principalmente, aos idosos resta o discurso de que o lazer que usufruem é o descanso da pesada jornada de trabalho que pode chegar a, até, 12-13 horas diárias. Desta maneira, este descanso torna-

se satisfatório quando conseguem se reunir com alguns parentes e amigos, especialmente nas tardes de domingo, ou principalmente, quando podem freqüentar a Igreja.

Dentre os trabalhadores do PA Rancho do Pereiro, 81,3% declararam que o seu poder de compra melhorou, após passarem a viver no assentamento. Esta informação pode ser compreendida pelo fato de que, embora não tenham renda fixa, estes trabalhadores ao fim de cada ciclo do melão recebem um montante que é revertido em parte para quitar dívidas contraídas no período em que dispunham de recursos financeiros restritos, como as dos supermercados e mercearias, o que possibilita acesso a novos créditos, e ainda reverterem a parte restante dos recursos na aquisição de bens duráveis como móveis, roupas, calçados, eletrodomésticos e meios de transporte.

Vale destacar que nos períodos de entre safra, a renda destes trabalhadores advém de reservas de recursos financeiros obtidos com a comercialização da safra, complementada minimamente com venda de produtos cultivados nos lotes individuais ou de pequenos animais.

Ao se tratar da segurança física, os assentados são unânimes em afirmar que percebem melhorias, pois se consideram livres dos perigos atribuídos à vida urbana, e por não terem vivenciado no dia-a-dia nenhum ato de violência que modificasse a tranquilidade do assentamento.

No que se refere aos meios de transporte no assentamento verifica-se total precariedade, tendo em vista que este dista 19 km da sede do município, local do qual dependem nas mais diversas situações. Assim na inexistência de qualquer tipo de transporte coletivo torna-se comum, entre os assentados, a atribuição de importância fundamental à aquisição de algum meio de transporte.

No PA Rancho do Pereiro 87,55% dos assentados possuem um meio de transporte próprio, distribuídos conforme o Quadro 16.

Quadro 16 - PA Rancho do Pereiro - distribuição dos meios de transporte - 2000

Meio de transporte	% de trabalhadores que possuem
Não possuem	12,50
Somente bicicleta	6,25
Bicicleta e animal	12,50
Bicicleta, animal e motocicleta	18,75
Bicicleta, animal, motocicleta e carro	6,25
Animal e carro	6,25
Carro e motocicleta	12,50
Somente motocicleta	18,75
Somente carro	6,25
Total	100,00

Fonte: Pesquisa de campo/outubro - 2000.

Embora alguns trabalhadores declarem que já chegaram ao PA possuindo um meio de transporte, principalmente os de menor custo, como animais e bicicletas, é a partir de meados da década de 90 que intensificam-se as aquisições, período este que coincide com a liberação de parcelas dos financiamentos das agências governamentais, bem como ocorre uma melhor inserção no mercado frutícola.

Um outro aspecto levantado para perceber a melhoria na qualidade de vida dos assentados foi a aquisição de eletrodomésticos. Estes assumem importância fundamental na lista de prioridades de consumo das famílias, ao mesmo tempo que tornam-se motivo de atribuição de *status* dentro do grupo. No caso do PA Rancho do Pereiro, eletrodomésticos como televisão, geladeira e fogão são comuns na maioria das residências, destacando-se ainda o uso de máquinas de lavar e ventiladores, conforme os dados do Quadro 17.

Quadro 17 - PA Rancho do Pereiro - distribuição dos eletrodomésticos nas residências - 2000

Eletrodomésticos	% de trabalhadores que possuem
Fogão a gás	100,0
Geladeira	62,5
Televisão	75,0
Antena parabólica	25,0
Máquina de lavar	50,0
Freezer	6,3
Aparelho de som	12,5
Ventiladores	25,0

Fonte: Pesquisa de campo/outubro - 2000.

Embora os trabalhadores declarem que os eletrodomésticos mais comuns tenham sido adquiridos antes do PA, é somente com recursos advindos das primeiras safras do melão que passam a ter acesso aos de custo mais elevado, como as máquinas de lavar.

No que se refere a participação em grupos organizados nas comunidades em que residiam anteriormente, 37,5% dos assentados no PA Rancho do Pereiro, afirmaram participar de pelo menos de um. Dentre as demais famílias nenhum de seus membros havia participado de grupos de jovens, mulheres, idosos ou qualquer instituição religiosa.

Entre os membros das famílias que participavam de algum grupo organizado destaca-se a participação dos chefes de família e suas esposas, principalmente em grupos religiosos evangélicos, ou ainda, ligados a igreja católica como os grupos de jovens, como demonstra a Figura 13.

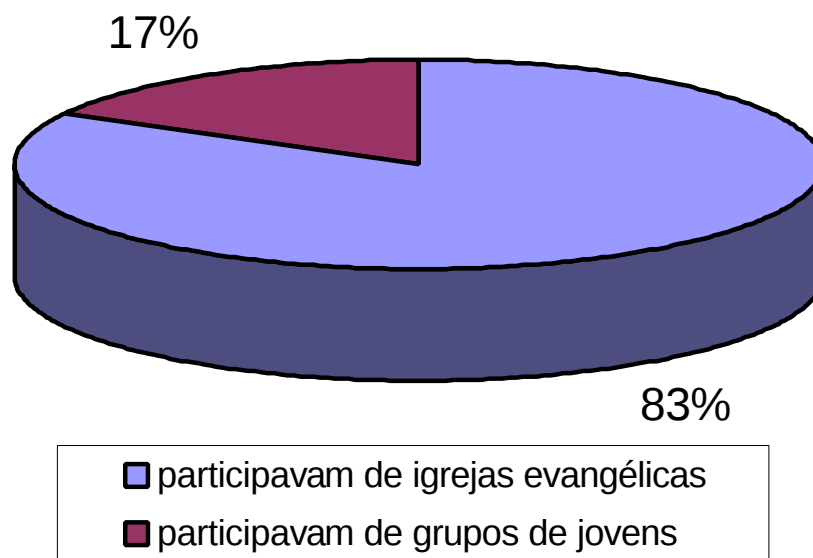


Figura 13 - PA Rancho do Pereiro - participação dos assentados em grupos organizados antes do assentamento.

É válido frisar que o grupo evangélico residente no PA Rancho do Pereiro pertence a Congregação Cristã do Brasil, igreja pentecostal existente no Brasil desde 1910, e ainda que este grupo exerce papel de destaque em todo o processo organizativo político e social do assentamento.

Quando questionados sobre o motivo de não participarem deste tipo de grupos anteriormente, os trabalhadores afirmaram falta de interesse pessoal para envolverem-se em tais atividades, embora cheguem a afirmar em alguns depoimentos ser a falta de incentivos de grupos externos para a formação e condução dos grupos, o motivo da desmobilização. Esta afirmação atribui importância ao papel que os mediadores exercem, mesmo nas comunidades nas quais os trabalhadores residiam antes do assentamento.

Os trabalhadores reconheceram, que ainda na atualidade, encontram-se desinteressados e, portanto, desorganizados para consolidar algum tipo de grupo organizado no PA, mesmo quando se referem a sede de igrejas. Esta conjuntura faz com que os 37,5% que atualmente ainda participam dos grupos organizados, o façam em comunidades vizinhas ou na sede do município.

No PA Rancho do Pereiro participam atualmente de algum grupo organizado, como igrejas, grupos de jovens, mulheres ou idosos, somente, as famílias ligadas à Congregação Cristã do Brasil, embora os assentados sejam unânimes em afirmar que consideram importante a existência destes grupos. Esta participação dos evangélicos acaba reforçando internamente no PA o discurso da irmandade, que potencializa uma maior coesão no grupo, e assim, maior poder de convencimento, por parte destes, perante as demais famílias, quando se trata da adoção da cooperação como estratégia de inserção no mercado. A facilidade de se trabalhar com estes grupos mais homogêneos e que detêm uma certa liderança dentro do assentamento é percebida por um técnico da Visão Mundial ao afirmar que

“quando a gente chegou aqui todos os assentamentos era um grupo sólido, mas quando você começa a trabalhar aí você vai se afinando, tem pessoas mais trabalhadoras, mais amigas, mais honestas, mais bem relacionadas, pessoas que começaram a participar da mesma religião, mesma igreja, mesmo templo, da mesma família, o que tem sido um desafio nosso conhecer estas particularidades e administrar estas diferenças” (Entrevista com Técnico da Visão Mundial, realizada em 24/10/2000 - Baraúna-RN).

Este depoimento demonstra um relacionamento quase pessoal, baseado na fraternidade que os mediadores buscam estabelecer com os assentados, bem como um certo privilégio dispensado a determinado público alvo a ser trabalhado. Os assentados que não participam utilizam como justificativa a falta de interesse e tempo para assim agirem, inclusive deixando claro em alguns depoimentos a falta de compreensão sobre o significado social e político da organização de tais grupos para o desenvolvimento de suas comunidades, quando afirmam, por exemplo, que não participavam destas atividades por terem acesso a outras opções de lazer, objetivo este que não se entende como o de tais grupos, mas que assim é interpretado pelos assentados.

O desinteresse pelo processo de formação de grupos sociais organizados, que caracterizara a trajetória de vida das famílias antes da conquista da terra, não é modificada no dia-a-dia no assentamento. A realidade na qual estão inseridos não tem proporcionado o maior interesse dos trabalhadores para esse tipo de organização, embora se registre a atuação da

AACC, visando a organização de jovens e mulheres, ainda em fase de andamento.

Desta maneira os trabalhadores parecem viver um paradoxo, entre o desinteresse próprio para organizar os grupos sociais no interior do assentamento e os relatos que fazem quando questionados sobre a importância dos mesmos, conforme demonstram as citações que seguem:

“os grupos são importantes porque ajudam a aprender mais, e integra o grupo”

“facilita a convivência entre os assentados”

“ajuda a desenvolver o assentamento”

“facilita a organização do assentamento”.

A forma que os trabalhadores do PA Rancho do Pereiro se inseriam e atualmente se inserem nas organizações políticas, não difere da exposta para organização social. Embora 62,5% dos assentados afirmem ter participado de algum tipo de organização política, esta se restringe à participação dos chefes de família no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ainda assim estes trabalhadores participam por perceberem o sindicato como única referência política representativa dos trabalhadores e restrita ao meio rural. Esta assertiva baseia-se nos relatos de assentados que afirmam não participarem do sindicato anteriormente por não residirem na zona rural, mesmo que trabalhassem na agricultura, ou fossem assalariados rurais.

Este desinteresse em participar, inclusive do Sindicato fez com que a diretoria adotasse algumas medidas para incentivar a participação e aproximar os assentados, como afirma um dos dirigentes

“Nessa nova gestão do sindicato, nossa chapa são de 18 pessoas, e mais 10 da comissão de mulheres que foi eleita com a chapa, então a gente procurou em cada assentamento 1, 2, 3 pessoas para ficar mais próximo, e daqui pra frente eles vão ser assistidos pelo Sindicato, porque a realidade puxa a gente pra lá nas reuniões. Em todo as áreas de assentamento tem gente do sindicato” (Entrevista com sindicalista, realizada em 19/10/2000 - Baraúna-RN).

E conclui reconhecendo que:

“Na parte de organização do assentamento, quem penetra muito bem é a assistência técnica, que é a AACC, eles quem orientam mais, mais sempre convida a gente e a gente participa” (idem).

Estas informações confirmam o distanciamento dos trabalhadores do sindicato e, ainda, a atuação da AACC num espaço de organização social e

política que foi ocupado pelo STRB e a CPT, quando da constituição do PA. Questionados sobre a atuação de atores externos no processo de formação da associação, 93,8% dos assentados afirmaram ter recebido contribuição daqueles no processo. A maioria dos trabalhadores aponta esta atuação como resultado de uma parceria entre o STRB e a AACCC. Valendo destacar que se registraram, ainda, depoimentos que evidenciaram a contribuição da FETARN, que se traduz na atuação do STRB, bem como da CPT.

A contribuição destes atores considerada pelos trabalhadores diz respeito a organização de discussões em reuniões nos assentamentos, bem como ao trâmite de documentos necessários à legalização da associação junto aos órgãos governamentais.

Durante o processo sucessório os assentados sentem-se legitimados pela oportunidade de participar das reuniões, que geralmente são coordenadas pelos atores externos já citados, e culmina com o voto, o qual consideram o poder de decisão. Fazer parte mais diretamente do cotidiano da associação, representa para estes trabalhadores, participar das reuniões, por entenderem que nestas esclarecem dúvidas sobre processos decisórios e, na maioria das vezes podem expor suas opiniões. Neste assentamento apenas um grupo familiar formado por quatro assentados não tem participado destes espaços por, atualmente, não estar participando da produção coletiva.

Quando se trata do relacionamento das famílias antes do assentamento, verifica-se que todas elas se conheciam entre si, ou seja, cada família conhecia pelo menos outra que ali residia, sendo que 37,5% conhecia todas demais.

Este contato anterior deu-se principalmente, na sede do município ou em comunidades rurais circunvizinhas. Embora tenham estes laços anteriores ao assentamento, percebe-se que os ciclos de relacionamento são reforçados com vizinhos e parentes, sendo o galpão onde funciona a sede da associação o único espaço onde se reúnem.

5.2. O PA Olho D'água da Escada

5.2.1. Formação histórica e a atuação dos mediadores sociais

O PA Olho D'água da Escada foi criado em 1995 numa área de conflito que envolvia o proprietário da fazenda e os assentados do PA Catingueira, situado na vizinhança, que foi criado em 1991, numa área de 1.185 ha visando assentar 45 famílias de sem-terra, no município de Baraúna. Após a estruturação deste PA, os assentados passaram a fazer uso de uma estrada vicinal que cruzava uma propriedade vizinha, entrando em desacordo com o proprietário, o que acabou gerando um conflito entre este e os trabalhadores.

Considerando que parte da estrada localizava-se no assentamento e a persistência do proprietário em não permitir o uso da via pelos assentados, estes recorrem ao INCRA para solucionar o impasse. Após diversas tentativas de negociação, e diante a relutância do proprietário passou-se a negociar a desapropriação da área para fins de reforma agrária. Vale ressaltar que alguns depoimentos afirmam que o proprietário da fazenda mantinha influências políticas junto aos dirigentes do INCRA, à época, o que facilitou a desapropriação e criação do PA Olho D'água da Escada.

Esta prática parece ser freqüente na região, pois um sindicalista ao se referir a outro PA, declarou que:

“Eu vou me referir a Poço Novo, que é o maior da região (...) lá eu fui escolhido pra fazer a relação do povo, que a gente chama de pré-seleção dos trabalhadores pra ser assentados naquele lugar (...) na primeira reunião que a gente teve lá, que lá não foi invasão, foi venda. O proprietário procurou a gente pra denunciar ao INCRA que ele queria vender a terra. O sindicato denunciou, o INCRA fez a vistoria e a gente começou a fazer reunião lá com os trabalhadores alistados, que eram candidatos a propriedade (...) e aí de quinze em quinze dias, vinte e dois, vinte e dois dias a gente se juntava pra conversar com o proprietário, dá as notícias do INCRA pra ele e do sindicato. Já no final da reta chegou o inverno e não deu pro INCRA comprar a terra (...) no final do ano, o superintendente do INCRA conversando com o presidente do sindicato, achou por bem aumentar o pessoal pra aumentar a potencialidade da terra (...) no dia 21/12/97 a gente criou a primeira diretoria, o INCRA já tinha desapropriado, dado a emissão de posse aos posseiros, aí a gente fez a diretoria” (Entrevista com sindicalista, realizada em 19/10/2000 - Baraúna-RN).

Este depoimento demonstra a personificação na seleção dos assentados, bem como uma combinação de interesses que envolvem proprietários de terra, dirigentes sindicais e funcionários do INCRA em torno das desapropriações na região, como no caso do PA Olho D'água da Escada.

O processo de seleção para os trabalhadores a serem assentados priorizou os dois antigos moradores da fazenda desapropriada e 11 filhos ou filhas de assentados no PA Catingueira, que já chefiassem famílias, mas não possuíam casa própria, ou que vivessem na condição de agregado ou morador.

O processo de fundação da Associação dos Produtores de Olho d'água da Escada foi acompanhado pelo STRB, sendo as reuniões realizadas aos sábados na antiga casa sede da fazenda, que funciona como sede social para qualquer evento no assentamento. Este mesmo espaço recebeu reformas para abrigar a escola de 1.^a à 4.^a série, que funciona em regime multiseriado. Os estudantes que demandam grau de instrução maior têm que se deslocar até a sede municipal, em transportes alternativos já que não existe nenhum tipo de serviço permanente.

O assentamento está organizado em sistema de agrovila com 13 casas (Figura 14), onde residem 12 famílias assentadas, estando, portanto uma das casas desocupadas, por abandono do assentado. Todas as casas possuem luz elétrica e estrutura sanitária, como fossas sépticas, embora não disponha de água encanada nem iluminação pública da vila.

A área total do PA é de 233 ha, estando dividida em 13 lotes de 11 ha cada, estando um sob responsabilidade da associação, já que estão assentadas apenas 12 famílias, restando assim 23 ha de reserva de mata nativa e 67 ha para ser explorada coletivamente. Nos lotes individuais predomina o cultivo de subsistência como o milho e o feijão, embora algumas famílias que não participam da produção coletiva do melão, usem os seus lotes individuais para aí cultivá-lo, conciliando ainda, em alguns casos, com outras culturas comerciais como a melancia.



Figura 14 - PA Olho D'água da Escada - agrovila - 2000.

Participam do grupo coletivo de trabalho nove famílias. As outras três famílias assentadas conciliam a exploração dos lotes individuais com a de parcelas da área coletiva, no entanto nos dois casos a mão-de-obra utilizada é estritamente familiar. Deve-se destacar neste caso que a produção das três famílias que trabalham individualmente não é comercializada via empresas integradoras, e sim com os atravessadores tradicionais.

A busca por uma cultura que tivesse melhor inserção no mercado e maior expressão comercial fez com que já em 1996, os trabalhadores que participavam da associação do PA Olho D'água da Escada iniciassem o cultivo do melão. Inicialmente plantaram 4 ha financiadas com recursos do PAPP, e com a participação das 12 famílias no processo produtivo. O trabalho em grupo funcionou com base num regimento interno que estabelecia as funções de cada família na produção. No final do ciclo do melão houve prestação de contas com avaliação positiva, por parte dos técnicos e assentados, já que

atingiu-se uma produtividade de 25 t/ha e renda de 10,4 salários mínimos/família/ciclo de 60 dias.²⁵

Além do melão produzido na safra 96/97 os agricultores plantaram 04 ha de milho para autoconsumo, com recursos financeiros próprios. O resultado obtido com o melão neste primeiro cultivo aumentou o interesse dos trabalhadores em explorar tal cultura, fazendo-os planejar o plantio de 30 ha para a safra 97/98, o que não se concretizou por restrições no repasse de recursos do Fundo Especial para o Nordeste (FNE).

Durante o processo de estruturação da associação e da produção, o STRB foi o ator externo mais presente, sendo que desde 1996 a AACC vem atuando no assentamento, prestando assessoria no processo organizativo interno e incentivando a produção irrigada do melão, como parte de um projeto mais amplo desenvolvido em todos os PA's de Baraúna. Valendo destacar que, pelo alto custo de produção a cultura do melão só justifica-se se produzida de forma coletiva para potencializar os fatores de produção, sendo este o modelo de organização do trabalho adotado no PA Olho D'água da Escada.

Como fruto deste trabalho de incentivo ao plantio da cultura do melão o assentamento passou à buscar formas de comercialização que eliminassem os atravessadores tradicionais. Assim é que o PA Olho D'água da Escada se integra à NOLEM a partir de 1997, sendo muito presente nos depoimentos dos assentados à importância das garantias que a empresa oferece nos contratos responsabilizando-se pelo produto a partir da entrega no assentamento, demonstrando assim que a opção pela integração sofre influência dos receios de riscos de mercado.

A confiança que os assentados demonstram na empresa integradora é reforçada por experiências que muitos deles tiveram como assalariados na mesma, bem como por acompanhar a relação de integração via contratos estabelecida entre seus pais ou parentes e a integradora, desde o PA Catingueira, aonde muitos deles trabalharam na fruticultura.

Esta aproximação dos trabalhadores com as empresas é vista pelos técnicos como um fator que favorece a busca por formas individuais de

²⁵ Plano Preliminar de Desenvolvimento Local do PA Olho D'água da Escada, AACC, 1997.

trabalho e organização. Esta afirmação está baseada num depoimento que afirma:

“Os produtores dos assentamentos de Baraúna, em sua maioria, tinham uma relação de trabalho com a MAISA, a relação que ele conhecia era de empregado, ou de arrendatário, de parceiro ou de meeiro, nunca de proprietário de uma terra, e o pior, proprietário junto com mais nem sei quantos, é uma relação que eles não conheciam, não dominavam, e o próprio modelo de assentamento é muito criticado, cria uma agrovila bota um monte de gente, uma agrovila, uma associação, agora se virem, morem juntos, decidam como vocês vão viver” (Entrevista com Técnico da AACC, realizada em 17/11/2000 - Natal-RN).

No momento da assinatura do primeiro contrato de produção com a empresa integradora a AACC, além de prestar assistência técnica ao cultivo, atuou juntamente com o STRB, nas negociações. A partir de 1998 quando a AACC e o STRB empenharam-se na criação da COOPAB, as negociações junto à integradora passaram a ser realizadas por representantes dos trabalhadores, sendo este fato colocado pelos assentados como um ganho para eles, *"já que agora nós mesmos negociamos"*.²⁶ Quando se referem a COOPAB, os assentados do PA Olho D'água da Escada o fazem demonstrando maior clareza de seu objetivo mercadológico, embora não confiem no seu processo de comercialização pela pouca inserção no mercado.

Esta afirmação do assentado representa uma confiança de que a associação assumira os seus “próprios” rumos, com uma visão empreendedora individualizada de inserção no mercado, onde os mediadores perdem a sua função, mesmo que as negociações tornem-se centralizadas na pessoa do presidente ou de outras lideranças do assentamento. Esta centralização das negociações em alguns representantes dos assentados tem causado conflitos internos no PA, já que favorece apenas a atuação dos “mais despachados”, que conseguem se relacionar bem com a maioria das famílias do assentamento, e ainda se inserir facilmente nos espaços de representação dos assentados em Baraúna e comunidades circunvizinhas.

Estas lideranças mesmo não ocupando cargos na diretoria da associação, agem e são percebidas pelo grupo como se ocupassem, e acabam exercendo funções delegadas aos dirigentes. Esta situação evidencia-se no cotidiano do assentamento quando percebe-se que assentados que já

²⁶ Extraído da fala de um dos assentados durante a aplicação dos questionários.

assumiram cargos de diretoria têm um comportamento particular para com os demais, chegando à confundir observadores externos ao grupo, considerando que boa parte das decisões e providências a serem tomadas e até mesmo contatos a serem realizados com fornecedores de insumos, técnicos, entre outros, passavam pela consulta a estes "líderes".

Esta realidade chega a reforçar o conflito interno, anteriormente citado, situação esta mais explícita quando um dos assentados que não faz parte do coletivo afirma que "*no grupo uns trabalham, e um ou dois ficam de gravatinha branca (...) coletivo é coisa do cão*", demonstrando assim a dificuldade de se conduzir o trabalho coletivo no assentamento, devido a diferenciação de poder e *status* atribuídos a determinados trabalhadores.

Esta afirmação citada do assentado, transcrita anteriormente, parece explicitar o desejo de que os papéis desempenhados no processo produtivo sejam iguais para todos os trabalhadores, e por isso não privilegie a existência de "gerentes", já que esta relação querem desconstruir, principalmente, por marcar historicamente sua trajetória de vida, na qual tiveram que vivenciar as relações entre patrão e empregado, meeiro, parceiro, morador e o dono da terra. A importância do trabalho coletivo no assentamento, vem sendo questionada não só pelos trabalhadores, mas por alguns mediadores, embora existam entre estes os que percebem o processo de individualização do trabalho, onde cada família opta por um modelo de produção, e ainda os que de certa forma confundem o trabalho coletivo com a cooperação na produção, divergências estas explícitas quando afirmam:

"A gente discute o coletivo, mas hoje isto está altamente questionado(...) acho que a gente tem que discutir, não sei se o coletivo, mas em que nível ou escala vai se dá a cooperação entre os trabalhadores, como a gente vai discutir o rompimento do individualismo sem mexer na individualidade das pessoas, cada um com seu jeito de produzir, seus desejos suas vontades próprias, suas famílias diferentes, que têm modelos de produção diferenciados, complexificados. Esta é a vantagem. Acho que a cooperação, o coletivismo pode acontecer na hora da comercialização, do beneficiamento, da armazenagem, da assistência técnica, do crédito, da escola, em várias outras escalas, que você pode trabalhar o coletivo, trabalhar a cooperação, sem que pra isso necessariamente esteja todo mundo produzindo junto, comendo junto..." (Entrevista com assessor da CPT, realizada em 19/10/2000 - Mossoró-RN).

"Eles tem claro hoje que o trabalho coletivo é um jeito de sobreviver, porque principalmente em tempo de seca, eles tem que sobreviver do

coletivo, eles vão pros lotes individuais escavam, escavam, plantam milho, plantam feijão, mas eles sabem que a renda deles vem da renda coletiva. Muitas dessas áreas já aprenderam, tanto é que já saíram só de associação, onde cada um negociava isoladamente com as empresas, partiram pra negociarem juntas, criaram cooperativa e hoje exportam. Então o processo está apontando, que tanto na organização como na consciência o individual é falho, mas no primeiro momento o coletivo ficou uma coisa muito imposta, ou vamos pro coletivo ou vocês não sobrevivem, foi bem assim" (Entrevista com Técnico da AACC, realizada em 17/11/2000 - Natal-RN).

Estes discursos acabam por construir nos assentados diferentes percepções sobre a sua inserção no mercado, já que, construídos e propagados por agentes externos, muitas vezes desconsideram o cotidiano da situação de assentamento, e visam conciliar os conflitos internos vivenciados no dia-a-dia dos trabalhadores.

A desconsideração destas situações vivenciadas no cotidiano do assentamento, no caso do PA Olho D'água da Escada pode estar representada pela proposição de um modelo de organização econômica baseado na cooperação, já que estes trabalhadores vêm da vivência com o assalariamento, onde os valores cooperativos não são presentes, ou ainda pela proposição do relacionamento com um mediador com o qual não construíram nenhuma relação de confiança. Estes elementos auxiliam na compreensão da escolha da integração agroindustrial como estratégia econômica que se fundamenta na relação com a empresa, embora não se possa desconsiderar a atuação de uma rede de mediadores, como sintetiza o Quadro 18.

A rede de mediação que atua neste caso, restringe-se ao STRB e a AACC, que atuando a partir da criação do assentamento implementa a integração como estratégia emergencial para solucionar o impasse da comercialização. No entanto, não consegue aglutinar os trabalhadores em torno da cooperação num momento de redefinição de suas metas e parcerias, fazendo dessa forma com que os próprios assentados assumam as negociações junto à integradora, empresa que muitos deles conhecem "de dentro".

Quadro 18 - PA Olho D'água da Escada - cronologia da formação histórica e atuação dos atores externos

1994	1995	1996	1997	1998	1999
• Conflito com o proprietário da fazenda, a partir da criação do PA Catingueira.	• Criação do PA Olho D'Água da Escada. • Criação da associação dos produtores do PA.	• Início da atuação da AACC. • Primeira experiência com o cultivo de melão.	• Contratação com a NOLEM, incentivado pela AACC.	• Criação da COOAPAB. • Retirada da AACC do processo de negociação junto a empresa.	• Consolidação da integração ao grupo MAISA/NOLEM.

5.2.2. Caracterização das famílias assentadas

Os chefes de famílias no PA Olho D'água da Escada, são em sua maioria naturais de municípios do Rio Grande do Norte, dentre eles destacando-se os municípios de Baraúna, Cerro Corá, Mossoró, Santa Cruz e Alexandria. Devendo-se ainda destacar a existência de trabalhadores oriundos do Ceará e Paraíba, conforme demonstra a Figura 15.

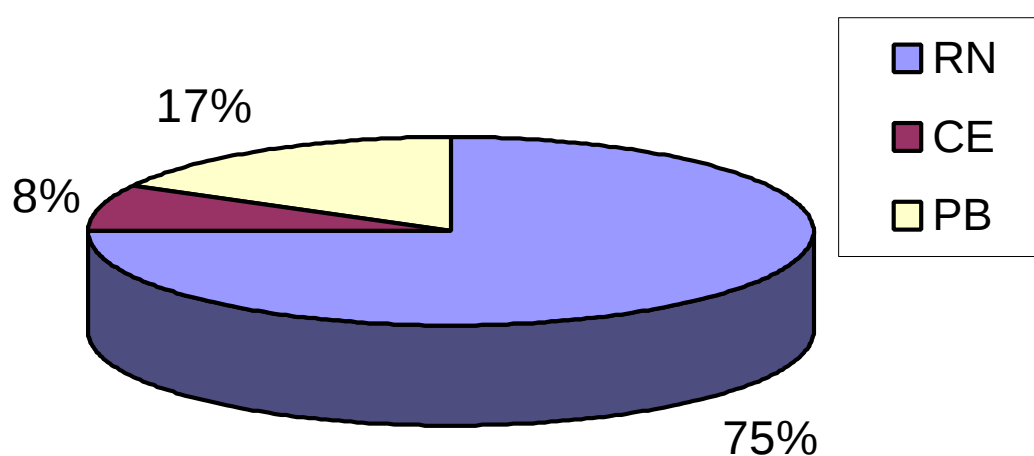


Figura 15 - PA Olho D'água da escada - local de nascimento dos chefes de família.

Ao tratar-se da população total do assentamento verifica-se o mesmo comportamento, já que 76% desta tem naturalidade potiguar, 17% é cearense e 7% paraibana. Dentre a população potiguar pode-se destacar a concentração de origem nos municípios de Baraúna e Mossoró. Este fato pode ser compreendido considerando que tais trabalhadores representam a segunda geração de assentados que já residiam no PA Catingueira, tendo, portanto constituído suas famílias neste assentamento ou comunidades vizinhas, o que causaria esta concentração do lugar de origem.

Embora o local de nascimento dos trabalhadores apresente a diversificação demonstrada, estes em sua maioria residiam em Baraúna, quando da criação do assentamento, sendo encontrados casos em que os assentados residiam na condição de agregados dos parentes, principalmente dos pais, no PA Catingueira. O segundo grupo expressivo encontrado residia em Fortaleza, caracterizando assim um grupo de origem urbana, conforme o Quadro 19, e por isso declara hábitos e costumes diferenciados dos assentados de origem rural, no que diz respeito, principalmente aos hábitos alimentares, disponibilidade de opções de lazer e modo de vida na assentamento.

Quadro 19 - PA Olho D'água da Escada - local de residência anterior ao assentamento

Município	% de assentados	Zona de residência	
		Rural (%)	Urbana (%)
Baraúna	83,3	70	30
Fortaleza	16,6	-	100

Fonte: Pesquisa de campo/outubro de 2000.

Na população total do PA Olho D'água da Escada, 51,5% é do sexo masculino e 48,5% do sexo feminino, concentrando-se na faixa etária de 15 à 45 anos, não registrando-se nenhum caso de idade superior a 60 anos, conforme a Figura 16.

As famílias têm em média cinco membros e são chefiadas por homens com idade média de 39 anos. No tocante à escolaridade, verifica-se que 33,3% dos chefes de famílias são analfabetos, 49,9% possuem da 1.^a à 4.^a série do ensino fundamental e os demais entre 5.^a e 8.^a série, do mesmo nível.

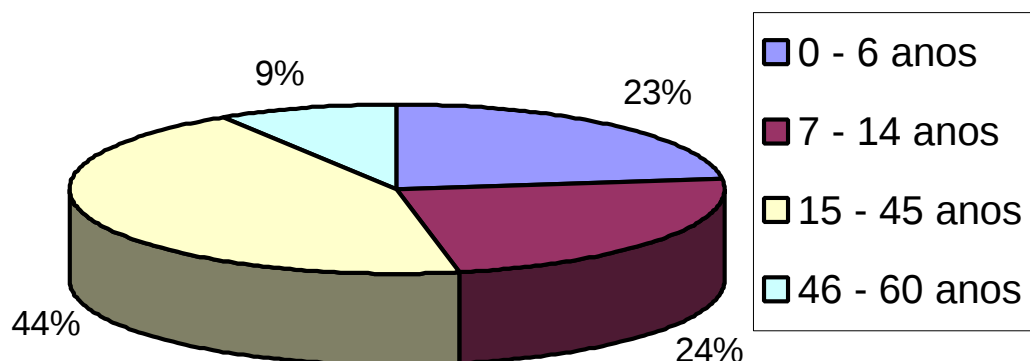


Figura 16 - PA Olho D'água da Escada - distribuição etária dos assentados.

Dos membros na faixa etária entre 7 e 14 anos, 87,5% estão cursando da 1.^a a 5.^a série do ensino fundamental, devendo-se destacar que para cursar a partir da 4.^a série é necessário o deslocamento até a sede do município, o que dificulta o acesso dos adolescentes, aos outros níveis da educação formal, já que não dispõem de transporte escolar.

Os trabalhadores assentados no PA Olho D'água da Escada estabeleceram moradia no assentamento, logo após a sua criação em 1995, devendo-se considerar que 17% destes já residiam na fazenda, anteriormente a sua desapropriação, na condição de morador e foram beneficiados com a criação do PA. Verifica-se que os chefes de famílias tiveram sua última atividade ocupacional ligadas à terra, embora o índice de assalariamento seja superior quando comparado a outras categorias como meeiros e pequenos proprietários, confirmando assim as experiências anteriores nas empresas agroindustriais, já que estas absorvem a maior parte da mão-de-obra assalariada na agricultura da região.

Destaca-se, também, neste grupo de trabalhadores a afirmativa de que trabalhavam na condição de agricultores familiares, já que a mão-de-obra era absorvida no próprio lote familiar, muitos deles junto aos pais no PA Catingueira. A Figura 17 sintetiza a distribuição das ocupações dos assentados antes do PA.

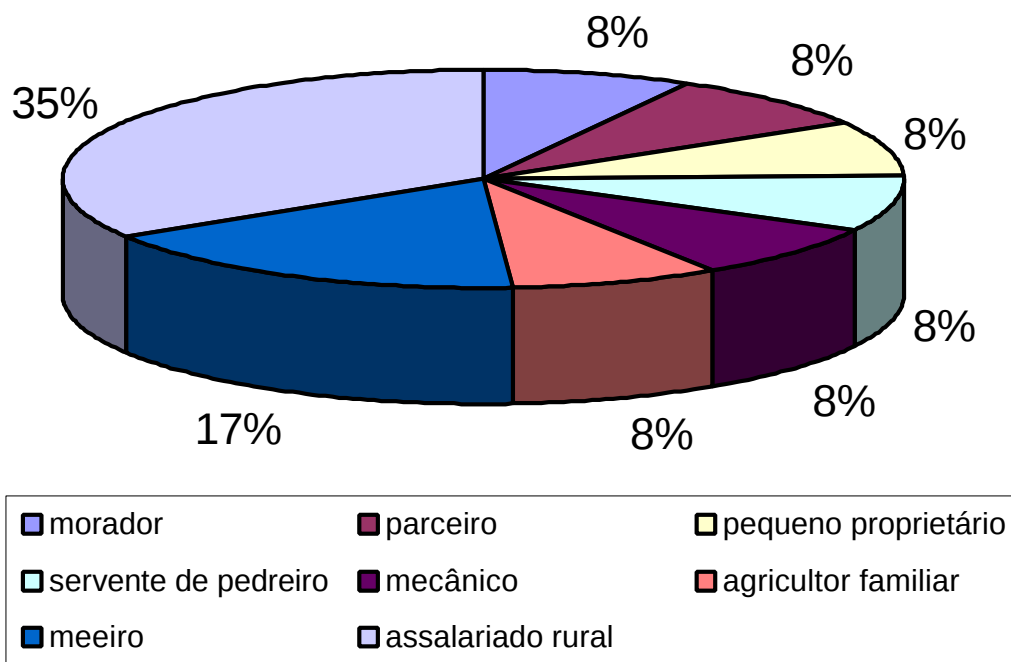


Figura 17 - PA Olho D'água da Escada - última ocupação dos chefes de família.

Outra característica que ajuda entender a forma de organização da produção adotada no assentamento é que neste grupo de trabalhadores, verifica-se a ocupação em tarefas que não são ligadas à terra, como servente de pedreiro e mecânico industrial, o que enfraquece as relações mais fortemente observadas entre os trabalhadores rurais, como a solidariedade, a ajuda mútua e consequentemente o coletivismo.

Embora no PA Olho D'água da Escada tenha se priorizado o assentamento dos filhos e filhas dos assentados no PA Catingueira, 33,3% dos trabalhadores afirmaram terem tomado conhecimento da desapropriação por intermédio do STRB e 50% por parentes e amigos.

Esta presença significativa do STRB, inclusive junto aos próprios filhos de assentados, representa a questão da centralização nas lideranças sindicais do processo de elaboração das listas de possíveis beneficiários, e que mesmo

os critérios de seleção sejam preestabelecidos este processo torna-se personalizado.

No tocante ao abandono da atividade ocupacional que desempenhavam anteriormente, 75% dos trabalhadores afirmou que este se deu devido terem acesso a terra no assentamento, possibilitando abandonar a relação de agregado vivenciada por muitos destes trabalhadores.

Os lotes individuais no PA Olho D'água da Escada têm uma área de 11 ha, que são explorados utilizando mão-de-obra familiar. Os cultivos nos lotes individuais são de subsistência, onde predominam o feijão e o milho. 25% dos assentados cultivaram também nos lotes individuais produtos comerciais como o melão e a melancia.

Uma característica da exploração dos lotes individuais no PA Olho D'água da Escada é o alto percentual de trabalhadores que nada cultivaram em seus lotes, por priorizarem o cultivo do melão e, em sua maioria, não ter acesso ao crédito para custeio da produção. A caracterização da produção agrícola é apresentada no Quadro 20.

Quadro 20 - PA Olho D'água da Escada - produção agrícola - safra 98/99

Produto	% produtores	Área média plantada por lote (ha)	Produção média (t)	Produtividade e média (t/ha)	Área total plantada no PA (ha)	Produção total do PA (t)
Milho	75,0	3,2	1,2	0,38	29	10,8
Feijão	33,3	1,4	1,17	0,83	5,6	4,6
Melancia	25,0	1,8	11	6	5,4	33
Melão	8,3	0,5	4	8	0,5	4

Fonte: Pesquisa de campo/outubro de 2000.

Vale salientar que três dos produtores que plantaram feijão, melão e melancia, o fizeram utilizando pequenas áreas localizadas na região destinada a implantação dos projetos coletivos, na maioria das vezes utilizadas com o plantio sequencial. O feijão embora tenha maior importância na renda de

autoconsumo, do que os outros produtos, teve parte da produção destinada ao mercado local, comercializada com os atravessadores tradicionais.

Estes trabalhadores que produziram culturas comerciais de forma individual fazem parte das três famílias que não participaram do processo de produção coletivo na safra 99/00, participando assim oito famílias, tendo em vista que a décima segunda só se estabeleceu no assentamento no início de 2000.

No PA Olho D'água da Escada, observa-se que 100% dos produtores tiveram alguma perda na produção agrícola, seja por problemas climáticos ou ataque de pragas, sendo que 44,4% registrou perda total de suas lavouras.

Neste contexto os que chegaram a colher comercializaram, em quantidades pequenas, via os atravessadores tradicionais na sede do município, como demonstra o Quadro 21.

Quadro 21 - PA Olho D'água da Escada - comercialização da produção agrícola - safra 98/99

Produto comercializado	% produtores	Local	Comprador	Quantidade média vendida por produtor (t)	Quantidade total vendida pelo PA (t)
Milho	44,4	Baraúna	Armazém/ atravessador	2,6	10,3
Feijão	75	Baraúna	Atravessador	0,86	2,58
Melancia	100	Baraúna	Atravessador	11	33
Melão	100	Baraúna	Atravessador	4	4

Fonte: Pesquisa de campo/outubro de 2000.

* O percentual dos produtores que comercializaram foi calculado a partir do número dos produtores que plantaram e não do total do assentamento.

Na área coletiva que abrange 90 ha, o grupo composto por oito famílias, cultivou 20 ha de melão, obtendo resultado satisfatório, não registrando-se nenhum tipo de perda na produção, comercializando ao final do

processo produtivo 27.200 caixas de 10 kg, através de contrato de produção com a NOLEM.

No PA Olho D'água da Escada 92% das famílias criam algum tipo de animal, principalmente de pequeno porte, destacando-se os bovinos e as aves, conforme o Quadro 22.

Quadro 22 - PA Olho D'água da Escada - produção animal - 1999

Rebanho	% produtores	N.º médio de cabeças/ criador	Produção média/criador	Produção total do PA	Rebanho total do PA
Bovino	75	04	6,7 litros de leite/dia	53 litros de leite/dia	39 cabeças
Suíno	17	02	*	*	4 cabeças
Caprinos	17	07	*	*	15 cabeças
Ovinos	8	25	*	*	25 cabeças
Aves	75	25	25 ovos/semana	228 ovos/semana	225 cabeças

Fonte: Pesquisa de campo/outubro de 2000.

Dentre os rebanhos os trabalhadores afirmaram não terem comercializado nenhuma parcela, sendo os produtos utilizados como complementação da dieta alimentar, transformando-se assim em renda de auto consumo.

O acesso à crédito para custeio da produção na safra 99/00 no PA Olho D'água da Escada restringiu-se à 33,3% dos assentados. Entre estes trabalhadores não observou-se consenso sobre o valor do recurso financeiro ao qual tiveram acesso, o que gera uma grande variação de valores, como demonstra a Figura 18, mesmo considerando o pequeno universo de beneficiários.

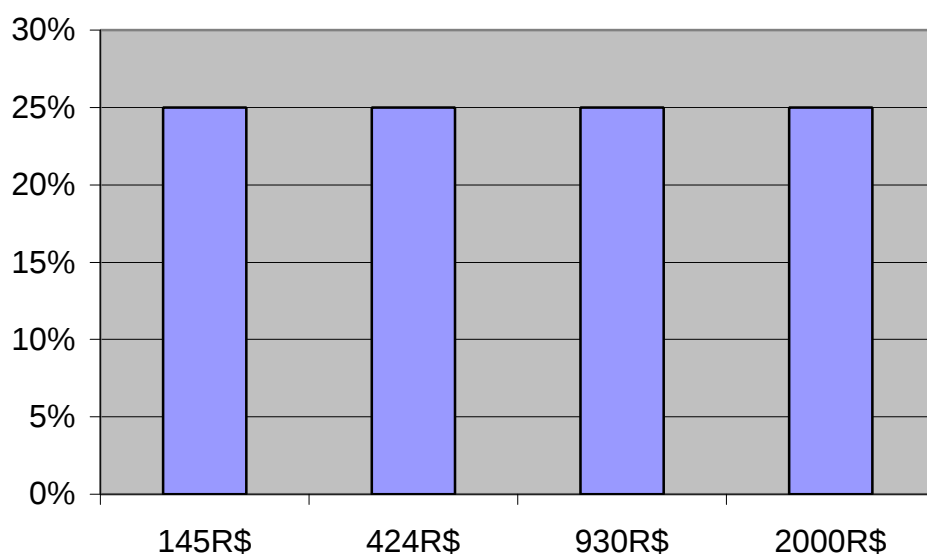


Figura 18 - PA Olho D'água da Escada - valores dos financiamentos para custeio - safra 98/99.

Os trabalhadores afirmaram que os recursos financeiros advindos de tais financiamentos foram aplicados na condução das lavouras de subsistência, registrando-se apenas um caso em que tais recursos foram aplicados na aquisição de animais.

Ainda no tocante ao acesso a crédito, ressalta-se que 75% dos trabalhadores que declararam ter recebido recursos financeiros junto às agências oficiais, não participam do grupo coletivo de produção, o que fortalece a importância que vêm ganhando as novas linhas de financiamentos individualizadas ou para pequenos grupos. O acesso a tais linhas de financiamento acabam desconstruindo as experiências de negociação coletiva para liberação de créditos, bem como possibilitando ao assentado definir isoladamente a cultura que deve produzir, de acordo com sua aptidão na condução da mesma ou ainda o retorno financeiro que o produto oferece.

A burocracia bancária e o receio de endividamento, foram as justificativas apresentadas pelos trabalhadores que não obtiveram nenhum tipo de financiamento.

Destaca-se no caso do PA Olho D'água da Escada, que os assentados mesmo não tendo acesso aos créditos oficiais, consideram que os assentamentos são privilegiados por algumas políticas de financiamento como o PRONAF, que é facilitado por estarem organizados em associações, o que reforça a visão que muitos trabalhadores detêm da associação como mero viabilizador de recursos financeiros para produção, confirmando, neste sentido, D'INCAO (1991) que afirma que a lógica da imposição do modelo associativo, visa permitir que os assentados tenham acesso a subsídios estatais, para consumirem tecnologias agrícolas, o que acaba beneficiando o capital dominante.

Apenas 33% dos trabalhadores possuem instalações destinadas a criação animal, e se encontravam em estado precário de conservação, sendo os currais e pequenos apriscos de maior ocorrência, como sintetiza a Figura 19.

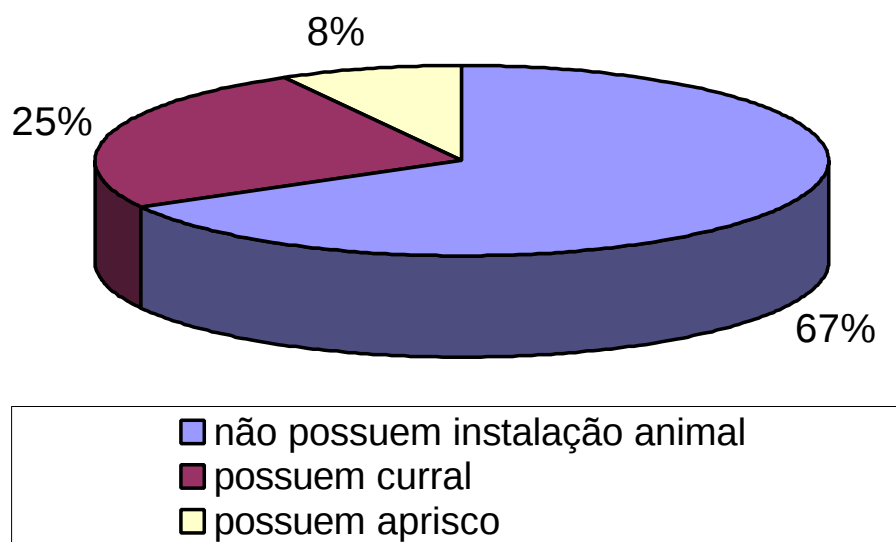


Figura 19 - PA Olho D'água da escada - distribuição das instalações animais - 2000.

Esta pouca importância atribuída a investimentos e melhorias das instalações animais foi justificada pelos trabalhadores, devido o longo prazo para obter retorno de investimentos, o que faz com que a atividade não exerça importância econômica para os assentados.

As instalações existentes foram construídas a partir de meados da década de 90, com recursos financeiros próprios, sendo utilizadas individualmente pelas famílias.

A utilização de máquinas e implementos no preparo das terras de cultivo é uma prática realizada por 66,7% dos assentados no PA Olho D'água da Escada. Os trabalhadores utilizam trator e grade, aos quais têm acesso, em sua maioria, via associação. A forma de gestão é coletiva, baseada em regimento que regula o uso destes equipamentos, segundo um cronograma e as necessidades de cada assentado, funcionando, dessa maneira, sob o controle da diretoria da associação. O uso deste conjunto, trator e grade, representa o padrão tecnológico tradicional, empregado na agricultura de sequeiro praticada por estes assentados nos lotes individuais.

O uso de insumos agrícolas foi uma prática declarada por 33% dos trabalhadores do PA Olho D'água da Escada, em 1999. Destes que utilizaram algum tipo de produto, 100% fez o uso de agrotóxicos e adubação química, muitas vezes combinada com adubação orgânica, bem como sementes melhoradas, estas em menor escala do que os assentados no PA Rancho do Pereiro.

Para analisar as condições de vida dos trabalhadores após o assentamento foram apresentados os mesmos indicadores utilizados para o PA Rancho do Pereiro.

A moradia foi considerada por 91,7% dos assentados no PA Olho D'água da Escada como em melhores condições do que as que residiam antes do assentamento, principalmente para os que residiam na condição de agregado no PA Catingueira.

Os serviços básicos de saúde inexistem no assentamento e os trabalhadores quando necessitam de atendimento médico ou hospitalar devem se deslocar até a sede do município, situação esta que faz com que 92% afirmassem que não consideram melhorias nesses serviços, comparativamente com as realidades vivenciadas antes do PA, tendo em vista que para alguns

deles a sede do município encontra-se mais distante do que das comunidades que residiam anteriormente.

No que se refere à educação, embora a escola do assentamento ofereça apenas até a 4.^a série do ensino fundamental e os níveis mais avançados tenham que ser cursados na sede do município, 75% da população consideram-na como melhor qualidade ou estável. Isto pode ser explicado pelo alto percentual de crianças e adolescentes que ainda não necessitam se deslocar, tendo em vista que cursam as séries oferecidas no assentamento, levando os pais a considerarem a proximidade e a segurança.

A alimentação no assentamento é considerada como de melhor qualidade do que a consumida anteriormente por 75% das famílias. As dietas são complementadas com produtos dos cultivos nos lotes individuais como feijão e o milho, bem como pelo consumo de produtos oriundos da criação animal como carne, ovos e leite.

Ao considerarem as opções de lazer os trabalhadores em sua unanimidade afirmaram ter havido uma perda na qualidade das mesmas após a vinda para o assentamento. Na comunidade inexistem festejos tradicionais, bares ou qualquer espécie de evento que propicie a confraternização entre os assentados.

São unânimes também ao considerarem as condições de segurança física como uma das melhorias na qualidade de vida, após o assentamento, já que não se registrou nenhuma desavença ou atos violentos entre os trabalhadores, embora apresentem receio em trafegar nas estradas vicinais, principalmente no período noturno.

Por fim, quando questionados sobre o poder de compra após se estabelecerem no assentamento 92% dos trabalhadores o consideraram como uma melhoria, refletindo-se, principalmente na aquisição de bens duráveis como roupas, eletrodomésticos e meios de transporte.

É comum nos depoimentos dos trabalhadores a importância que atribuem a aquisição de eletrodomésticos e o esforço que fazem para adquiri-los. Este fato é diferenciador entre as famílias, chegando a se atribuir *status* maior aos que possuem maior número destes aparelhos, concentrando-se assim um grande número de eletrodomésticos mais comuns, como fogão e geladeiras, não deixando de registrar-se a ocorrência de alguns aparelhos

pouco usuais na região, como as antenas parabólicas e aparelhos de som, de acordo com o Quadro 23.

Quadro 23 - PA Olho D'água da escada - distribuição dos eletrodomésticos nas residências - 2000

Eletrodomésticos	% dos produtores que possuem
Fogão a gás	100,0
Geladeira	83,3
Televisão	91,7
Antena parabólica	75,0
Máquina de lavar	8,3
Freezer	8,3
Aparelho de som	16,7

Fonte: Pesquisa de campo/outubro de 2000.

Devido às dificuldades que enfrentam no que diz respeito, à disponibilidade de transportes coletivos, os trabalhadores consideram de suma importância a aquisição de um meio de transporte particular, quer sejam animais, bicicletas ou motocicletas, que se distribuem entre os assentados, conforme os dados do Quadro 24.

Verifica-se que 100% dos trabalhadores possuem algum tipo de meio de transporte, adquiridos em sua maioria a partir de meados da década de 90, período no qual obtiveram mais financiamentos e melhor inserção da produção no mercado.

No PA Olho d'água da Escada 41,7% dos trabalhadores declararam ter participado de alguma organização social, como grupos de jovens, mulheres, idosos ou igrejas, antes de virem para o assentamento. Nos casos encontrados onde houve a participação das famílias, os membros mais ativos são o casal , as esposas e por fim os filhos.

Quadro 24 - PA Olho D'água da Escada - distribuição dos meios de transporte - 2000

Meio de transporte	% de trabalhadores que possuem
Somente animal	16,6
Somente bicicleta	8,3
Animal e motocicleta	16,6
Bicicleta e motocicleta	16,6
Somente motocicleta	42,0
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de campo/outubro de 2000.

Neste PA não se verificou a participação de forma concentrada em nenhum grupo organizado, mesmo antes do assentamento, ficando distribuídos entre Assembléia de Deus, Igreja Católica e grupos de jovens, como demonstra a Figura 20.

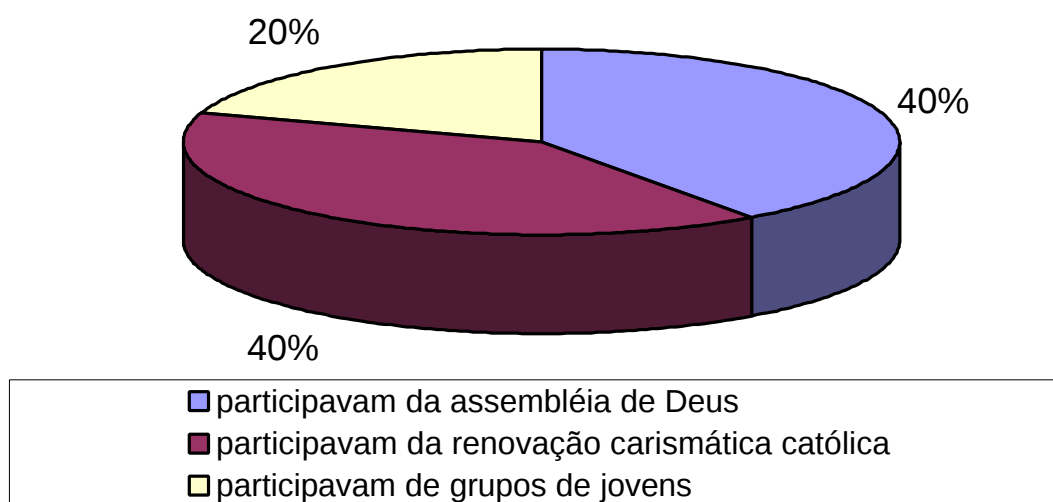


Figura 20 - PA Olho D'água da Escada - participação dos assentados em grupos organizados antes do assentamento.

Dos trabalhadores que afirmaram não participar deste tipo de organização anteriormente ao assentamento, a maioria afirmou que não participavam por desinteresse próprio, falta de tempo livre para realizá-las, bem como a inexistência nas comunidades onde residiam, o que dificultava o acesso as mesmas. No assentamento inexistente na atualidade qualquer grupo organizado, e os trabalhadores assumiram o seu desinteresse por este tipo de atividade, embora tentem repassar para os mediadores a responsabilidade com este tipo de organização, quando afirmam que estas inexistem por falta de apoio e incentivos externos. No entanto os técnicos consideram uma dificuldade o trabalho com a organização social, quando comparam-no com a organização econômica como demonstra os trechos a seguir.

“no projeto produtivo torna-se mais simples porque a gente trabalha com um ideal concreto, você discute gestão, solidariedade, o modelo de sociedade que eles querem construir a partir de 2ha de melão, por exemplo, permite porque ele está no dia-a-dia envolvido com o melão (...) dificilmente a gente conseguiria montar um grupo de jovens. Pra que? (...) não que seja difícil organizar um grupo de jovens ou um grupo de mulheres, pra discutir normas dentro do assentamento, não é isso, mas você consegue aglutinar as pessoas em cima de algo concreto (...) desde que tenha algo concreto a gente consegue discutir e trabalhar, seja social ou produtivo, se não a gente não consegue aglutinar” (Entrevista com Técnico da AACC, realizada em 17/11/2000- Natal-RN).

“organizar os trabalhadores em torno de um projeto produtivo econômico é mais fácil (...) no trabalho de organização social os trabalhadores dão apoio, eles não se negam e se empenham, mas sem dúvida é mais fácil organizá-los em torno de um projeto produtivo” (Entrevista com Técnico da AACC, realizada em 30/10/2000 - Baraúna-RN).

Estes depoimentos demonstram com clareza, o aspecto produtivo como o mais concreto na vida dos assentados, a partir do exemplo, do cultivo do melão citado pelo técnico e ainda o desinteresse destes trabalhadores, quando se afirma que estes se empenham, mas no entanto não priorizam a organização de qualquer grupo social. Esta dificuldade de organização e a inexistência de grupos no próprio assentamento faz com que apenas 25% dos trabalhadores participem de algum grupo organizado atualmente, destes 66,6% participam da Igreja Evangélica Assembléia de Deus e 33,3% da Renovação Carismática Católica.

As justificativas utilizadas pelos trabalhadores para não participarem atualmente deste tipo de organização, não diferem das que apresentaram para

o seu desinteresse anterior ao assentamento, embora sejam unânimes em reconhecerem a importância da existência de tais grupos numa comunidade, por facilitar a integração entre os indivíduos e proporcionar um maior aprendizado .

Ao serem questionados sobre a sua participação em organizações políticas, 75% dos chefes de famílias afirmou participarem do STR, não sendo registrada nenhuma referência a participação em qualquer partido político ou movimento social.

A interpretação que têm do STR é de uma entidade de representação política dos trabalhadores rurais residentes no campo, o que é reforçado quando afirmam que o desinteresse em participar justifica-se por terem residência urbana, anterior ao projeto. Embora façam referência política à entidade, a relação que mantêm com a mesma é instrumentalizada para outros fins, como demonstram as falas dos sindicalistas

“as reivindicações dos assentados entram na pauta de negociação do sindicato, **principalmente crédito**, ainda porque é tirado na base” (Entrevista com sindicalista, realizada em 19/10/2000 - Baraúna-RN).

“quando os assentados não procuram o sindicato pra uma coisa procuram pra outra. Procuram pra **crédito e previdência**, essas duas coisas que eles mais procuram” (Entrevista com sindicalista, realizada em 19/10/2000 - Baraúna-RN) (grifo nosso).

Estas citações revelam a perda do espaço de representação política do sindicato, à medida que os trabalhadores buscam nesta entidade, apenas, respostas assistencialistas as questões mais imediatas do cotidiano. Ao serem questionados sobre a contribuição de atores externos no momento de formação da associação de produtores, 70% dos trabalhadores citam o importante papel desempenhado pelo STR, o que referencia uma maior aproximação desta entidade com este grupo de assentados neste momento do assentamento, embora deva-se considerar a intervenção da AACC num momento posterior da organização interna. A contribuição destas entidades resumiu-se à mobilização para as reuniões, bem como na viabilização de documentos necessários à legalização da associação.

A atuação da AACC embora se dê num momento posterior a fundação da associação, faz com que os trabalhadores julguem seu trabalho mais importante que do STRB, levando a crer que esta postura seja adotada devido

à atuação desta ONG se dar em diversas áreas, que vão da organização e gestão do assentamento, a assistência técnica, até o trâmite de documentos junto as instituições governamentais como o INCRA.

A participação dos assentados no dia-a-dia da associação se dá através das reuniões, das quais todos os trabalhadores afirmam participar. Durante o processo sucessório da diretoria da associação os trabalhadores declararam participar das discussões e através da votação, devendo-se destacar que este momento é, geralmente, acompanhado por atores externos, principalmente a AACC.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que uma diversidade de fatores sociais, políticos e econômicos pode orientar a definição da estratégia econômica a ser adotada nos PA's Rancho do Pereiro e Olho D'água da Escada.

Na esfera social e política o modelo organizativo interno, a participação dos trabalhadores em sindicatos, partidos políticos, grupos de jovens, grupos de mulheres ou igrejas, bem como a atuação dos mediadores sociais que se fizeram presentes a partir da constituição do assentamento, podem ser considerados variáveis relacionadas diretamente com a opção destes trabalhadores pela filiação a COOPAB ou Integração ao grupo MAISA/NOLEM.

Na esfera econômica, questões como o conhecimento sobre os canais de comercialização, sobre os principais produtos cultivados na região e os preços atingidos pelos mesmos no mercado, ou ainda sobre os riscos que oferecem cada uma das estratégias econômicas analisadas, são apontados como fatores importantes na definição da escolha feita pelos assentados nos dois assentamentos estudados. Daí a importância da trajetória de vida destes trabalhadores, sob as mais diversas perspectivas econômicas, sociais, familiares e religiosas como um substrato que irá, juntamente com o exercício da mediação, possibilitar a formulação das diferentes formas de organização da produção e da comercialização.

No caso da Integração Agroindustrial, todos os trabalhadores do PA Olho D'água da Escada, que compõem o grupo de produtores integrados a NOLEM, afirmaram ter participado do processo de discussão sobre a adoção da integração como estratégia econômica, em que foram realizadas diversas reuniões antes da decisão final. A decisão de firmar o contrato de integração é justificada pelos assentados, por três fatores principais: primeiro pela pontualidade nos pagamentos feitos pela empresa, o que garantia aos assentados certa estabilidade em relação ao acesso a dinheiro em espécie em períodos previamente acertados. O segundo ponto refere-se a abertura de mercados, já que as empresas consolidadas no ramo da exportação dispensam os trabalhadores e seus assessores de qualquer preocupação nesta área. Por fim, o fato de terem firmado um contrato com poder jurídico, criando a sensação de segurança na comercialização de seu produto, o que, para eles, se transformava numa tranquilidade e ânimo durante todo o processo produtivo.

É possível perceber, também, em alguns relatos, que neste momento decisório foi de fundamental importância a atuação de lideranças locais, como líderes sindicais e membros da diretoria das associações, que usaram o poder de convencimento para incentivar os demais trabalhadores a se integrarem. Os trabalhadores relatam ainda que em momentos de escassez dos financiamentos oficiais, esta relação com a integradora proporciona o fornecimento de insumos e adiantamento de recursos financeiros para que assim iniciem os cultivos.

Assim, como afirma PAULILO (1990), a situação de integração agroindustrial é antes de tudo uma situação de mercado, tendo em vista que ela modifica a oportunidade tanto de acesso do produtor aos insumos necessários quanto a colocação do produto final no mercado. É nessa característica de alteração nas condições imediatas de subsistência dos trabalhadores assentados, que se fundamenta a aceitação das condições impostas pela empresa.

A autora afirma ainda que esta aceitação deve ser entendida como construção racional dos produtores, já que, a decisão de integrar-se ou não à agroindústria é, em grande parte, relacionada com a situação de mercado da

matéria-prima produzida e com a garantia de acesso aos insumos necessários para produzi-la.

Esta facilidade de acesso a insumos e recursos financeiros traduz-se nas principais vantagens apontadas pelos trabalhadores para a relação de integração. Apresenta-se ainda como vantagem, a total responsabilidade que a empresa assume com o produto a partir de sua entrega no assentamento, característica esta que difere totalmente da comercialização via cooperativa. Ao comercializarem via a COOAPAB os trabalhadores e seus assessores assumem a responsabilidade com o transporte e a manutenção da qualidade do produto até sua entrega nos portos europeus, envolvendo-se assim numa atividade que oferece altos riscos de mercados.

É importante compreender que, ao desconhecerem as lógicas do mercado internacional e estando movidos pelo interesse de inserir o seu produto diretamente neste, os trabalhadores acabam depositando total confiança no saber dos mediadores externos já que podem potencializar seus níveis de informação, sendo mais comum este tipo de relacionamento com os atores que convivem freqüentemente nas áreas, como os técnicos de campo.

A atribuição deste papel aos mediadores, torna-se mais clara, principalmente, quando entende-se a sua atuação, como NEVES (1996), para quem estes visam transmitir um saber específico, do qual se julgam portadores e desejam divulgar e internalizar, utilizando-se da justificativa de que este saber é um instrumento de emancipação.

Assim, aplicando esta análise de NEVES (1996) ao contexto dos assentamentos estudados, percebe-se que este saber trata-se, em boa parte, de conhecimentos sobre análises de mercados e formas mais lucrativas de escoamento da produção, que se somados aos adquiridos pelos trabalhadores em experiências anteriores com a agricultura, inclusive como assalariados nas empresas agroindustriais, podem cada vez mais potencializá-los para definirem a estratégia econômica a ser adotada nos assentamentos.

Ao relatarem as desvantagens vivenciadas nesta relação com a NOLEM, os assentados afirmam que o principal impasse é o baixo preço pago pelo produto. Desta maneira se estabelece um paradoxo, já que apontam como vantagem o pagamento pontual, embora se pague um preço que julgam injusto. Assim, consideram que pagam pouco mas é seguro, o mercado

paralelo, quando existe, pode dar mais retorno financeiro, mas o risco é maior, ficando a própria idéia de que o integrado está 'preso' à agroindústria relativizada por eles mesmos (PAULILO, 1990).

Este paradoxo é confirmado por VELHO (1990) quando afirma que as tensões e contradições vivenciadas na relação dos integrados com a empresa não configuram um dualismo, mas sim uma negociação em vários sentidos, e sobretudo consigo mesmo, ou ainda nos termos de PAULILO (1990), a aceitação da atuação da empresa, mesmo racional, não muda o caráter assimétrico da relação de poder, sendo justificada por motivos outros que não coerção pura e simples, por parte da empresa, ou passividade dos integrados.

No universo pesquisado os integrados com a NOLEM afirmaram não se sentir prejudicados com a perda de seus direitos trabalhistas, a inexistência de salários fixos ou ainda com suas condições de trabalho. Esta realidade relativiza a argumentação das lideranças sindicais que utilizam a designação "assalariados sem INPS" para tais produtores, já que não recebem os direitos trabalhistas, como os da previdência social, ou ainda afirmam que se integrando às empresas estes trabalhadores percebiam-se explorados pelas condições expressas nos contratos.

A suposta satisfação com a integração está relacionada com os anseios dos pequenos produtores inseridos na produção de uma cultura comercial destinada ao mercado externo, já que a empresa representa para eles facilidades na exportação, incentivos para produção e agilidade no retorno financeiro ao final do processo, e por fim representa a única forma de estarem presentes no mercado, afirmação esta reforçada em alguns depoimentos, de que *"se não plantamos para ela (a empresa) não temos como plantar"*.

Quanto à atuação de atores externos no processo decisório sobre a integração, a AACC apresentou-se como principal entidade incentivadora de todo o processo, devendo entender que neste momento visava alcançar suas metas de reestruturar a produção irrigada do melão nos assentamentos, e para isso era necessário buscar formas de comercializar o produto, sendo a integração a mais viável que se apresentava no momento, para atender a demanda dos assentados. A atuação da ONG neste contexto visava organizar a discussão interna dos trabalhadores e acompanhá-los no processo de negociação.

No entanto, o fato dos assessores técnicos e sindicalistas não se fazerem presentes nas negociações atualmente, é interpretado pelos assentados como um avanço na sua capacidade de decisão própria, quando afirmam, por exemplo, *“hoje nós caminhamos com nossas próprias pernas”*.

Entre os assentados do PA Olho D'água da Escada é unânime o interesse de manter a relação de integração com a NOLEM por todas as vantagens supracitadas, e por avaliarem que se não escoassem sua produção via a integradora teriam que escoar via os atravessadores, com os quais já tiveram experiências negativas no que diz respeito à definição do preço de compra e a pontualidade de pagamento, fazendo com que estes considerem esta relação como uma exploração, da qual não desejam mais participar.

Ao serem questionados sobre a atuação da COOAPAB, enquanto alternativa de comercialização, os trabalhadores do PA Olho D'água da Escada demonstram-se receosos com relação aos riscos de mercado que estariam correndo ao comercializarem por esta via. Estes consideram a experiência recente, fazendo-se necessário a observação de atuações futuras para que se possa avaliar os resultados.

Os prazos para liberação dos custeios da produção, bem como a forma de pagamento, oferecidos pela cooperativa são considerados negativos, já que os custeios têm atrasado um certo período e, por receberem na entrega do produto apenas um percentual do pagamento total, sendo o restante repassado somente no final da safra, quando se conclui o processo de comercialização com os importadores Europeus.

Contudo, apesar das dificuldades enfrentadas, da precariedade do capital investido e dos limites em termos de marketing, declarações de lideranças e de assentados que optaram pela integração apontam que, num futuro próximo, a COOAPAB chegará a constituir-se numa concorrente às empresas agroindustriais e aos atravessadores, pela produção e comercialização nos assentamentos rurais da região.

Por outro lado, a filiação à COOAPAB é interpretada pelos assentados no PA Rancho do Pereiro, como resultado de um processo de motivação desencadeado a partir da atuação de atores externos como a AACC e o STR, neste momento, portadores de um discurso novo que visava implementar o cooperativismo como forma de viabilizar a produção rentável do melão.

Entende-se a aceitação destas práticas coletivas por parte dos assentados nos termos de GUERRA (1991), para quem estas chegam a ser aceitas como transitórias, para outras nas quais tornem-se produtores individuais, ou ainda garantam acesso a serviços do Estado. Esta aceitação, pode, ainda, ser interpretada como um reconhecimento da fragilidade da ação individual para reproduzir um *modus vivendi* em condições econômicas adversas, o que, neste caso, favorece a atuação dos mediadores, que a partir na realidade observada buscam potencializar a ação coletiva como forma de superar tais adversidades.

Ao estarem participando da COOAPAB os trabalhadores consideram como as principais vantagens os aspectos econômicos que se constituíram em objetivos centrais da mesma desde a sua constituição, como a facilidade na compra de insumos, o acesso ao financiamento para produção e a exportação direta para mercados consumidores, sem a necessidade de um relacionamento com as empresas integradoras da região.

Este caráter estritamente econômico da COOAPAB, reforça o argumento de que a existência e divulgação de um conjunto de princípios normativos da doutrina do cooperativismo tradicional não define as formas de organização que as cooperativas adotarão, já que são as condições estruturais concretas que determinam a natureza e o funcionamento do modelo a ser seguido.

Entendendo que são as condições estruturais que determinam o modelo de cooperação, reforça-se ainda a hipótese de que a constituição da cooperativa só foi possível pela modificação no discurso dos mediadores, como a AACC, e a incorporação de novos argumentos a favor de oportunidades mercadológicas, que foram possíveis a partir da parceria com a Visão Mundial, bem como pela disciplina religiosa, que caracteriza o grupo de evangélicos do PA Rancho do Pereiro.

As desvantagens apresentadas pelos assentados à COOAPAB, diz respeito a morosidade de sua atuação, já que, nos termos do lugar *“passou muito tempo só no papel”* ou ainda, relacionados a questões administrativas, quando chegam a afirmar que *“existe muito gravatinha na cooperativa, e poucos trabalhando”*.

Neste contexto, deve-se entender que só foi possível uma atuação efetiva da COOAPAB a partir da crise na relação de integração com a NOLEM, bem como da parceria firmada entre AACC e a Visão Mundial que injetou recursos financeiros, tendo em vista que a cooperativa não dispunha de capital suficiente para cumprir seus objetivos. Quanto à questão administrativa, entende-se que algumas lideranças, inclusive religiosas, passam à ocupar cargos diretivos por diversas gestões, afastando-se inclusive do dia-a-dia do assentamento e acabam centralizando informações e decisões, o que causa nos demais trabalhadores um sentimento de subordinação a um “novo patrão”, um “novo gerente”, que no entendimento de alguns deles não condiz com a proposta do cooperativismo.

No processo de constituição da COOAPAB, os trabalhadores são unânimes em afirmar a importância da atuação de mediadores externos, principalmente a AACC. O que coloca em segundo plano a importância até então atribuída ao sindicato. Essa perda de espaço do sindicato pode ser percebida pelo fato do mesmo passar a ser apontado apenas como parceiro da ONG, num mesmo nível de importância da Prefeitura Municipal, que contribuiu apenas na construção da infra-estrutura, na qual funciona a sede da organização.

A importância atribuída à AACC pelos trabalhadores diz respeito ao seu papel no processo de mobilização e discussão para constituição da cooperativa, bem como, a organização de reuniões, seminários ou cursos de capacitação sobre cooperativismo. Devendo-se destacar que os cursos de capacitação visavam suprir deficiências na formação cooperativista dos assentados, considerando que os poucos trabalhadores que já tinham experiência com cooperativismo, esta tinha se dado em cooperativas de serviço, muitas vezes denominadas nos pequenos municípios da região como “a cooperativa do prefeito”, por sua especialização na reprodução de práticas clientelistas, e das quais os técnicos receavam que os assentados viessem participar.

A superação das deficiências na formação cooperativa requer, nos termos de KLEBA (1994) uma homogeneização dos grupos cooperados, o que nos assentamentos é dificultado pela heterogeneidade das experiências de

trabalho anteriores, das trajetórias de vida ou ainda das diferentes formas de participação na luta pela terra.

Embora todos os cooperados possam participar das reuniões e assembléias da cooperativa é comum a atribuição de representatividade ao presidente da associação do assentamento, resguardando-se a participação de um número maior de trabalhadores em reuniões de caráter decisório de questões importantes, que ocorrem esporadicamente. Mesmo assim, quando questionados sobre sua participação no cotidiano da organização os trabalhadores respondem, em sua maioria, que o fazem por meio da presença em tais reuniões esporádicas. KLEBA (1994) afirma que ao adotarem as assembléias gerais como fóruns de participação direta nas decisões, perde-se a agilidade no processo decisório que a cooperativa deve ter, já que lida diretamente com riscos e possibilidades de mercado, e ainda a diferenciação na disponibilidade de informações e no nível de educação formal dificultam tomadas de decisão de forma menos verticalizada.

Contudo, o interesse em continuar cooperado à COOAPAB é justificado pelas vantagens econômicas e mercadológicas que levariam a garantia da produção e comercialização em safras futuras. Este interesse pode ser entendido, também, a partir da consideração da COOAPAB como uma cooperativa inserida num grupo mais amplo deste tipo de organização espalhadas por assentamentos de todo país, que vêm se consolidando e expandindo-se na medida em que se integram aos setores mais desenvolvidos da agricultura.

Estas cooperativas tendem a ser mais bem sucedidas quando operam com produtos de exportação ou certas matérias-primas para indústrias, ou ainda com produtos “nobres” destinados a nichos de mercado, o que retrata os objetivos e a linha de comercialização da COOAPAB, atualmente.

Constatou-se com relação à percepção que os assentados possuíam das opções de comercialização dessa produção um fato diferenciador no grupo do PA Rancho do Pereiro. Quando os trabalhadores foram questionados sobre a forma de escoamento de sua produção, caso não o fizessem via COOAPAB, estes além de citarem os atravessadores apontam, também, as empresas integradoras, considerando as experiências anteriores que vivenciaram antes de constituírem a cooperativa.

Estes trabalhadores declaram também que apesar das desvantagens que apontam na integração, a maior garantia que as integradoras oferecem é a pontualidade no pagamento, o que pode ser sintetizado no depoimento de um assentado que afirma “... o preço é pouco, mas o dinheiro é certo...”, demonstrando insegurança com o processo de repasse dos lucros obtidos com a comercialização via COOAPAB.

Embora esta insegurança tenha sido apresentada pelos trabalhadores como uma das principais desvantagens do processo de comercialização via COOAPAB, neste estudo entende-se que outros dilemas, apresentado por SCHNEIDER (1981) para o cooperativismo tradicional, enquadram-se numa análise crítica do papel desta cooperativa junto aos assentados no PA Rancho do Pereiro, já que tende a se ajustar à lógica e à racionalidade da empresa capitalista em geral, na qual o produtor cooperado transforma-se num mero cliente de seus serviços, ou seja, a cooperativa prima pelo econômico antes do social, muitas vezes sem buscar combinar ideais de autonomia, correspondentes à trajetória de vida dos trabalhadores e seus valores, à interesses definidos coletivamente.

Outrossim, compreende-se que embora a cooperação possa ter fortalecido laços de solidariedade e amizade entre os trabalhadores do PA Rancho do Pereiro, e ainda facilitado a alocação de recursos para a produção e aquisição de equipamentos, esta ainda não pode ser considerada como proporcionadora de melhorias na infra estrutura do assentamento, da construção de benfeitorias comunitárias, ou ainda como motivadora de uma constante discussão sobre a importância da participação no movimento sindical, movimentos populares e partidos políticos, não obtendo neste caso, os mesmos resultados observados por KLEBA (1994), ao estudar este tipo de estratégia econômica em assentamentos gaúchos.

Compreende-se, no entanto que a opção por determinada estratégia econômica ocorre num campo de forças, perpassado por interesses tanto dos assentados, quanto dos mediadores, campo este que comporta muitas vezes disputas entre mediadores de diversas matizes ideológicas. Estes mediadores acabam reproduzindo os valores das entidades e organizações que representam, bem como valores pessoais, que são transmitidos,

principalmente, nas relações que são estabelecidas no dia-a-dia com os assentados.

Observa-se que, tanto a opção pela integração agroindustrial à NOLEM, quanto pela filiação à COOAPAB, foi movida por interesses dos trabalhadores, visando lucro e inserção no mercado, a partir da comercialização do melão, produto estrategicamente escolhido para ser cultivado pela sua alta expressividade comercial.

No entanto, as experiências anteriores de assalariamento nas empresas agroindustriais, o acompanhamento da relação de integração vivenciada por seus familiares no PA Catingueira e ainda, a inexistência de qualquer fator ideológico, político ou religioso, que aumente a coesão do grupo e que seja utilizado pelos mediadores para interpretar a possibilidade de emergência de uma ação coletiva destes trabalhadores, faz com que os assentados do PA Olho D'água da Escada busquem cada vez mais a individualização. Esta busca tem se refletido tanto nas negociações dos contratos de produção, quanto no modelo de produção individual, inclusive na área coletiva, prática que já vem sendo implantada sem causar conflitos entre estes trabalhadores.

Por outro lado, a opção pelo modelo de cooperação feita pelos assentados no PA Rancho do Pereiro, pode ser analisada baseando-se em dois motivos, à saber: o primeiro deles refere-se ao rompimento do contrato com a NOLEM, que deixava estes trabalhadores, naquele momento, na dependência da comercialização via os atravessadores. O segundo diz respeito à própria identidade do grupo com a prática da cooperação, já que a maioria deste pertence a uma religião pentecostal, na qual o modelo disciplinar incentiva o fortalecimento da solidariedade, visando o bem comum e a promoção individual, não podendo desconsiderar a presença decisiva da AACC e Visão Mundial.

Assim estas diferenças no perfil dos dois grupos estudados, faz com que no momento da definição da estratégia econômica o quadro de atuação dos mediadores se reconfigure. Dos que se fizeram presente a partir da consolidação da organização social e política dos dois assentamentos, percebe-se que a CPT, que atuou na ocupação que deu origem ao PA Rancho do Pereiro, pelo caráter político de sua atuação não se faz presente neste

contexto, o Sindicato de Baraúna após a conquista da terra passa a atuar seguindo o modelo CONTAG, que não apresenta claramente uma proposta para permanência no assentamento após a conquista da terra, assumindo assim um papel secundário neste processo decisório. Dessa forma, a AACC torna-se o principal mediador que atuou na definição das estratégias econômicas dos assentamentos estudados.

Esta análise torna-se pertinente a partir da reconstrução da trajetória de atuação desta ONG, nos PAs Rancho do Pereiro e Olho D'água da Escada, considerando-se que acompanhou as primeiras negociações e a assinatura dos contratos de produção afastando-se do processo de negociação somente diante da crise com a empresa integradora, momento este em que passa a atuar pressionada a buscar soluções que atendessem as demandas e interesses dos assentados, bem como cumprisse as metas preestabelecidas para sua atuação.

Assim, a nova forma de analisar as alternativas do mercado só foi possível a partir da parceria com a Visão Mundial, num momento em que a AACC priorizou os assentados do PA Rancho do Pereiro para desenvolverem uma experiência de cooperação, que embora seja de caráter estritamente econômico, baseia-se na comercialização via *"fair trade"*, mercado justo ou solidário.

Entende-se, ainda que, embora a Visão Mundial não explicita um discurso religioso, sua fundamentação é cristã, sendo a maioria dos recursos financeiros aplicados em seus projetos, oriundos de doações de evangélicos, o que pode priorizar os assentados do PA Rancho do Pereiro, como beneficiários de sua atuação, principalmente pela disciplina adquirida na doutrina religiosa.

Por fim, compreende-se que os mediadores sociais influenciam a definição das estratégias econômicas a serem adotadas nos assentamentos a partir do momento que disponibilizam aos assentados recursos técnicos, financeiros e simbólicos, em conjunturas adversas. Percebe-se, também, que muitas vezes os mediadores adequam seus discursos a públicos alvos visando atingir suas metas de atuação, definidas num plano de ação das organizações e entidades das quais fazem parte, plano este que norteia a atuação de seus técnicos e assessores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M.C., POTENGI, G.F. **Dinâmica das microrregiões de intensa atividade migratória**. Recife: SUDENE, 1980. v. 2.
- AUED, I.M., GRADE, M. **Sistema cooperativista dos assentados do MST: dilemas e avanços por uma produção coletiva**. 2000. (Mimeogr.).
- BARBETTA, P.A. **Estatística aplicada as ciências sociais**. Florianópolis: EDUFSC, 1998. p. 65-78.
- BERGAMASCO, S.M.P.P. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, L., BARBOSA, M.V., FRANCO, M.P. et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998. 166 p.
- COOPAB. **Estatuto social**. Baraúna, 2000.
- CRUZ, D.S. Igreja católica no RN - participação política e social nos anos 60. In: ANDRADE, I.A.L. (Org.). **Igreja e política no RN**. Natal: Z Comunicação, 2000. p. 41-92.
- D'INCAO, M.C. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. **Revista Lua Nova**, n. 23, p. 83-106, 1991.
- D'INCAO, M.C., ROY, G. **Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 280 p.
- FERNANDES, B.M. **Que reforma agrária?** Brasília: INCRA/NEAD, 2000. 7 p.

- FERRANTE, V.L.B. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisa. In: MEDEIROS, L., BARBOSA, M.V., FRANCO, M.P. et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994. p. 127-144.
- GAIGER, L.I.G. **Agentes religiosos e camponeses sem-terra no sul do Brasil: quadro de interpretação sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GUANZIROLI, C. Reforma agrária: viabilidade econômica no contexto de uma política agrícola em transformação. In: MEDEIROS, L., BARBOSA, M.V., FRANCO, M.P. et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994. p. 261-269.
- GUERRA, J.S. Associativismo de produção na agricultura. In: GORGEN, S.A., STÉDILE, J.P. (Orgs.). **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- IDEMA. **Informativo municipal**. Natal: Secretaria de Planejamento e Finanças, 2000.
- INCRA/CRUB. **I Censo da reforma agrária no Brasil**. Brasília: INCRA/CRUB/UnB, 1997.
- IÓRIO, M.C.O. A modernização agroindustrial: sindicalismo ante uma versão agrária da terceirização. In: MARTINS, H.S., RAMALHO, J.R. **Terceirização e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec/CEDI/NETS, 1994. p. 137-152.
- KLEBA, J.B. Cooperação agrícola e coletivismo em assentamentos de reforma agrária. **Revista da ABRA**, n. 3, v. 24, p. 132-139, 1994.
- MEDEIROS, L.S., LEITE, S. (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora Universidade/UFRGS/CPDA, 1999. p. 7-17.
- MST/CONCRAB. **Cooperativas de produção: questões práticas**. 3.ed. São Paulo: MST/CONCRAB, 1997. 104 p.
- NEVES, D.P. O processo de assentamento possível: os assentados e os mediadores institucionais. In: NEVES, D.P. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1996.
- NOVAES, R. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, L., BARBOSA, M.V., FRANCO, M.P. et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994. p. 177-183.

- NOVAES, R. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- PALHANO, P. Os conflitos de terra no RN e a ação da igreja. In: ANDRADE, I.A.L. (Org.). **Igreja e política no RN**. Natal: Z Comunicação, 2000. p. 107-152.
- PAULILO, M.I.S. **Produtor e agroindústria: consensos e discensos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990. 182 p.
- PEIXOTO, R. Problemas atuais da ação da Igreja na região do Araguaia - Tocantins. In: _____. **Brasil: norte nordeste**. ANPOCS, 1991.
- POZO, E.D. Iglesia, Iglesias: del trabajo sobre lãs almas al trabajo por el cuerpo. In: POZO, E.D. **Organizaciones campesinas e indígenas en América Latina: mutaciones y recomposiciones hacia el tercer milenio**. Montevideo: Ediciones Trilce, 1998.
- PRZEWORSKI, A. Interesses materiais, compromisso de classe e a transición al socialismo. In: ROEMER, J.E. **El marxismo una perspectiva analítica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989. p. 188-216.
- SANTOS JR., V. **Baraúna: sua gente, sua história**. Mossoró: UERN, 1999.
- SCHNEIDER, J.E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente : o caso brasileiro. In: LOUREIRO, M.R. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 11-40.
- SORJ, B., POMPERMAYER, M.J., CORADINI, O.L. Capitais, frangos e camponeses. In: SORJ, B. et al. (Org.). **Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 31-67.
- TAKEYA, D.M. **Um outro nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)**. Fortaleza: BNB-ETENE, 1985.
- THOMAS, K. **Religião e o declínio da magia: crenças populares na Inglaterra, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VELHO, G. Prefácio. In: PAULILO, M.I.S. **Produtor e agroindústria: consensos e discensos**. Florianópolis: UFSC, 1990.
- ZIMMERMANN, N.C. **Depois da terra, a conquista da cooperação**. Brasília: UnB, 1989. 212 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, 1989.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

PROJETO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL

Objetivo: Identificar a trajetória de vida dos assentados, como se inserem na produção, quais as experiências vivenciadas em organizações (no assentamento, bem como anteriormente), e como avaliam a presença dos diferentes mediadores no assentamento, bem como a estratégia econômica da qual participam (integração ou comercialização via COOAPAB).

Data da entrevista: ____/____/____

Município: Baraúna Estado: RN

Assentamento: _____ Lote: _____

Nome do(a) chefe da família: _____

I. CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS FAMÍLIAS

1.Nome (primeiro nome ou apelido)	2. Grau de parentesco ou outra relação	3. Sexo		4. Idade	5. Escolaridade (série e grau)	6. Onde nasceu?		7. Ano em que entrou no assentamento?	8. Trabalha ou ajuda no lote?	9. Já vivia com o senhor antes do assentamento?	10. Onde vivia antes de vir para o assentamento?		10.3. Zona		11. Qual a última ocupação de cada membro da família antes do assentamento?
		M	F			6.1. Município	6.2. UF				10.1. Município	10.2. UF	Rural	Urbana	
1. (Responsável)	XXX									XXXX					
2.															
3.															
4.															
5.															
6.															
7.															
8.															
9.															
10.															

12. Antes do assentamento o senhor já tinha trabalhado na agricultura?

() Sim () Não

13. Se positivo em qual função o senhor trabalhava (*assalariado, posseiro, me-eiro, pequeno proprietário, morador/ agregado, arrendatário, administrador de fazendas, etc.*)?

14. Por que o senhor deixou de trabalhar nesta ocupação?

15. Como soube do assentamento?

II. CARACTERIZAÇÃO DO LOTE

16. Qual a área total do lote? _____

17. Como o senhor desenvolve sua produção?

() Individual/familiar (se individual/familiar ir para 19)

() Coletiva

() Mista

18. Quanto da produção de seu lote é coletiva?

() Toda

() Maior parte

() Metade

() Pequena parte

19. Que produtos são cultivados no lote individualmente?

20. O senhor planta algum produto em área coletiva?

() Sim () Não

21. Se sim, qual(is)?

22. Qual a área plantada?

23. Quem participa deste grupo?

III. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A. Produção vegetal

24. Que produtos vegetais o(a) senhor(a) plantou na safra 99/00?

24.1 Produtos						
24.2 Área plantada						
24.3 Produção total						

25. Destes produtos, o senhor vendeu algum?

() Sim () Não

26. Se sim, quais? Qual a quantidade? Onde? Para quem? Qual o mais importante?

26.1. Produto vendido	26.2. Quantidade	26.3. Local	26.4. Para quem?	26.5. Mais importante

27. Houve prejuízo/perda na produção ou na venda?

() Sim () Não

27.1. Se sim, em quais produtos?

28. O que causou o prejuízo/perda?

B. Produção animal

29. O(A) senhor(a) possui criação animal?

() Sim () Não

Se sim, preencher o quadro abaixo.

29.1. Tipo	Gado bovino	Suínos	Caprinos	Aves	
29.2. Rebanho total					
29.3. Matrizes					
29.4. Produção total	Corte: Leite:			Aves: Ovos:	

30. O senhor vende algum destes produtos?

() Sim () Não

31. Se sim, quais? Qual a quantidade? Onde? Para quem? Qual o mais importante?

31.1. Produto vendido	31.2. Quantidade	31.3. Local	31.4. Para quem?	31.5. Mais importante

C. Extração Vegetal

32. O senhor extraiu algum produto vegetal no ano passado?

() Sim () Não

Em caso positivo:

32.1. produto				
32.2. Quantidade extraída				

33. O senhor vende algum destes produtos?

() Sim () Não

34. Se sim, quais? Qual a quantidade? Onde? Para quem? Qual o mais importante?

34.1. Produto vendido	34.2. Quantidade	34.3. Local	34.4. Para quem?	34.5. Mais importante

IV. BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO (VEGETAL, ANIMAL E EXTRATIVISTA)

35. Da sua produção o(a) senhor(a) beneficiou algum produto o ano passado?

() Sim () Não

36. Se sim, qual produto?

37. O que o senhor produziu com o beneficiamento?

38. O(A) senhor(a) vendeu algum produto resultado do beneficiamento?

() Sim () Não

39. Se sim, quais? Qual a quantidade? Onde? Para quem? Qual o mais importante?

39.1. Produto vendido	39.2. Quantidade	39.3. Local	39.4. Para quem?	39.5. Mais importante

V. CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO

40. O(A) senhor(a) teve acesso a algum tipo de crédito em 1999/2000?

() Sim () Não

40.1. Em caso positivo, que tipo de crédito?

40.2. Em caso negativo, por quê?

41. Qual o valor do financiamento (R\$)?

42. Em que aplicou este financiamento?

43. O(A) senhor(a) teve alguma dificuldade para obter financiamento?

() Sim () Não

43.1. Se sim, quais dificuldades?

43.2. Se negativo, o que o senhor acha que facilitou o acesso ao crédito?

VI. RECURSOS PRODUTIVOS

44. Quais instalações o senhor possui na propriedade?

44.1. Tipo*	44.2. Ano de construção	44.3. Forma de aquisição	44.4. Forma de uso (individual ou coletiva)
Descreve	Ano		

* Ex.: galpão, depósito, casa de farinha, engenho, granja, aviário, curral, estábulo, silo, açude, etc.

45. Que máquinas e equipamentos o senhor utilizou na safra passada?

45.1. Tipo* (descrever)	Se for própria indicar		Se não é própria, indicar	45.5. Forma de uso/gestão (individual ou coletivo)
	45.2. Ano de aquisição	45.3. Fonte de financiamento (descrever, própria ou financiada, se financiada indicar a fonte)	45.4. Forma de acesso (alugada ou outras)	

*Ex.: Trator, micro-trator, colheitadeira, bomba para irrigação, caminhão, carreta, carroça, ensiladeira, máquinas de beneficiamento (trilhadeira, batedor, descascador, debulhador, classificador, triturador, picadora), etc.

46. Que Implementos o senhor utilizou no ano passado?

46.1. Implemento* e tipo de tração (manual, animal ou mecânica)	Se for própria indicar		Se não é própria, indicar	46.5. Forma de uso/gestão (individual ou coletivo)
	46.2. Ano de aquisição	46.3. Fonte de financia- mento (descrever, pró- pria ou financiada, se fi- nanciada indicar a fonte)	46.4. Forma de acesso (alugada ou outras)	

* Ex.: arado/tombador, grade, adubador, semeadeira/plantadeira, cultivador, carpideira/roçadeira, esparramador/calcareador, sulcador, pulverizador.

47. O senhor utilizou algum insumo agrícola/veterinário (adubos químicos e orgânicos, sementes compradas, agrotóxicos, medicamentos, sal mineral etc.) no ano passado?

() Sim () Não

47.1. Se sim quais?

VII. CONDIÇÕES DE VIDA

48. Com relação as suas condições de vida depois do assentamento, o(a) senhor(a) considera que:

	Melhorou*	Igual*	Piorou*
48.1. Moradia			
48.2. Acesso aos serviços de saúde			
48.3. Qualidade da alimentação			
48.4. Acesso à educação			
48.5. Opções de lazer			
48.6. Poder de compra			
48.7. Segurança física			

* A comparação deve ser feita com as condições anteriores ao assentamento.

49. O senhor possui meio de transporte próprio?

() Sim () Não

Em caso positivo:

49.1. Meio de transporte	49.2. Ano de aquisição
Bicicleta	
Animal para transporte	
Moto	
Carro	
Outros (descrever)	

50. Que eletrodomésticos o senhor possui?

Tipo	Tem?	Já tinha antes do assentamento?
Fogão a gás		
Geladeira		
Televisão		
Antena parabólica		
Máquina de lavar		
Freezer		
Outros		

51. Recebe algum tipo de auxílio para alimentação?

() Sim () Não

Em caso positivo:

51.1. Fonte (instituição ou pessoa)			
51.2. Frequência			

VIII. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

52. O senhor ou alguém de sua família participava de alguma organização social (grupo de jovens, mulheres, idosos, igrejas) antes de virem para o assentamento?

() Sim () Não

52.1. Se sim quem?

52.2. De qual(is)?

52.3. Se não, por quê?

53. No assentamento existe alguma organização desse tipo?

() Sim () Não

53.1. Se sim, qual(is)?

53.2. Se não, na sua opinião, qual é o motivo da não existência?

54. O senhor ou alguém de sua família participa de alguma organização deste tipo?

() Sim () Não

54.1. Se sim quem?

54.2 De qual(is)?

54.3. Se não, por quê?

55. O senhor acha importante a existência deste tipo de organização?

() Sim () Não

55.1. Por quê?

56. O senhor ou alguém de sua família participava de organização política (sindicato, partido, MST, etc.) antes de virem para o assentamento?

() Sim () Não

56.1. Se sim, quem?

56.2. De qual(is)?

56.3. Se não, por quê?

57. O senhor ou alguém de sua família exerce(u) algum cargo na diretoria da associação?

() Sim () Não

57.1. Se sim, quem?

57.2. Em que cargo?

58. O senhor acha que algum grupo de fora do assentamento (igreja, sindicato, partido, técnicos) contribuiu para a formação da associação?

() Sim () Não

58.1. Se sim, quais?

58.2. Como foi esta contribuição?

58.3. Na sua opinião qual o foi o mais importante?

59. O senhor participa da eleição para diretoria da associação?

() Sim () Não

59.1. Se sim, como o senhor participa?

59.2. Se não, por que o senhor não participa?

60. O senhor participa das reuniões da associação?

() Sim () Não

60.1. Se sim, com qual freqüência?

() Todas

() A maioria

() Poucas

60.2. Se não, por que o senhor não participa?

61. Quando o senhor veio para o assentamento, já conhecia alguma família que mora aqui atualmente?

() Sim () Não

61.1. Se sim, quantas? _____

61.2. De onde o senhor conhecia?

62. Com quais pessoas o senhor e sua família mais se relacionam no assentamento?

63. Em qual(is) lugar(es) as pessoas se reúnem aqui no assentamento?

64. O senhor ou alguém de sua família já participou de algum curso de formação política?

() Sim () Não

64.1. Em caso positivo: quem?

64.2. Quando?

() Antes do assentamento

() Depois do assentamento

64.3. Quem promoveu?

IX. ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS

A. Integração (em caso de cooperação ir para o item B)

65. Por que vocês decidiram se integrar empresa?

66. O senhor participou dessa tomada de decisão?

() Sim () Não

66.1. Se sim, como?

66.2. Se não, por quê?

67. Como esta decisão foi tomada?

() Assembléia

() Reunião

() Diretoria

() Outras formas - especificar: _____

68. Quais as principais vantagens e desvantagens de vender para a empresa?

68.1. Vantagens	68.2. Desvantagens

69. O senhor acha que esta relação com a empresa lhe prejudica de alguma maneira (perde direitos trabalhistas, não define o que plantar e como plantar, não tem salário fixo, etc.)?

() Sim () Não

69.1. Por quê?

70. Na sua opinião alguém de fora do assentamento (técnico, ONG, igreja, liderança) foi importante no momento da decisão de fazer o contrato com a empresa?

() Sim () Não

70.1. Se sim, quem?

70.2. De que forma?

71. É de seu interesse continuar renovando contrato com a empresa?

() Sim () Não

71.1. Por quê?

72. Caso o senhor não vendesse para empresa, como faria para vender a produção?

73. Existem assentamentos que vendem para a Cooperativa. O que o senhor acha dessa forma de comercialização?

B. COOAPAB

74. Por que se tomou a decisão de participar da COOAPAB?

75. O senhor participou dessa tomada de decisão?

() Sim () Não

75.1. Se sim, como?

75.2. Se não, por quê?

76. Quais as principais vantagens e desvantagens de participar da COOAPAB?

76.1. Vantagens	76.2. Desvantagens

77. O senhor ou alguém de sua família já tinha participado de algum tipo de cooperativa?

() Sim () Não

77.1. Se sim, quem?

77.2. De que tipo?

77.3. Onde?

78. Na sua opinião alguém de fora do assentamento (técnico, ONG, igreja, liderança) foi importante no momento de formação da COOAPAB?

() Sim () Não

78.1. Se sim, quem?

78.2. De que forma?

79. Como o senhor participa da COOAPAB?

80. É de seu interesse continuar participando da COOAPAB?

() Sim () Não

80.1. Por quais motivos?

81. Caso o senhor não vendesse sua produção pela COOAPAB, como faria para vender?

82. Existem assentamentos que vendem a produção para as empresas integradoras. O que o senhor acha dessa forma de comercialização?

APÊNDICE B

CONTRATO DE COMPRA E VENDA/SAFRA 97-98

A **MOSSORÓ AGRO-INDUSTRIAL S/A – MAISA**, CGC (MF) n.º 08.256.026/0001-07, com sede na BR 304 - km 09 - Zona Rural, Mossoró-RN, neste ato denominada como MAISA e representada por seu _____, CPF _____, na condição de compradora, e _____, CPF _____, na condição de vendedor, doravante assim denominado, ajustam a compra e venda que se regerá pelas condições constantes das cláusulas abaixo, mutuamente aceitas e outorgadas.

1. OBJETO

Através deste instrumento, a MAISA formaliza a compra ao vendedor _____ caixas com 10 kg (dez quilos) de melão valenciano "in natura", classificado como tipo exportação, produto cuja efetiva entrega, obedecerá a seguinte programação, admitindo uma variação de 20% (vinte por cento), para mais ou para menos, sobre tal quantitativo.

Meses	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR
Quantidades								

2. PREÇO

2.1. A MAISA pagará ao vendedor um preço mínimo garantido de acordo com cada mês (ver valores abaixo), por cada caixa de 10 kg. Deste preço serão descontados ainda insumos eventualmente fornecidos pela MAISA ao vendedor, bem como a mão-de-obra fornecida pela MAISA ao vendedor para classificar e embalar o produto.

Meses	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR
Valor (R\$)	1,90	2,10	2,10	2,10	2,00	2,10	2,10	2,10

Obs.: O preço final de cada caixa de 10 kg, será o preço mínimo garantido, mais os acréscimos, dependendo dos valores definidos pelo mercado internacional e informados ao vendedor no início de cada mês.

2.2. No preço ajustado, considera-se o produto classificado para atingir o padrão do mercado externo, sendo esta classificação feita pelo pessoal da MAISA. A MAISA não comprará os produtos que não atingirem este padrão.

3. PRAZO DE PAGAMENTO

O prazo de pagamento é de 15 (quinze) dias após o último dia útil da semana em que o melão foi recebido pela MAISA do vendedor.

4. OBRIGAÇÕES DA MAISA PERANTE O VENDEDOR

4.1. Comprar toda a produção contratada, obedecendo a programação de entrega estabelecida no item 1, aceitando-se uma diferença de 10 (dez) dias para mais ou para menos no prazo estabelecido para entrega.

4.2. Fornecer sem custos para o vendedor, todo o material necessário para embalagem do produto objeto desse contrato.

4.3. Fornecer o pessoal qualificado, caso seja necessário, para proceder a classificação e embalagem do produto dentro do padrão de qualidade exigido, porém os custos relativos à mão-de-obra desse pessoal, serão descontados do preço final do produto.

4.4. Fornecer, eventualmente, insumos necessários à produção, porém, os custos relativos à esses insumos, serão descontados do preço final do produto.

4.5. Fornecer assistência técnica específica para tratos culturais, a fim de melhorar a qualidade do produto.

4.6. Fornecer o transporte para levar os melões da área de embalagem até seu destino final, que fica a critério da MAISA.

5. OBRIGAÇÕES DO VENDEDOR PERANTE A MAISA

5.1. Aceitar os descontos constantes no preço final do produto, relativos à mão-de-obra do pessoal fornecido pela MAISA ao vendedor para classificar e embalar o produto.

5.2. Aceitar os descontos constantes no preço final do produto, relativos a insumos eventualmente fornecidos pela MAISA ao vendedor durante o plantio.

5.3. Aceitar a seleção dos melões feita pelo pessoal qualificado da MAISA ou indicado por ela, que irá determinar os tipos de melão que vão atingir o padrão aceito pelo mercado externo.

5.4. Entregar toda a produção contratada, respeitando os critérios estabelecidos neste contrato.

5.5. Dar a MAISA, condições de trabalho para selecionar e embalar os produtos (caso necessário).

6. DA VARIEDADE E TIPOS

6.1. Serão adquiridos do produtor em quantidades totais, as seguintes variedades:

Melão Amarelo

AF 646

AF 522

Yellow King

Valenciano

No que se refere à variedade Gold Mine, só poderá ser adquirido no máximo 30% do total comprado pela MAISA.

Tipos

Melão Amarelo: tipo 6 – até 20% do total

tipos de 7-12 – no mínimo 80% do total

7. DAS GARANTIAS

7.1. Todos os insumos fornecidos pela MAISA ao vendedor, terão valores determinados em moeda corrente local (real - R\$). No ato da entrega destes insumos, o vendedor compromete-se a fornecer garantias de igual valor aos insumos recebidos pelo mesmo.

8. ALTERAÇÕES DOS ITENS ANTERIORES

Toda e qualquer alteração e não cumprimento dos itens 4 e 5, só serão aceitos caso tenham motivos de força maior.

9. DA MULTA

Em caso de alguma das partes venha a infringir o disposto neste contrato, fica estabelecido uma multa de 2% (dois por cento) do valor contratado pela parte infrigente do contrato.

10. DURAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato vigorará até que seja realizada a entrega total dos produtos contratados, de acordo com o item 1 deste contrato.

11. DO FORO

Fica escolhido o Foro da comarca de Mossoró-RN, onde encontra-se estabelecida a MAISA, para dirimir eventuais dúvidas ou controvérsias que surgirem em decorrência deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem, para que assim produza todos os efeitos legais.

Mossoró, _____ de _____ de 199____.

MAISA

Produtor

Testemunha

Testemunha